



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SAMARA DANTAS PINHEIRO

**ONDE A CHAMA NÃO SE APAGA: TRAJETÓRIAS FEMININAS NO PROJETO
JOVEM BRIGADISTA DE VALOR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
CEARÁ**

FORTALEZA

2025

SAMARA DANTAS PINHEIRO

ONDE A CHAMA NÃO SE APAGA: TRAJETÓRIAS FEMININAS NO PROJETO
JOVEM BRIGADISTA DE VALOR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Oliveira da Silva Novaes

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P722o Pinheiro, Samara Dantas.

Onde a chama não se apaga : trajetórias femininas no Projeto Jovem Brigadista de Valor do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará / Samara Dantas Pinheiro. – 2025.

166 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Thiago Oliveira da Silva Novaes.

1. Projeto Social Jovem Brigadista de Valor. 2. Mulheres militares. 3. Corpo de Bombeiros - Mulheres. 4. Autoetnografia. 5. Emancipação feminina. I. Título.

CDD 320.6

SAMARA DANTAS PINHEIRO

ONDE A CHAMA NÃO SE APAGA: TRAJETÓRIAS FEMININAS NO PROJETO
JOVEM BRIGADISTA DE VALOR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Oliveira da Silva Novaes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Adriana de Oliveira Alcântara
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Chirley Rodrigues Mendes
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

“Nada temas, porque estou contigo, não lances olhares desesperados, pois eu sou teu Deus; eu te fortaleço e venho em teu socorro, eu te amparo com minha destra vitoriosa.”
(Isaías 41:10)

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai de misericórdia, minha infinita gratidão por sido a força e a coragem em tantos desafios. Senti Sua mão e Sua presença viva me sustentando e me guiando em todos os momentos. A fé que me trouxe até aqui.

Às mulheres incríveis de minha vida, meus verdadeiros exemplos: minha mãe Luzia, a mulher mais linda, o sorriso mais doce, a fortaleza e o norte da minha vida; minha generosa avó Joana, a sabedoria viva que me ensinou o caminho da fé; às minhas irmãs Catiússia e Litiane, meu triângulo de união, força e companheirismo; à minha sobrinha e afilhada Joana, minha florzinha que é o orgulho da família, a esperança e o futuro.

Ao meu querido pai, José Írio, homem valente que me ensinou o caminho de honra e respeito.

Às capitãs da minha turma de oficiais 2016, Isabel e Carolina, que enfrentaram e enfrentam os desafios do feminino no ambiente militar junto comigo, somando forças e superando dificuldades.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, instituição que me acolheu, desafiou e transformou minha vida para melhor. Sinto imenso orgulho em, todos os dias, vestir essa camisa vermelha como parte de minha pele.

Ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC), por proporcionar um espaço de aprendizado crítico e comprometido com a transformação social.

À banca da qualificação que me ajudou a remodelar os caminhos da pesquisa, mostrando direcionamentos importantes para uma dissertação de qualidade.

À banca da defesa, composta por mulheres fortes que também sentem na pele os desafios do feminino e que foram essenciais para o êxito desse trabalho.

Aos colegas e professores do MAPP, pela construção coletiva de uma caminhada acadêmica marcada por respeito, diversidade e compromisso.

Por fim, ao meu orientador, professor Dr. Thiago Novaes, que conseguiu extrair de mim exatamente o que eu queria expressar. Uma orientação gênero e comprometida que foi fundamental para que este trabalho ganhasse a forma que eu desejava, com firmeza e realização pessoal. Gratidão por ter compreendido meu tempo e minhas inquietações e por me impulsionar ao melhor que eu podia dar.

E a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, no enfrentamento desse processo e na conclusão dessa etapa. Gratidão!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo avaliar, sob uma perspectiva feminista e de base autoetnográfica, o projeto social Jovem Brigadista de Valor (JBV), desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE), com ênfase na participação e emancipação das meninas no ambiente militarizado do projeto. A pesquisa parte de uma experiência pessoal da autora como oficial do CBMCE, aliando sua trajetória a um trabalho de campo com observação participante, entrevistas semiestruturadas com instrutores e grupos focais com alunas dos núcleos Centro e Mucuripe, em Fortaleza/CE. A análise articula teorias contemporâneas de gênero, interseccionalidade e liderança feminina em instituições tradicionalmente masculinas. Os resultados evidenciam o impacto transformador do JBV na vida das adolescentes participantes, especialmente no fortalecimento da autoestima, da autonomia e da projeção de futuro profissional em espaços historicamente restritivos à presença feminina. A pesquisa também denuncia barreiras simbólicas e estruturais que ainda persistem no interior das corporações militares e aponta para a importância de políticas públicas que promovam equidade de gênero e oportunidades reais para meninas em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: gênero; militarismo; emancipação feminina; autoetnografia; projeto social.

ABSTRACT

This dissertation aims to evaluate, from a feminist and autoethnographic perspective, the social project *Jovem Brigadista de Valor* (JBV), developed by the Military Fire Department of Ceará (CBMCE), with emphasis on the participation and empowerment of girls in the militarized environment of the project. The research stems from the author's personal experience as a CBMCE officer, intertwining her life story with fieldwork that includes participant observation, semi-structured interviews with instructors, and focus groups with female students from the Centro and Mucuripe units in Fortaleza, Brazil. The analysis integrates contemporary gender theories, intersectionality, and female leadership in traditionally male institutions. The findings highlight the transformative impact of the JBV on adolescent participants, especially in strengthening self-esteem, autonomy, and career aspirations in spaces historically restrictive to women. The study also exposes symbolic and structural barriers that persist within military institutions and underscores the importance of public policies that promote gender equity and real opportunities for girls in vulnerable situations.

Keywords: gender; militarism; female empowerment; autoethnography; social project.

LISTA DE ABREVIATURAS

CBM	Corpos de Bombeiros Militares
CBMAL	Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas
CBMAP	Corpo de Bombeiros Militar do Amapá
CBMCE	Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
CBMGO	Corpo de Bombeiros Militar de Goiás
CBMPB	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba
CBMRR	Corpo de Bombeiros Militar de Roraima
CNBM	Comitê Nacional de Bombeiros Militares
CTDH	Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano
EsAEx	Escola de Administração do Exército
JBV	Jovem Brigadista de Valor
LIGABOM	Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
QOBM	Quadro de Oficiais Bombeiros Militares
QOS	Quadro de Oficiais de Saúde

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiro contato com o JBV Centro.	88
Figura 2 - Aluna como “Xerife” do JBV Centro.	92
Figura 3 - Alunos do JBV Mucuripe em Instrução de Ordem Unida.	92
Figura 4 - Alunos do JBV Centro em Instrução de Ordem Unida.	93
Figura 5 - Apresentação pessoal das alunas do JBV	93
Figura 6 - Interações com alunas durante o intervalo	95
Figura 7 - Apresentação da Viatura de Combate a Incêndio.	95
Figura 8 - Apresentação Institucional aos novos alunos.	96
Figura 9 - Apresentação Institucional.	96
Figura 10 - Registro da primeira descida de uma aluna.	97
Figura 11 - Atividade recreativa de futsal.	98
Figura 12 - Instrução de nós e amarrações, Salvamento em altura.	99
Figura 13 – Aluna equipada com EPRA.	100
Figura 14 - Aluna realizando o teste do EPRA.	101
Figura 15 - Alongamento para a Educação Física.	102
Figura 16 - Orientações sobre ajudar o outro.	102
Figura 17 - Corrida em Tropa.	103
Figura 18 - Instrução sobre Ética e Cidadania.	103
Figura 19 - Momento de troca de experiências com os alunos.	104
Figura 20 - Alunas do Grupo Focal do JBV Mucuripe.	112
Figura 21 - Alunas do Grupo Focal do JBV Centro	115

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Uma mulher no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.....	13
1.2	Nota introdutória sobre o método autoetnográfico	21
2	DESAFIOS E CONQUISTAS DA MULHER MILITAR: A LIDERANÇA FEMININA NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ.....	24
2.1	Gênero, trabalho e militarismo	24
2.2	Projeto Social Jovem Brigadista de Valor – JBV	30
3	REVISÃO DE LITERATURA – A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS INSTITUIÇÕES MILITARES À LUZ DAS CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE GÊNERO.....	35
3.1	Militar x Feminino	35
3.1.1	Estrutura e Cultura Militar	35
3.1.2	História do Feminino no Meio Militar	37
3.1.3	Mulheres militares no Brasil Contemporâneo	41
3.1.4	Desigualdades Institucionais	48
3.1.5	Inserção Feminina como Estratégia Militar.....	52
3.2	Concepções contemporâneas de Gênero e as mulheres nas Instituições Militares	57
3.2.1	Concepções Contemporâneas de Gênero	57
3.2.2	Feminismo Contemporâneo e suas Epistemologias	64
3.2.3	A mulher como exceção: a crítica de Simone de Beauvoir	66
3.2.4	Crítica de Nancy Fraser à inserção feminina nas Instituições Militares.....	70
4	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	78
4.1	Objetivo Geral	78
4.2	Objetivos Específicos.....	78
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
5.1	Autoetnografia na avaliação do JBV	79
5.1.2	Metodologia de entrevista relacionada à autoetnografia	83
5.2	Observação Participante	86
5.2.1	Formação de Subjetividades Femininas.....	88
5.2.2	Acompanhamento e Descobertas	90

5.3	Grupo Focal com as Alunas.....	105
5.3.1	Alunas do JBV Mucuripe	109
5.3.2	Alunas do JBV Centro	112
5.4	Entrevistas Semiestruturadas	116
5.4.1	Entrevista dos instrutores do Núcleo Mucuripe	120
5.4.2	Entrevista dos instrutores do Núcleo Centro	124
6	UMA MENINA SE TORNA MULHER NO JBV.....	131
7	CONCLUSÃO.....	141
	REFERÊNCIAS.....	145
	APÊNDICE A – RECOMENDAÇÕES.....	164

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo realizar uma avaliação em profundidade do projeto social Jovem Brigadista de Valor (JBV), do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE), com ênfase na presença da mulher no ambiente militar. Define como lócus de investigação dois centros de formação, o núcleo do Quartel Central, localizado no bairro Jacarecanga (JBV Centro) e o núcleo do quartel do Mucuripe, localizado no bairro Mucuripe (JBV Mucuripe), ambos na cidade de Fortaleza, Ceará.

O estudo combina distintas metodologias para compor uma análise multissituada, partindo da autoetnografia da autora, somada à observação participante dos núcleos, de entrevistas semi-estruturadas com os instrutores dos núcleos, de uma abordagem com grupo focal de alunas do JBV e da descrição da história de vida de uma participante. Assim disposta, a dissertação pretende prestar contribuição original ao campo de avaliação de políticas públicas com interesse em uma abordagem notadamente feminista e engajada.

A escolha do objeto da pesquisa foi motivada por uma vivência pessoal significativa enquanto coordenadora do JBV, no ano de 2017. Durante esse período, pude observar de forma direta o impacto profundo e transformador que o projeto exerce na vida de adolescentes participantes. A experiência com esses jovens revelou não apenas o potencial do projeto como política pública de formação cidadã, mas também suas dimensões subjetivas, sociais e institucionais que atravessam questões de gênero, disciplina, pertencimento e projeção de futuro. Isso despertou o interesse em compreender, de modo mais sistemático, como se constrói essa formação, principalmente na participação feminina em um espaço historicamente marcado pela presença masculina e quais sentidos essa inserção produz na trajetória das alunas.

O trabalho de campo foi realizado durante os meses de março, abril e maio de 2025, com acompanhamento semanal em cada núcleo, no período vespertino das terças-feiras com o JBV Mucuripe e no período matutino aos sábados com o JBV Centro. Dentre as dificuldades encontradas podemos citar:

- a. A dificuldade de conciliar o trabalho com a pesquisa, fato comum no mestrado profissional.
- b. Certa resistência por parte dos instrutores do projeto que demonstravam desconfiança quanto à presença de uma oficial durante as instruções, pois se sentiam avaliados em sua atuação pedagógica. Assim, foi estabelecido um diálogo direto com eles para esclarecer que o foco da observação não recaía sobre seus desempenhos, mas sim sobre a participação das alunas no ambiente militarizado do projeto.

A abordagem teórica abrange o tema da presença feminina no ambiente militar, partindo de uma revisão bibliográfica que engloba o feminismo, a interseccionalidade e uma discussão contemporânea sobre epistemologia para produção de uma avaliação de políticas públicas.

A conclusão registra oportunamente um conjunto de dilemas e sugestões a serem enfrentados e refletidos por colegas, instrutores e alunos do JBV, situada no âmbito da avaliação contra-hegemônica de política públicas, contribui para reflexões e melhorias de um projeto social, com destaque para a participação e perspectiva de melhoria na qualidade de vida de meninas em situação de vulnerabilidade social.

1.1 Uma mulher no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará

Sou militar, mas nunca me imaginei assim. Aprendi na escola que ser militar é prejudicar pessoas, é não pensar no próximo, é agir com autoritarismo, é impor vontades por força e ameaça, é cultuar a violência, é uma escolha desagradável para vida. Não se trata disso e eu me surpreendi imensamente. Os valores e costumes militares podem trazer muitos benefícios e abrir horizontes na vida de quem busca o caminho do bem, da cidadania, da realização e do sucesso profissional, da ascensão pessoal e de diversas outras oportunidades. Porém, antes de começar a entrar nesse assunto, preciso situar quem sou.

Nasci e cresci em Solonópole, uma pequena cidade do interior do Ceará, onde as oportunidades de vida eram e ainda são limitadas, onde pensar em sucesso profissional era algo distante. Solonópole é Sertão Central, é terra onde o sol castiga, onde o vento levanta poeira, onde viver com simplicidade é a realidade da

grande maioria das pessoas. Para muitos contemporâneos, ali foi um ponto final, pois desbravar outras realidades era extremamente desafiador.

Minha mãe era professora em uma escola estadual, mesmo com disfemia, também conhecida como gagueira, viveu para ensinar às crianças da cidade com dedicação e coragem, o que era motivo de muita admiração desde cedo. Por estar inserida, ela acreditava que somente através da educação haveria um caminho de transformação para suas três filhas, mas sabia das barreiras que existiam em uma cidade tão pequena. Com isso, ela buscou se especializar. Naquela época, fazer uma faculdade em Solonópole era algo complicado, custoso, principalmente quando não tinha apoio de meu pai, ele não aceitava. No entanto, ela mostrou sua coragem mais uma vez, mesmo sem meu pai saber, iniciou a faculdade de pedagogia e concluiu com ajuda de minha irmã e de uma amiga. Ela sabia que para que pudéssemos ter acesso à estudo de qualidade, precisávamos ir embora dali e isso custaria um preço muito alto.

Paralelamente, minha mãe fazia terceiro turno como costureira. Em todo e qualquer horário livre, ela se dedicava a produzir e vender roupas, pois o salário de professora não dava para conseguir o dinheiro que ela precisava, uma vez que meu pai não ajudava financeiramente em nada que fosse relacionado a nossos estudos.

Com o passar dos anos, aprendi em casa e na escola a importância do conhecimento, mas também senti as limitações de um sistema educacional que lutava para oferecer o básico. Mesmo em um cenário desfavorável, minha mãe sempre incentivou a sonhar grande e além de Solonópole, pois as oportunidades estavam na capital Fortaleza, sempre disse que podíamos ser qualquer coisa que quiséssemos desde que houvesse fé, estudo árduo e trabalho duro.

Aos 17 anos, segui para Fortaleza, cheia de saudade, insegurança, incerteza, mas de muitos sonhos. A capital era um mundo totalmente diferente, cheio de possibilidades, mas de muitos desafios. Fui morar com minha irmã e meus primos, aprendendo a enfrentar a vida, as dificuldades sem ajuda, uma vez que não havia comunicação e tecnologia fácil como hoje. A saudade de casa era constante, mas sempre com a certeza de estar no caminho certo. A garra de minha mãe, a luta por ela travada sempre me deram muita força.

Em Fortaleza, entrei em um cursinho pré-vestibular de alta qualidade, mas trabalhava no contra turno para cobrir as despesas. Após 6 meses, percebi que o ritmo de estudo de quem queria passar no vestibular em universidade pública era muito maior. Então, minha mãe e eu fomos até a coordenação do colégio que nos deu desconto na mensalidade e minha mãe, na sala de reunião com o coordenador disse: “Você sabe que isso te custará menos diversão, roupas e calçados, não sabe?” Eu respondi: Menos ainda? Porque tudo era muito reduzido. No entanto, eu sabia o que queria. O ritmo era intenso, e depois de 3 anos de cursinho consegui aprovação na faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Ceará, era o que eu sonhava.

Aos 20 anos, iniciei a faculdade, aquele momento foi um marco na minha vida, lembro exatamente a roupa do primeiro dia de aula, era a realização de um sonho que parecia distante quando eu ainda morava no interior. Durante o período de faculdade passei a me questionar qual seria o meu verdadeiro caminho, pois sentia que queria ir mais longe. Sempre tive um interesse pela área, mas queria mais do que apenas trabalhar em um laboratório ou farmácia. No último ano de faculdade, conheci a profissão de perito criminal federal farmacêutico e aquilo me encheu os olhos e o coração de sonhos. A ideia de unir conhecimento científico com a justiça me pareceu fascinante. Decidi, então, me dedicar a essa nova meta.

Antes mesmo de me formar, comecei a estudar para o concurso de perito criminal federal. Era uma decisão arriscada e completamente incerta, uma vez que implicava em desviar do caminho tradicional da carreira farmacêutica e sem a certeza de sucesso. Ao me formar, rejeitei duas propostas de trabalho em áreas que eu gostava muito, com salários tentadores, mas eu já havia estabelecido o próximo propósito.

As noites passaram a ser dedicadas aos livros, ao estudo de um edital denso, com 24 disciplinas variadas, desde português, raciocínio lógico, áreas do direito à química de coordenação, evolução humana, genética, toxicologia, imunologia e uma legislação extensa. Uma rotina de estudos bem intensa aliada aos treinamentos físico exigidos pelo edital. No entanto, enfrentei dúvidas e questionamentos existenciais, cansaço, crises de choro, bloqueios de aprendizado, medo de falhar,

vontade de desistir, mas a fé e a lembrança de tudo que havia passado e deu força para continuar.

Após anos de dedicação e sacrifício, minha vida parecia prestes a dar uma guinada definitiva. Todas as minhas energias eram voltadas em alcançar esse sonho. Somente depois de cinco anos o edital foi lançado e eram apenas quatro vagas para todo o país e eu sabia que a competição de alto nível tanto pelo número de vagas quanto pela capacidade intelectual da concorrência. Fui criticada, desacreditada, mas minha família e meus amigos viveram esse sonho, todos sempre compreenderam minhas ausências e me ampararam e motivaram em todos os momentos difíceis.

Quando o dia da prova chegou, eu estava confiante e tranqüila, pois tinha consciência que havia dado o meu melhor. Enquanto resolvia as questões, sentia que todo o esforço tinha valendo à pena, estava confiante de que poderia alcançar uma das vagas. Quando o resultado veio, as lágrimas não cessavam, eu tinha conseguido. Eram 16 aprovados para a segunda fase do certame e somente eu, em todo norte e nordeste do país, estava dentre elas. Sentia que tinha conseguido, pois a fase de teste de aptidão física era apenas classificatória e a dedicação aos treinamentos físicos diários era tão intensa quanto aos estudos. Já conseguia atingir todos os índices das provas com tranqüilidade, seja em natação, barra fixa, salto horizontal ou corrida.

Contudo, no dia do teste de aptidão física, tudo mudou. O salto horizontal, a prova que me deixava mais tranqüila em executar, me retirou do certame. Naquele momento, o peso de cinco anos de preparação, a expectativa de uma nova vida, a realização de um sonho desabaram sobre mim. Fracasso. Não havia outra definição para aquele momento. Foram muitos dias de pensamentos desajustados, de retrospectiva recheada de decepção e frustração. Sentia vergonha da minha família, dos meus amigos de todos que acreditaram.

Após 3 meses, foi lançado o edital do concurso para oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará e em meio a sentimentos desajustados, surgiu uma nova oportunidade, já que o conteúdo exigido possuía semelhança. Decidi me inscrever, mesmo sem muito conhecimento da profissão, mas sabia que para ser uma oficial combatente daquela instituição exigiria não apenas conhecimento vasto, mas

também um preparo físico rigoroso — justamente o motivo do fracasso no concurso anterior. No entanto, a experiência anterior serviu para o fortalecimento emocional, muita coisa havia mudado. O preparo físico e o conhecimento teórico continuavam em treinamento para o próximo desafio.

Neste certame, eram 30 vagas para oficial combatente, mas somente 3 vagas para mulher, 10% das vagas, quantitativo máximo permitido até hoje nas instituições militares do Estado do Ceará. Quando os resultados do concurso foram divulgados, veio com uma grande surpresa, fui aprovada em primeiro lugar na classificação geral. O que seria uma tentativa de recuperação se transformou na maior conquista. Ser a primeira colocada significava mais do que a vitória em si, era a confirmação de que o fracasso foi apenas uma fase de vida que trouxe muito aprendizado.

Desde os primeiros passos em Solonópole até essa aprovação, foram muitos desafios, derrotas e vitórias. Experiências trouxeram resiliência e capacidade de seguir firme mesmo após a perda, características necessárias para a profissão que estaria abraçando. Ser oficial combatente do Corpo de Bombeiros Militar exigia uma preparação não apenas física, mas também emocional e mental.

Ao iniciar o Curso de Formação de Oficiais, percebi que a aprovação no concurso era apenas o começo de uma nova série de desafios, uma vez que estava ingressando em uma instituição tradicionalmente masculina, onde as mulheres ainda eram vistas com desconfiança, onde o machismo era uma constante velada e muitas vezes explícita, mas sempre presente. Eram muito poucas mulheres e institucionalmente não possuíam força, não lhes davam oportunidades e justificavam tal posicionamento por motivos diversos.

Desde o primeiro dia no curso de formação, senti o peso de ser mulher em um ambiente militar. O treinamento físico era intenso, mas a carga mental e emocional imposta pelo ambiente era ainda maior. Os testes eram constantes e sempre recheados de dúvida sobre qual seria a desenvoltura, expectativa de que, em algum momento, eu não conseguiria executar, resistir, resolver. O foco era nas mulheres, precisávamos ser testadas. As primeiras a executarem atividades que exigissem coragem e teor mais alto de dificuldade eram as mulheres, tanto como provação como para mostrar aos homens que eles não poderiam fraquejar já que as três mulheres da turma haviam realizado o que era determinado. Cada desafio, cada

exercício, era uma avaliação de habilidades, concentração, controle emocional, resistência, coragem, mas acima de tudo uma prova que merecíamos estar ali, como qualquer outro, que ser mulher não era fator limitante para uma execução de alto rendimento.

Houve momentos de pressão psicológica e era visível que não era por algo inerente ao próprio treinamento, porque não era na mesma proporção com os homens, havia, portanto, uma responsabilidade extra só por ser mulher. Isso chegou a desanimar, o cansaço consumia, mas ao olhar para trás, via uma história de muitas dificuldades e de conquistas, não iria desistir e sabia que, para alcançar meu lugar de direito, teria que me superar constantemente, aquilo seria a minha realidade por um tempo. As três mulheres se uniram e se dedicaram cada vez mais.

Foram quase dois anos de curso de formação. Travessias por horas no mar, rapéis em lugares inusitados, trilhas no mato, condução de embarcações, combate a incêndios estruturais e em vegetação densa, tudo isso com muitas dificuldades e desgaste. Em cada um deles a prova que podia completar qualquer desafio físico ou mental imposto. A cada obstáculo superado, sentia que estava não só conquistando meu espaço, mas também abrindo caminho para outras mulheres que viriam depois de mim.

Vale salientar que para ser empossada no cargo de 1º tenente do quadro de oficiais combatentes do Corpo de Bombeiros Militar, além de quatro provas escritas, quatro testes de aptidão física foram realizados. Cada teste físico era carregado de muita insegurança, uma vez que havia um histórico de fracasso, mesmo com a alta carga de treinos realizados. Ao finalizar o último teste, vieram muitas lágrimas, emoção por ter conseguido já que eram testes com um maior grau de dificuldade, finalizando com média 9,9.

Aos poucos, percebi que os olhares desconfiados se transformavam em olhares de respeito. Não foi fácil e hoje ainda não é, mas cada etapa superada era uma vitória não só para mim, mas para todas as mulheres que enfrentam o preconceito em instituições tradicionalmente dominadas por homens.

A luta contra o machismo em qualquer instituição militar não é só uma questão de força física ou capacidade técnica, mas de resiliência e coragem. As

mulheres têm seus lugares em qualquer ambiente, inclusive nos mais rigorosos e tradicionais como as forças militares. Concluir essa etapa foi uma lição de que a perseverança e a determinação podem transformar qualquer realidade, por mais desafiadora que seja.

Ao ingressar no Corpo de Bombeiros Militar, iniciava uma nova fase de provação. A cada serviço, a cada missão, era constantemente analisada e avaliada não só pelos comandantes, mas também pelos subordinados, em razão de que qualquer deslize seria visto com mais severidade e reprovação. As condutas e as decisões iniciais diriam como eu seria como oficial, por isso, sempre tive uma dedicação acima do normal.

Desde o começo, entendi que, para conquistar o respeito e o reconhecimento que eu buscava, era necessário trabalhar com uma intensidade além do esperado. A necessidade de provar que era digna de exercer essa profissão, que tanto exige do corpo e da mente, se tornou uma constante.

Cada vez que colocava meu uniforme, sabia que estava iniciando um novo teste. Essa pressão constante me obrigava a manter um padrão de excelência em tudo, porque qualquer erro seria amplificado pelo preconceito presente. A experiência no Corpo de Bombeiros Militar é marcada por desafios constantes, mas também por grande crescimento. A necessidade de superar preconceitos e de se destacar em um ambiente tão exigente me ensinou muito sobre persistência e resiliência.

Hoje, ao refletir sobre minha trajetória, posso dizer com orgulho que me considero bem-sucedida dentro da corporação. Conquistei meu espaço e, com muito trabalho e determinação, consegui crescer bastante. Alcancei posições e respeito, me tornei exemplo para outras militares e para mulheres que buscam seguir um caminho similar. Conclui alguns cursos com êxito, mas gostaria de destacar o Curso de Segurança de Autoridades Governamentais nível Gerencial, voltado para oficiais e delegados realizado pela Casa Militar do Estado do Ceará, responsável pelo zelo da integridade pessoal do Governador(a), do Vice-governador(a) e de seus familiares, bem como de autoridades em visita oficial ao Estado. Esse curso foi realizado juntamente com profissionais da Polícia Militar e da Polícia Civil do Ceará

e fui a primeira colocada. Pela primeira vez, uma mulher recebeu o destaque maior no curso, também nenhum de bombeiros militares com esse destaque.

Como capitã e devido a alguns trabalhos realizados, à dedicação e à seriedade, recebi a honra de representar a instituição politicamente na Assembleia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional, como assessora institucional, lidando com deputados, senadores e demais autoridades, juntamente com um Major.

No entanto, ser mulher em um ambiente tão tradicionalmente masculino é viver em meio a preconceito, fofocas e desmerecimento. O que para um homem seria visto como competência e liderança, para mim, em diversas vezes, fica a interpretação negativa, apenas por ser mulher. As conquistas que deveriam ser celebradas, muitas vezes, foram questionadas ou diminuídas. Ouvi insinuações de que meu sucesso era fruto de fatores alheios ao meu esforço, como se, para uma mulher, não fosse possível alcançar funções de destaque por mérito próprio. O preconceito, velado ou explícito, e as fofocas que circulam são tentativas de minar o reconhecimento tão almejado.

Apesar disso, aprendi a lidar com esses desafios com a mesma força de sempre. O sucesso em um ambiente como o militar exige não apenas competência e dedicação, mas também uma imensa resiliência. Ser uma mulher de destaque em uma corporação dominada por homens é carregar um fardo extra, cada passo é analisado e criticado com mais rigor do que seria para um homem.

No entanto, apesar das dificuldades, continuo firme e sei que assim estou contribuindo para a mudança de cultura nesse quesito dentro da corporação, abrindo portas para que outras mulheres também possam crescer e serem reconhecidas por suas habilidades e conquistas.

A vida militar é rica de desafios e conquistas, é aprendizado diário que moldou quem sou hoje. Aprendi muito sobre coragem, não apenas para enfrentar situações de risco, mas a coragem de ser autêntica; sobre respeito e dignidade independentemente de gênero; sobre liderança aprendendo a guiar e a inspirar outros; sobre espírito de corpo para um trabalho coletivo; sobre altruísmo e solidariedade, estar sempre pronta para ajudar, colocar as necessidades dos outros acima das minhas; sobre união e disciplina, pilares do ambiente militar.

A vida militar também mostrou que sou capaz de ir mais longe do que imagino. Emancipação pessoal e profissional foi consequência natural do processo, visto que descobri não só meu potencial, mas também autonomia, força, desenvoltura corporal e a resistência física e mental, adquiridos pelo treinamento rigoroso e organizado.

Quanto mais desafios enfrento, maior se torna meu desejo de ir além, de abrir caminhos para que as próximas que vierem encontrem um ambiente mais justo, onde sejam avaliadas por suas capacidades. Muitas melhorias já aconteceram, mas muito mais há que melhorar. Esse legado de respeito e dignidade é o que desejo deixar, para que, no futuro, elas possam trilhar seus caminhos com mais equidade.

1.2 Nota introdutória sobre o método autoetnográfico

A autoetnografia é um modo de pesquisa educacional que coloca em relevo as pessoas no processo de descobrimento sobre o que é preciso realizar, sobre o que é viver e o que suas lutas significam (MÉNDEZ, 2013). Esse método permite uma análise mais próxima das questões pessoais e culturais, percebendo que somos atravessadas por diversas dimensões e temos múltiplos pontos de vista sobre nós mesmas e nossas localizações culturais (BOYLORN; ORBE, 2014)

Apresenta-se como um recurso metodológico e analítico nas investigações de experiências vividas nas intersecções do *self* nos coletivos, do eu nas culturas, do agente nas agências (DENZIN, 2018). Além disso, a autoetnografia pode gerar uma ressonância dita “empática” nas(os) leitoras(os), “validando”, assim, essa forma de escrita (DENZIN, 2018; ELLIS, 2011) que contém um convite constante para o exercício de conviver, sentir, descrever e aprender (BOSSLE, 2009).

A autoetnografia pode ser utilizada como uma ferramenta de resistência contra formas hegemônicas de conhecimento, através de um olhar crítico sobre a própria experiência. Nesse formato, a narrativa do(a) pesquisador(a) e do(a) participante da pesquisa se relaciona de uma forma intimista, configurando um fenômeno particular e singular, que viabiliza o movimento do(a) pesquisador(a)-e-participante para o(a) pesquisador(a)-como-participante. (MIRANDA, 2022).

Nesse sentido, a autoetnografia aqui desenvolvida se inscreve como um gesto epistemológico ao narrar o percurso de uma mulher, oficial do CBMCE, que atravessou as barreiras sociais e simbólicas do militarismo. Isso se revela não apenas uma trajetória pessoal, mas uma crítica encarnada às normas que regem os corpos e saberes nas instituições militares. Essa narrativa se entrelaça com a experiência observada no projeto JBV, onde pude perceber e registrar atravessamentos, dificuldades e superações de corpos femininos que aparecem como elementos de deslocamento e reconfiguração de papéis tradicionalmente atribuídos ao masculino.

No JBV, o feminino não é um dado neutro. As experiências das meninas são expressões específicas interseccionadas por gênero, raça e classe. Suas trajetórias denunciam as ausências, os silenciamentos e as desvalorizações históricas que cercam as mulheres nos espaços militares e formativos, mas sempre apresentando formas de coragem, cuidado e liderança.

Fazendo um paralelo entre Donna Haraway e o feminino no JBV, é possível dizer que a autoetnografia pode ser uma ferramenta de insurgência epistemológica, visto que essas experiências femininas, quando narradas a partir do corpo e da vivência, produzem conhecimento e desestabilizam saberes hegemônicos. É um chamado, como propõe Haraway, para habitar as contradições e aprender com elas.

Dessa forma, o JBV que é um espaço de formação técnico-militar, também se mostra como um território de disputa simbólica, onde o feminino reinventa significados. As alunas ocupam esse espaço, reconfiguram a partir de suas presenças situadas, carregadas de histórias, afetos e resistências. Nesse ponto, a autoetnografia se interliga à proposta de Haraway como metodologia que, ao reconhecer a parcialidade do olhar, amplia as possibilidades de compreender os modos diversos de existência e resistência no interior das instituições militares.

Essa dissertação parte de uma dimensão autoetnográfica para permitir que o corpo situado (HARAWAY, [1988] 2009) possa enunciar tanto as escolhas metodológicas quanto justificar os objetivos da pesquisa: eis como propomos nossa perspectiva contra-hegemônica (GUSSI, 2015) na avaliação do Projeto Jovem Brigadista de Valor (JBV), que é um projeto social do Corpo de Bombeiros Militar e existe formalmente desde 2004. Hoje está presente em todo estado do Ceará e

atende 2052 jovens na cidade de Fortaleza. Não vislumbro, portanto, apenas localizar minha história, mas aportar uma reflexão sobre como as raízes, os desafios e as escolhas moldam a vida. É um testemunho de que, mesmo diante das maiores adversidades, é possível sonhar, lutar e alcançar o que parecia impossível.

2. DESAFIOS E CONQUISTAS DA MULHER MILITAR: A LIDERANÇA FEMININA NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ

2.1 Gênero, trabalho e militarismo

Com o passar dos anos, o mercado de trabalho vem sendo conquistado pelas mulheres, porém elas sempre se deparam com uma série de adversidades para ascenderem na hierarquia das organizações, devido à constante desconfiança e preconceito em torno de seu trabalho (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018; ROEBUCK; THOMAS; BIERMEIER-HANSON, 2019).

A entrada da mulher no mercado de trabalho não foi muito tranqüila. A partir dos anos de 1950, foi observado o surgimento de mulheres em cargos corporativos e de liderança, e se deu até parte dos anos de 1970. Ao longo dessa década, houve um convencimento generalizado de que os melhores chefes nas organizações seriam os homens, e pesquisas recentes mostram que ainda existe uma crença clara de que um estilo de gestão masculino se mostra muito eficaz (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com o relatório “*Women in Business 2020: do plano de ação à prática*”, publicado pela Grant Thornton, o percentual de mulheres em cargos de liderança nas organizações em 2019 foi a maior proporção já registrada, 29%, o que indica que elas estão conseguindo ocupar essas posições, mesmo com as dificuldades enfrentadas. Todavia, esse relatório escancara a desigualdade de gênero que permeia o meio empresarial e as barreiras invisíveis que elas – e somente elas – precisam transpor para serem promovidas (CERIBELI, 2021).

Considerando ambientes tradicionalmente masculinos, a ascensão de mulheres a qualquer nível de chefia é minoritária, isso leva a crer que, neles, as características, atitudes e estratégias individuais por elas adotadas são mais importantes para obterem uma promoção do que em outros contextos que tendem a apresentar políticas menos desiguais. Conforme os dados publicados pelo Fórum Econômico Mundial em 2021, estima-se que serão necessários 267,6 anos para que a paridade entre homens e mulheres em participação econômica e oportunidade seja alcançada, caso não haja intervenções (FIQUEREDO, 2023).

Quando a temática relacionada ao gênero é discutida, é comum associá-las diretamente a questões de poder. Como as relações entre os sexos são percebidas como desiguais e assimétricas, perpetua-se a subordinação da mulher ao homem e ao domínio patriarcal. A subjugação da imagem feminina remonta aos primórdios de sua formação, marcada por traços de violência decorrentes da degradação do outro e da exploração do homem pelo homem. Essa dinâmica molda as relações de gênero em diferentes níveis de intimidade, caracterizadas pelo exercício de poder e submissão (SILVA; NAZÁRIO, 2015).

De acordo com Ferreira *et al.* (2015), a diversidade de gêneros no ambiente de trabalho masculinizado mostra que as empresas deveriam ter políticas para contratação igualitária. Os cargos de chefia não precisam ser ocupados apenas por homens, pois assim a cultura organizacional do ambiente facilitaria a compreensão dos colaboradores e os ajudaria a quebrar os paradigmas dos preconceitos.

No que diz respeito à carreira pública, compreender melhor as condições favoráveis em torno das questões de gênero, especificamente as relacionadas ao feminino e as identidades da mulher no trabalho e fora dele, têm sido foco no contexto da produção científica, da prática da gestão e, finalmente, de políticas públicas de inclusão e desenvolvimento sustentável (MOTA-SANTOS *et al.* 2018).

Entretanto, a implementação e a conformação de políticas públicas inclusivas nos ambientes organizacionais juntamente com o debate e a conceituação de igualdade de gênero não têm correspondido às práticas de igualdade, sendo necessário identificar quais práticas permeiam as relações laborais. No âmbito do desenvolvimento sustentável, a ONU passou a integrar às corporações de trabalho que pretendem contribuir com o aumento da representatividade feminina no mercado laboral (MEIHARD & FARIA, 2020), pois as instituições públicas precisam caminhar no entendimento de dar diversidade à equipe, seguindo o mundo privado, assim poderão obter mais desempenho, mais eficiência e resultados positivos. Iniciativas de equidade de gênero são parte de um objetivo global para a sustentabilidade, as instituições precisam estar atentas à representatividade em todos os seus níveis (MILTERSTEINER *et al.*, 2020).

É importante ressaltar que as líderes femininas buscam sempre melhores resultados juntamente com seus subordinados, buscam ainda aprimorar

constantemente seus conhecimentos para atingir os objetivos da organização. As mulheres são mais detalhistas e têm uma visão ampla da organização, naturalmente, conseguindo realizar várias tarefas ao mesmo tempo. Apesar de toda essa evolução, de todas essas características, alguns homens ainda não aceitam que mulheres liderem, não percebem o quanto são capazes e quanta vantagem trazem para a organização (SILVEIRA; SILVA; COUTINHO; NOVIKOFF; FERREIRA, 2014).

Embora a definição de liderança sugira um processo de influência, para cumprimento das tarefas que o líder deseje ou para a atuação em conjunto para alcançar determinado objetivo comum, é habitual confundir gestão com liderança (OWEN, 2017). Ocupar um cargo de gestão não torna uma pessoa líder de direito, uma vez que ela poderá não conseguir influenciar de fato as pessoas. Dentro de uma perspectiva comportamental, liderar envolve flexibilidade, cooperação, motivação, melhoria contínua, capacidade de saber lidar com frustrações, empatia e maturidade emocional (VALLDENEU *et al.*, 2021).

A liderança masculina é associada a traços agênticos, que transmite afirmação e controle. Geralmente são mais agressivos, ambiciosos, dominantes, autoconfiantes, contundentes, autossuficientes e individualistas. Já a liderança feminina é associada primeiramente a qualidades relacionadas ao papel social associado à mulher. Elas são tidas como mais afetuosas, prestativas, amigáveis, gentis, simpáticas, sensíveis às demandas da equipe e de fala mais branda. Ou seja, as pessoas tendem a associar mulheres e homens com características diferentes e vinculam homens a características que são mais relacionadas à liderança (EAGLY & CARLI, 2007). Nessa perspectiva, as mulheres, quando líderes, quebram os estereótipos de liderança, uma vez que não possuem as qualidades agênticas. Ou seja, há incongruência de papéis (CASTELO, 2023).

Em entrevista concedida à Forbes, Elke Mittelsdorf, líder da área de produtos para saúde feminina do grupo Bayer, percebe que as mulheres enfrentam barreiras visíveis e invisíveis quando o assunto é cargo de liderança. Segundo ela, muitas são vítimas da síndrome da impostora, o que as levam a não quererem assumir esses cargos por medo de não serem boas o suficiente (ALMEIDA, 2022).

Essa síndrome diz respeito à falta de autoestima para desempenhar uma função em espaços tradicionalmente masculinos, fazendo com que as mulheres trabalhem mais e melhor para ter direito a reconhecimento. Tudo isso traz um excesso de autocobrança, perfeccionismo, dificuldade de se posicionar, necessidade de aprovação e sobrecarga de trabalho que são alguns dos sintomas dessa síndrome (RODRIGUES, 2021).

Existem duas categorias de mulheres que chegam ao topo do mercado de trabalho: as que frequentemente são detestadas pelos indivíduos que trabalham com elas e os detestam, nesse caso, são taxadas como as “masculinas”, se comportam como homens na liderança; a outra categoria diz respeito àquelas cujos liderados que trabalham com elas, inclusive os homens, ficam impressionados e as consideram como as maiores líderes, sendo essas as “autênticas”, pois lideram do seu jeito, com autenticidade, diferentemente dos homens (WHITTY COLLINS, 2022).

Embora a sociedade adote um discurso de enaltecimento à ascensão da mulher, com a narrativa de sua conquista ao lugar público, torna-se vulnerável quando analisado pela ótica do chamado “teto de vidro”, conforme analisa Vaz (2013). O fenômeno teto de vidro é uma generificação velada nas organizações que impossibilita a ascensão das mulheres a níveis mais altos da hierarquia. De acordo com Steil (1997, p. 62), o conceito se refere a “uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos na hierarquia organizacional”.

O teto de vidro é uma metáfora usada para explicar a baixa representatividade feminina nos altos postos de comando, trazendo essa barreira fina e delicada como um obstáculo que elas têm que enfrentar para conseguir ocupar lugares de destaque dentro das organizações de trabalho. Isso vem sendo objeto de investigação nos mais variados contextos, pois esta barreira tende a separar as mulheres dos altos postos de trabalho, mantendo-as em níveis menores de função, o que impacta em estereótipos de que as mulheres são mais compatíveis a assumir papéis domésticos ou que não têm ambição suficiente para ocupar papéis de liderança (GRANJEIRO *et al.*, 2022).

No que diz respeito às instituições militares, a inserção de mulheres ocorreu de forma mais significativa na sociedade ocidental a partir de 1970, resultado de

intensas lutas do movimento feminista por direitos políticos e sociais igualitários no século XX. Isso derrubou mais uma das barreiras relacionadas ao avanço feminino em campos profissionais dominados por homens (SANTOS *et al.*, 2024).

No Brasil, foi em 1980 que o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha foi criado e o Corpo Feminino da Reserva da Força Aérea Brasileira em 1982, momento em que as mulheres iniciaram sua ocupação nas forças armadas. Já no Exército Brasileiro, a primeira turma de formação envolvendo mulheres foi aberta na Escola de Administração do Exército (EsAEx) somente em 1992 (D'ARAÚJO, 2004). Conforme o Ministério da Defesa, atualmente a Marinha conta com 8.413 mulheres em suas carreiras (13%), a Força Aérea com 12.538 (19,23%) e o Exército com 13.009 (10,2%) militares do sexo feminino (NÓBREGA & OLIVEIRA, 2021).

Apesar da crescente inserção feminina no cenário militar global, este ainda é um tema delicado, sendo muitos os atravessamentos relacionados a questões de gênero que a presença das mulheres em ambientes militares tende a suscitar. Isso porque o militarismo ainda está amplamente associado ao gênero masculino e é um espaço substancial ao surgimento de conteúdos atrelados ao machismo e sexismo no trabalho (SANTOS *et al.*, 2024).

Ascender a cargos de comando nas forças armadas é um tema bastante complexo, pois a luta das mulheres é marcada por muitas conquistas e muitas barreiras históricas. A partir de 2012, a inclusão feminina nas academias militares passou a avançar, uma vez que passou a ser permitido o ingresso de mulheres em áreas de combate, abrindo espaço para elas no Exército e na Marinha. Mudanças assim são fundamentais para que possam alcançar as patentes mais altas, pois historicamente estavam limitadas a áreas de saúde e engenharia, sem acesso às posições de comando. No contexto do CBMCE, as mulheres ingressaram no ano de 1994, como oficiais combatentes e, mesmo após 30 anos, o corpo feminino não corresponde a 4% do total de militares.

Nesse contexto, é importante salientar que os desafios enfrentados pelas mulheres nos ambientes militares são diversos, acabam tendo que se esforçar mais que os homens para serem respeitadas e obedecidas, uma vez que sempre surgem dúvidas acerca da sua capacidade de liderar (GIANNINI, FOLLY & LIMA, 2017).

Para uma mulher, a carreira militar é marcada por coragem, disciplina e, acima de tudo, determinação. Todos os dias, barreiras invisíveis são rompidas na busca de provarem sua competência e conquistarem espaço com mérito. Alcançar posições de liderança desafia normas históricas de masculinidade associadas à identidade militar, muitas vezes focada em uma masculinidade idealizada. No entanto, novos modelos de liderança podem transformar a cultura institucional ressignificando papéis e fortalecendo a disciplina e a hierarquia de maneira mais inclusiva.

Aquelas que optam por seguir a carreira militar enfrentam situações que limitam sua atuação e participação nas forças, gerando assim, debates internos sobre a presença feminina, a capacidade de execução de atividades e a ocupação de cargos de comando (DANTAS, 2018).

Por estarem sujeitas a um maior escrutínio e a julgamentos mais severos, no meio militar, liderança feminina requer resiliência e a capacidade de lidar com pressões adicionais. Muitas vezes, a maternidade e questões relacionadas ao equilíbrio entre vida profissional e pessoal são colocados em questão, sendo utilizadas como justificativas para negar a ascensão de mulheres a cargos mais altos.

No entanto, características femininas têm ganhado crescente reconhecimento por sua contribuição à melhoria do ambiente e da eficiência dessas organizações. A presença feminina desafia antigos estereótipos e enriquece o ambiente com novas perspectivas nas corporações militares. A dedicação e o esforço dobrados, além das exigências comuns da profissão, paralelos ao preconceito e à expectativa que questionam sua capacidade, fazem delas profissionais exemplares.

É dessa forma que as mulheres representam elementos estratégicos para operações militares, sobretudo em zonas de conflito e localidades em reconstrução pós-conflito. A presença de mulheres traz mais afinidade nas tratativas, e, portanto, mais eficiência, principalmente com outras mulheres que atuam em lados opostos da força. A diversidade na composição do pessoal militar indica maior variabilidade de habilidades de comunicação e negociação (GUIMARÃES, 2019).

Portanto, é possível inferir que a presença de mulheres na estrutura militar constitui um mecanismo favorável para o aprimoramento e desenvolvimento das capacidades militares, não obstante, as maiores potências securitárias da atualidade dispõem de recursos e medidas institucionais para incentivar cada vez mais o ingresso de mulheres em suas forças armadas. Nesse sentido, a participação de mulheres nas atividades militares amplia a variedade e a quantidade de habilidades disponíveis para serem usadas com objetivos táticos (BRYCE, 2017).

A diversidade de gêneros apresenta vantagens significativas como melhor tomada de decisões e soluções mais criativas para os problemas. Em operações de paz ou em cenários de conflito, a presença feminina permite uma abordagem mais inclusiva e sensível, visto que as mulheres são vistas como confiáveis pela população.

Elas têm suma importância como agentes executores da força, mas também como agentes de pacificação, conciliação e moderação, sendo empregadas em situações de reconstrução e apaziguamento de conflitos. Isso é notável no que tange à paz e segurança internacional de países Estados Unidos, Reino Unido e China. Assim, o Estado brasileiro precisa não só de medidas de incentivo à participação feminina nas forças armadas, mas também fomentar a ascensão destas mulheres às posições de combate e carreiras mais elevadas hierarquicamente, caminhando em direção a uma sociedade mais igualitária (BRYCE, 2017).

Diante da falta de estudos relacionados à ascensão de mulheres na carreira militar, justifico esse estudo auto-etnográfico. Uma narrativa que envolve a análise profunda da minha vivência como oficial mulher no CBMCE, uma instituição marcadamente masculina, trazendo os desafios enfrentados e superados ao longo do tempo.

2.2 Projeto Social Jovem Brigadista de Valor – JBV

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, através do inciso VII do art. 190 da Constituição do Estado do Ceará, compete desenvolver atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo, proteção ao meio ambiente e atividades socioculturais. De maneira mais detalhada, a Lei nº 13.438 de 7 de janeiro de 2004

traz a organização básica da corporação e no art. 1º diz que cabe ao CBM desenvolver ações de proteção e promoção do bem-estar da coletividade e dos direitos, garantias e liberdades do cidadão, bem como estimular o respeito à cidadania, através de ações de natureza preventiva e educacional (CEARÁ, 1989).

Através do Decreto Estadual nº 27.141, de 18 de julho de 2003 (Ceará, 2003) foi criado o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano (CTDH) do CBMCE, com a competência de realizar treinamento e capacitação de voluntários, objetivando a difusão do conhecimento preventivo contra sinistros. Já o Decreto Estadual nº 27.416, de 30 de março de 2004, veio regulamentar o ensino de bombeiro militar do Estado do Ceará (Ceará, 2004).

O CBMCE é uma instituição que se dedica a fomentar a cultura de prevenção proativa, deixando de ser uma instituição aquartelada para ir regularmente ao encontro da população através de diversos projetos sociais. Como exemplos pode-se citar o Projeto Bombeiro com Você; Projeto Bombeiro Saúde, Sociedade; Projeto PROMIL; Projeto Portas Abertas; Projeto de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais: Deficientes Visuais (1º Código de segurança contra incêndio em braille no Brasil); Salvando com Libras (surdos e mudos); Projeto Surf-Salva; Projeto Formação de Guarda-vidas; Projeto Grupo de Escoteiros João Nogueira Jucá; Projeto Educativo de Literatura de Cordéis; Projeto Somar; Projeto Brigadistas Juvenis; Projeto Escola de Prevenção, e, dentre diversos outros, o Projeto Jovem Brigadista de Valor (JBV).

Em seu organograma, o CBMCE possui o Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano – CTDH, setor que gerencia todas as atividades voltadas às questões sociais institucionais, coordenando o JBV e todos os outros projetos.

O projeto JBV se iniciou no quartel do bairro José Walter, em Fortaleza – Ce, quando o Tenente Coronel Hélcio Costalima de Queiroz observou que toda vez que a sirene bradava indicando que a viatura dos bombeiros iria sair para atender a ocorrência, várias crianças ficavam, no portão do quartel, esperando-a sair bradando para correrem atrás do caminhão. Diante disso, veio a ideia de trazer crianças e adolescentes para dentro do quartel, mostrando os equipamentos e suas funções e realizando treinamentos com os bombeiros.

Em 2004, o Jovem Brigadista de Valor, à época chamado de Jovem Bombeiro

Voluntário, tornou-se projeto social como forma de incentivo à participação de jovens da rede pública de ensino à aprendizagem sobre prevenção de sinistros e acidentes domésticos, aliada à orientação sobre os bons valores e os bons costumes.

Hoje, o projeto conta com 181 núcleos em todo o Estado do Ceará, modificando a vida e os sonhos de 6635 jovens. São 55 núcleos em Fortaleza, 32 na região metropolitana e 94 em cidades do interior e, normalmente, as instruções acontecem nos diversos quartéis do Estado, mas também nas dependências de escolas públicas.

Durante esse tempo, muitos bombeiros militares acompanharam a mudança das famílias e da vida desses jovens, como o ingresso no mercado de trabalho ou a aprovação em concursos públicos. Muitos tiveram uma melhor desempenho em entrevistas e conseguiram uma vaga de emprego devido à apresentação do certificado de conclusão do projeto.

Hoje, com formato atualizado, o projeto contempla jovens de 13 a 17 anos e apresenta uma grade de 264 horas/aula anuais, com disciplinas como Ética, Cidadania, noções de Defesa Civil, Atendimento Pré-hospitalar, Salvamento, Prevenção e Combate a Incêndio, Ordem Unida, atividades esportivas, recreativas, dentre outras. O JBV tem como objetivo fomentar o crescimento do jovem e cultivar valores que permitam ser protagonistas dentro de uma sociedade tão desigual.

A participação é gratuita e voluntária, sendo necessária apenas a autorização dos pais, por escrito e o preenchimento de ficha para cadastramento no sistema interno do CBMCE.

A missão do JBV é contribuir com a formação de crianças e adolescentes, utilizando como referência valores de civismo e cidadania, como ética, respeito à pluralidade cultural, valorização e preservação do meio ambiente, compromisso com as ações básicas de saúde e inserção do aluno no mundo globalizado dotado de consciência crítica e transformadora.

Muito além da transmissão de conhecimento das atividades bombeirísticas, o projeto representa a ampliação da parceria entre o Corpo de Bombeiros Militar e a comunidade, pois envolve o jovem, ao mesmo tempo, em afazeres benéficos, diminuindo a frequência nas ruas e a possível assimilação pela marginalidade.

O JBV tem se consolidado como uma iniciativa relevante no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cidadania e pertencimento social entre jovens em situação de vulnerabilidade, principalmente mulheres. Esta pesquisa do tipo qualitativa e de campo, ao adotar uma abordagem contra-hegemônica, busca resgatar a voz feminina, proporcionando uma leitura mais ampla sobre as dinâmicas de emancipação que emergem no contexto do projeto.

Com foco na participação feminina, este estudo pretende explorar como o JBV contribui para a construção de novas perspectivas de autonomia e liderança, desafiando estruturas tradicionalmente masculinas como as instituições militares.

As alunas participantes do projeto enfrentam desafios específicos relacionados à questão de gênero, como o preconceito e a invisibilização de suas capacidades e potencialidades. No entanto, no projeto, elas têm a oportunidade de ressignificar suas trajetórias pessoais e sociais, construindo habilidades que as fortalecem em seus espaços de atuação, ao mesmo tempo em avaliam questões de gênero.

Essa perspectiva emancipatória, feita com avaliação em profundidade, será fundamental para compreender o impacto transformador do projeto não apenas na vida dos jovens em geral, mas também nas meninas e mulheres que encontram nesses espaços oportunidades de protagonismo.

Portanto, a pesquisa se justifica pela necessidade de dar visibilidade à participação feminina no projeto JBV e investigar as suas características emancipatórias, desafiando narrativas hegemônicas que muitas vezes desconsideram o protagonismo das mulheres. Ao destacar as experiências, as dificuldades e os êxitos femininos, a pesquisa contribuirá para uma compreensão mais inclusiva e equitativa sobre o papel do projeto na formação cidadã, promovendo reflexões sobre a necessidade de ampliar e fortalecer a participação feminina em iniciativas sociais e institucionais de grande relevância.

Em paralelo à atuação feminina no JBV, veio a necessidade da apresentação da minha trajetória como bombeira militar, como oficial de carreira, cuja função é de liderança, gestão e comando, apresentando os desafios já vividos e superados.

A análise desse desenvolvimento emancipador permite melhorar a

abrangência do projeto e sua assertividade, principalmente na forma de atuação do feminino, o que irá permitir identificar quais as mudanças de vida foram significativas. As trocas entre instituições e projetos, entre a teoria, a pesquisa e a prática e, principalmente, entre instituições governamentais e não governamentais gera continuidade das ações e satisfação dos diversos atores nelas envolvidos.

Para o feminino, o projeto tem impacto significativo, pois ao participarem de atividades tradicionalmente associadas a papéis masculinos, elas desafiam estereótipos de gênero, adquirindo competências e autoconfiança em um espaço historicamente dominado por homens.

3. REVISÃO DE LITERATURA – A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS INSTITUIÇÕES MILITARES À LUZ DAS CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE GÊNERO

3.1 Militar x Feminino

3.1.1 Estrutura e Cultura Militar

O conceito de ‘militar’ possui, historicamente e intimamente, uma ligação com a guerra, com o sentido de bélico, de luta e de soldado profissional, elementos que indicam que militar é o guerreiro, seja de uma forma institucionalizada, um soldado a servir uma cidade/comunidade ou mesmo subordinado a um chefe. Diante disso, as disputas violentas entre grupos humanos (aldeias, cidades-estados, povos, reinos, estados e países) correspondem à atividade militar que abrange a evolução dos combates, batalhas, armas e o poderio bélico dos grupos. O objetivo é a conquista e a vitória sobre os inimigos. Os confrontos dos grupos humanos com intuito de alcançar objetivos políticos, econômicos e culturais nortearam a atividade da guerra e própria cultura dos países ocidentais (KARNIKOWSKI, 2010).

A caserna configura-se como um espaço exclusivo da vivência militar, marcado por características físicas e institucionais que a diferenciam nitidamente da esfera civil. Elementos típicos das instituições totais — como arames, muros elevados, grades e portões de ferro — reforçam essa separação simbólica e concreta entre dois universos. Mais do que um espaço destinado aos recrutas, a caserna carrega consigo a ideia de um ambiente de confinamento, perigo, vigília, enclausuramento, tensão, não só de corpos, mas também de condutas e desejos. Uma demarcação que ultrapassa os limites geográficos, atingindo a vivência em si do sujeito, seu corpo e suas disposições na escala social (BATISTA, 2005).

A profissão militar se dá pela peculiaridade de uma identidade social específica, ou como afirma Castro (1990, p. 12), um “espírito militar”. Esse “espírito” acaba por diferenciar militares e “paisanos” desde os primeiros momentos em uma academia militar, uma vez que (CASTRO, 1990, p. 31):

Comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade

interna (espírito de corpo), mesmo que frequentemente aos preços de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.

É o “espírito militar”, uma construção que consiste no processo de socialização profissional, efetivada quando os sujeitos adquirem disposições, percebidas como evidentes, predispondo-os a se comportarem de determinada maneira, sem necessidade de lembrar explicitamente das regras a serem seguidas (CASTRO, 2004).

No contexto das representações sociais, a hierarquia e a disciplina despontam como princípios fundamentais de qualquer instituição que se identifique como militar. A partir do ingresso na instituição, o indivíduo no período de socialização militar precisa estar apto a incorporar a hierarquia e a disciplina como parte da vivência durante toda sua estada como militar. Não há escolha (ARAÚJO, 2025).

A hierarquia se torna um excelente instrumento de mediação entre os dois mundos (civil e militar), visto que, para os militares não pertencerem à família, é necessário estarem localizados no degrau inferior à última graduação da classificação da hierarquia militar. Na deles, ocorre uma transposição da hierarquia militar para além da caserna, pois a hierarquia é como um caminho que organiza não somente as relações internas à instituição militar, mas também as relações com o mundo civil (LEIRNER, 1997).

De forma complexa, essa hierarquia se estabelece e envolve toda a estrutura. Cada indivíduo ocupa uma posição única e específica, e simultaneamente comanda e está subordinado a alguém. Romper a hierarquia acarretaria o fim da Instituição. Há uma separação entre quadros, os oficiais - trabalho intelectual (planejamento) - e os praças - e trabalho manual (execução), que representa base da quadrilogia ordem-hierarquia-disciplina-obediência. A formação dos oficiais e dos praças os prepara para funções específicas, em que o primeiro é capaz de realizar as funções do segundo, mas não o contrário (ARAÚJO, 2025).

Analisando o mecanismo de funcionamento da organização militar por outro plano, um componente torna-se uma condição *sine qua non* da gênese do funcionamento da hierarquia militar: a disciplina. De outro modo, “[...] para que serve a disciplina?”, diria que para cumprir a hierarquia” (LEIRNER, 1997, p. 188).

Ao estudar os efeitos da disciplina nas forças armadas, Leirner (1997) aponta os efeitos simbólicos na metamorfose dos “paisanos em militares”. A hierarquia e a disciplina são tidas como divisor de águas entre dois mundos com valores distintos: o mundo civil e o mundo militar. Essa clivagem acaba por forçar um tipo de ‘espírito militar’ que demarca a fronteira entre o nós (a família militar) e o ‘eles’ (os paisanos), sendo que para esses últimos restará o tratamento de uma relação social similar ao de um forasteiro, estranho à comunidade familiar militar.

É importante salientar que a disciplina é uma forma de poder que objetifica os sujeitos e, ao mesmo tempo, se constitui por meio de instrumentos próprios. Nesse sentido, Foucault (2013, p. 138) aponta três os instrumentos responsáveis pela eficácia do poder disciplinar: “[...] o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”. O poder disciplinar é anônimo e capaz de vigiar sem ser notado, sendo expressado por simples gestos, colocando em prática seu domínio sobre os corpos em questão. É capaz de controlar e disciplinar o indivíduo. Com relação à violência, essa nem sempre é materializada na sua dimensão física, implicando que não deixa seu rastro nos corpos. Por exemplo, uma violência psicológica faz com que o próprio indivíduo, com receio de ser punido ou excluído, se autovigie constantemente. Uma atenção constante, que cada um ao senti-lo, passa a interiorizá-lo.

Conforme aprofundamentos de Foucault (1975) no campo teórico, as transformações e os deslocamentos das novas tecnologias de poder das disciplinas são introduzidas na virada dos séculos XVII e XVIII. Então, inicia-se a discussão criando uma comparação entre os soldados no início do século XVII e da metade do século XVIII, evidenciando a diferença substancial em se tratando de organização de gestão do tempo e do espaço da minimalização dos movimentos. Mostra a substituição gradativa dos ideais de honra e coragem dos militares em simples fragmento móvel no espaço. Esse fato estaria relacionado ao surgimento ‘das disciplinas’ com a organização do tempo e espaço e principalmente do corpo.

3.1.2 História do Feminino no Meio Militar

Trazendo a reflexão sobre o corpo e o gênero no meio militar, sobre masculinidades e feminilidades por meio de esquemas dicotômicos de significação,

a consequência imediata é a outorga de determinadas características, definidas como fixas e naturais, que carregam em si as relações de hierarquias e subordinação entre os sexos. Numa tradição histórica e conservadora, pensar o 'masculino' significa adjetivá-lo como o forte, estável, aquele que provê e que proporciona segurança. Numa perspectiva oposta, pensar o feminino significa lidar com aquela que é frágil, instável, aquela que depende, mostra-se insegura e pouco confiável (BELLINI, 2003; GROSZ, 2000).

As mulheres sempre estiveram presentes no ambiente de batalha, porém sua participação - conforme narra de forma detalhada Caire (2002), desde os gregos aos romanos -, sob a condição de subservientes. O papel do feminino nas guerras era o de esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadoras, tanto na Idade Média, no Antigo Regime, quanto durante o período de revoluções. No período da Idade Média, os exércitos eram recheados de mulheres que ocupavam o papel de acompanhantes (*surgiennes*), espécie de enfermeiras, que foram as precursoras das cirurgiãs-médicas de hoje. Na cultura germânica, as mulheres que seguiam para a guerra, além de servirem de estímulo aos homens - tendo em vista o temor do aprisionamento de suas famílias -, eram tidas como um amuleto sagrado nas batalhas, pois consideravam muito suas predições. Dessa forma, elas deixaram de ser protagonistas nos conflitos e passaram acompanhar os soldados nas campanhas com funções de apoio nos campos de repouso de veteranos.

No Brasil, é peculiar a história da primeira brasileira a ser parte de uma unidade militar, visto que mostra a força do gênero considerado por muitos como frágil. Maria Quitéria de Jesus Medeiros alistou-se no regimento de artilharia, como soldado Medeiros, tendo sido posteriormente transferida para a infantaria, onde passou a integrar o Batalhão dos Voluntários do Imperador em 1822, quando lutou pela manutenção da Independência do Brasil. Diante de tanto entusiasmo e bravura, Maria Quitéria foi respeitada por seus companheiros e recebeu do Imperador D. Pedro I a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Em junho de 1996, por meio de decreto da Presidência da República, a mulher-soldado passou a ser reconhecida como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

Com o passar dos anos, iniciou o crescimento de mulheres nos exércitos e, com isso, uma preocupação com a edição de dispositivos legais com a finalidade de

regulamentar a participação das mulheres nos frentes de combate, como Caire (2002) descreve. Todavia, devido ao caráter meramente repressivo, constatava-se a ineficiência desses interditos que se tornaram ineficientes no combate aos abusos que ocorriam contra essas mulheres: os dispositivos da legislação militar francesa, relativos às mulheres, quase sempre foram inócuos, incompletos, ilusórios. Pode-se dizer o mesmo sobre “[...] inúmeras ordens do dia com a intenção de expelir as mulheres das tropas, acampamentos e exércitos” (CAIRE, 2002, p. 22).

No entanto, conforme Quétel (2009), após a Primeira Guerra Mundial, o processo demorado de conquista de um espaço no mercado de trabalho pelas mulheres foi deslançado, sendo intensificado com a Segunda Guerra. Para profissões consideradas masculinas, essa conquista enfrentou inúmeros obstáculos. Historicamente, a guerra é vista como um terreno masculino, apesar do registro da participação feminina em muitas delas, como nos mostra. Ser militar sempre foi sinônimo de virilidade, o que faz com que a mulher seja vista como um corpo estranho nesse meio específico e sua participação seja considerada uma exceção temporária, mesmo quando necessária e solicitada. Terminados os conflitos, esperase que as mulheres regressem às suas funções “naturais” na sociedade, em que se destacam o cuidado da casa e dos filhos.

Um marco de ação importante para militarização do corpo feminino aconteceu no período da Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918. O Reino Unido e os EUA possuíam iniciativas mais proeminentes dentre os países envolvidos no conflito, porque com a eclosão da guerra, houve a necessidade de mão de obra, o que exigiu mobilização de um grande número de voluntários para formar a linha de frente da batalha, especialmente as forças de guerra na retaguarda. Assim, a convocação feminina para as fileiras entrou na pauta da discussão política e foi vista como uma alternativa às questões válidas, já que as mulheres liberavam os homens para “encerrar eventos” quando ocupavam seu lugar nos chamados “entre eventos”, ou seja, para a área de combate (CAIRE, 2002).

Com a chegada Segunda Guerra Mundial, veio também a necessidade de incorporação de mais efetivo e os países envolvidos foram novamente confrontados nesse aspecto. A experiência da Primeira Guerra ajudou a reorganizar as forças principais e auxiliares, visto que já existia uma estrutura legal e militar que poderia

subsidiar a convocação. Como resultado, os estados veteranos só podiam trabalhar para reativar as velhas tropas desmobilizadas no final da primeira guerra e reabastecer seus quadros com novos chamados. Obviamente, à medida que a dinâmica da guerra mudou, a escala do conflito também mudou, e outras unidades foram formadas (ARAÚJO, 2025).

Diante disso, os exércitos de vários países do mundo começaram a admitir mulheres, a partir da segunda metade do século XX, e passaram a receber o mesmo treinamento que os homens, por exemplo. Isso demonstra uma ruptura na história das Instituições Militares ocidentais, pois abriu espaço para diferentes manifestações de funções auxiliares e alterou os planos tradicionais de recrutamento, alistamento e participação das mulheres apenas em tempos de guerra (D'ARAÚJO, 2004).

Em diferentes países, o processo de inserção feminina nas Forças Armadas, não significa somente uma mudança interna dessas instituições, é a expressão de um processo maior na transformação da condição feminina ocorrida principalmente no século XX, época de importantes transformações nas relações de gênero. Embora as instituições militares possuam um código de valores próprio, que definem um *ethos* específico, elas não estão isoladas da sociedade. Portanto, as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais interferem em sua constituição, recrutamento e incorporação (TARDIN, 2018).

Ao longo da história, as mulheres militares ultrapassaram o papel de apenas meras coadjuvantes na construção das variadas proposições sociais. Todavia, a representatividade das mudanças permaneceu centralizada nas figuras associadas ao masculino. O principal fator para a marginalização das mulheres em combate foi a influência do direito romano na estrutura dos exércitos medievais (Itália, início do século XII; estados germânicos, meados do século XII; França, séculos XV e XVI) que limitavam sua participação. As mulheres não tinham a confiança dos militares e da Igreja Católica, eram vistas como a origem do pecado e da fonte do mal, por isso, juntamente com uma série de outros fatores, as mulheres eram vistas como o oposto da guerra e, portanto, deveriam ser afastadas dos combatentes (CAIRE, 2002). Mesmo submetidas ao processo de marginalização, não se retiraram completamente do campo de batalha, e continuaram a aparecer em marchas e acampamentos: e a

partir de então passaram a ser chamadas de “[...] mulheres que acompanham o exército” (CAIRE, 2002, p. 18).

3.1.3 Mulheres militares no Brasil Contemporâneo

No Brasil, foi em 1944 a primeira vez que a participação de mulheres nas organizações militares se deu legalmente, através do serviço voluntário em enfermarias e hospitais em instalações militares na Europa durante os conflitos da Segunda Guerra Mundial (CAMARGO, 2019). A partir 1980, período que corresponde ao fim do regime Militar (1964-1985) e início da transição para abertura política, esta participação se tornou mais intensa, passando a um maior contingente de mulheres envolvidas nas funções militares, deixando de ser um grupo restrito de voluntárias de guerra. A atuação feminina, porém, restringia-se aos cargos administrativos e da área da saúde, assumindo posições assistenciais, tais como auxiliares administrativas, secretárias, enfermeiras e cuidadoras, em instalações militares localizadas em diversos pontos do Brasil (ROCHA, 2017).

A inserção feminina nas Forças Armadas não foi pautada por uma política federal específica e homogênea, mas cada força administrou de uma maneira independente tal entrada, seguindo contextos e momentos particulares (GIANINNI, 2014). A participação feminina é relativamente recente, quase sempre uma função auxiliar. A Marinha foi a primeira a reconhecê-las no campo da manutenção eletrônica. Em 1980, foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva Naval, responsável pelos campos técnico e administrativo. Legalmente, podiam ser transferidas para outras obras, mas na prática não e vinham fazendo esse trabalho a vida toda. Somente em 1998, as mulheres foram autorizadas a participar de missões hidrográficas, marítimas e navais, e foram autorizadas a integrar tripulações de helicópteros (D'ARAUJO, 2004).

Esse movimento em direção à redução das desigualdades de gênero se tornou mais evidente a partir da segunda metade do século XX, com a disseminação das ideias feministas em meio à sociedade brasileira. Assim, construções normativas que permeiam instituições tradicionais começaram a ser repensadas, influenciando uma nova perspectiva na elaboração e reprodução de valores e comportamentos baseados na diferença entre os gêneros. Consequentemente, a incorporação das

mulheres no ordenamento militar brasileiro também começou a sofrer alterações, a partir da década de 1980, a partir da Lei nº 6.807/1980 que promoveu a igualdade de gênero na Marinha a partir da criação de novos Quadros compostos por mulheres, de forma que espaços historicamente masculinos começaram a ser ocupados pelo público feminino (SOUZA, 2017).

A partir de 1980, as Forças Armadas brasileiras passaram a incluir um segmento da sociedade que historicamente foi excluído ou menosprezado no âmbito militar devido às construções tradicionais de gênero, que relacionam o conceito de feminilidade com fragilidade e fraqueza. Isso lançou o debate acerca das relações entre segurança, defesa, estratégia e construções de gênero. Assim, a inclusão deste grupo no ordenamento militar de maneira mais participativa, e em posições que antes não eram acessíveis, denota a evolução na estrutura das forças armadas em um contexto pós-moderno brasileiro (GUIMARÃES, 2019).

A incorporação de mulheres nas Forças Armadas é resultado de um processo decorrente de profundas mutações que atravessam o conjunto da sociedade, “marcando, desde a II Guerra Mundial, tanto a gestão da violência e a estrutura sócio-organizativa das instituições militares como as relações intersexos e o padrão de participação social das mulheres. Diante da reflexão sobre a incorporação feminina nas Forças Armadas brasileiras, tornou-se urgente a consideração de diferentes variáveis em jogo. Mesmo no século XXI, velhos paradigmas limitam a presença feminina em igualdade de condições com os homens, o que demonstra a persistência, no Brasil, da ideologia patriarcal e da crença de que a mulher deveria seguir seu “destino biológico”: ser mãe e esposa acima de qualquer outra coisa. Nesse sentido, a maternidade tornar-se-ia um impedimento para o sucesso profissional da mulher (CARREIRAS 1997, p. 1).

Quando comparada com outros países, a incorporação feminina nas Forças Armadas brasileiras ainda é muito recente. Estudos demonstram que a entrada de mulheres nas organizações militares no Brasil ocorreu a partir de um interesse interno dos próprios militares no contexto da redemocratização com o fim da ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964. A entrada de contingentes femininos, por si só, poderia melhorar uma imagem manchada pelos excessos cometidos durante o regime. Isso constitui uma evidência das representações de gênero dominantes, em

que a mulher é vista através de uma imagem estereotipada, em que predominam características consideradas naturalmente femininas, que dos opositores do regime amenizariam a imagem de brutalidade deixada pelos sequestros, assassinatos e tortura (GIANNINI, 2014, p. 12).

A inserção daquelas mulheres em um contexto no qual o militarismo nacional era marcado por traços de autoritarismo e brutalidade criou uma lacuna sobre a forma como foram usadas pelo Estado. Essa inserção se alinha ao que Bronislaw Baczko (1985) define como uma ação incutida nos bastidores da sociedade e das estruturas do poder político, com a finalidade de moldar ou redirecionar o imaginário social nacional. Esse imaginário, segundo o autor, constrói certa representação e estabelece crenças comuns que o período, conforme Swidler (1986, p. 273), “cristalizou como repertório cultural” na sociedade. Nesse cenário, a Instituição simplesmente emitiu normas e decretos, sem considerar minimamente as condições logísticas essenciais para acolhê-las adequadamente.

A igualdade de gênero na composição das forças armadas passou a ser uma tendência crescente em meio às estruturas militares que emergiram no contexto pós-Guerra Fria. Com a alteração da nova ordem mundial que entrou em vigor a partir dos anos de 1990, a maior participação feminina nas forças armadas foi observada devido às mudanças nas dinâmicas internacionais. Com isso, outros pólos de poder surgiram, e as dinâmicas de segurança consequentemente também apresentaram alterações. Tendo em vista que as forças armadas representam organizações cujo objetivo primordial é assegurar a manutenção da integridade da sociedade e do Estado perante ameaças externas, à medida que as dinâmicas do Sistema Internacional apresentam mudanças, o que era visto como ameaça passa a apresentar novas características. Com efeito, a estrutura institucional militar dos Estados, e seu embasamento doutrinário, devem acompanhar os novos contornos e demandas desse contexto para que seja eficiente em garantir a defesa estratégica do ordenamento nacional. Então, a participação de mulheres como componente da força do Estado se torna um padrão em ascensão em meio às maiores potências securitárias do Sistema Internacional atual (SCHWETHER; PAGLIARI, 2017).

Com as inovações na dinâmica de segurança do Sistema Internacional, observadas a partir do final da Guerra Fria, a participação feminina foi completada

por fatores psicossociais consequentes das modificações na percepção dos indivíduos sobre a função militar. Dessa maneira, os argumentos contrários que se baseiam na noção de que as mulheres deveriam ser protegidas devido à natureza de sua fragilidade, e por não estarem aptas a desempenhar atividades militares consideradas de alto risco, começam a entrar em desuso e a perder respaldo no imaginário coletivo, seja brasileiro ou global. Assim, a partir da contestação do arquétipo que afirmava a impossibilidade da mulher em ocupar certos espaços sociais e certas funções de combate na estrutura militar, a estrutura centrada na figura masculina passa a ter menos confirmação (GOMES, 2012).

Aqueles que defendem a ausência das mulheres nas frentes combatentes nas forças armadas se apegam aos argumentos frágeis e já refutados ao longo dos anos, os quais se baseiam em aspectos físicos, psicológicos e, por causa destes aspectos, à possibilidade de atrapalharem a coesão da tropa. Quando o assunto gênero aparece para ser discutido, na maioria das vezes, dois dos primeiros argumentos a serem levantados para os papéis sociais diferenciados exercidos por homens e mulheres dizem respeito às diferenças físicas e emocionais existentes entre os gêneros. Conforme o imaginário coletivo pautado em construções de gênero discriminatórias, aos homens são atribuídas características de força, resistência, apatia e estabilidade emocional, enquanto as mulheres são estereotipadas como frágeis, pacíficas, sensíveis e emotivas. Desse modo, tal argumento é levado para o âmbito das Forças Armadas com o intuito de reforçar disparidades e segregações baseadas nessas construções prévias de gênero (CARREIRAS, 2013).

A participação feminina em quadros de apoio já é consenso entre as Forças, conforme Giannini *et al.* (2017), porém isso não acontece nos quadros de combate. Durante uma pesquisa realizada nas três principais escolas de formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras – Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea – as autoras perceberam que os problemas que as mulheres enfrentam no meio militar não são tão diferentes dos vivenciados nas organizações civis. Estereótipos de gênero já citados, como fragilidade, sensibilidade e emoção, bem como a expectativa sobre seu papel social clássico de mãe e esposa, tornam-se verdadeiros obstáculos a um tratamento igualitário e à progressão na carreira.

O debate é ainda carregado de estereótipos sobre o papel da mulher e sobre a sua capacidade de atuar em um ambiente visto majoritariamente como “masculino”. De forma geral, aceita-se amplamente que as mulheres têm um papel a desempenhar nas forças, geralmente em áreas como logística e administração e até mesmo apoio ao combate. Mas essas funções, de certa forma, reforçam estereótipos e excluem as mulheres do principal caminho para ascender a posições de poder.

[...] os desafios de ordem subjetiva associam-se a estereótipos e expectativas sociais sobre o papel das mulheres, vistos quase naturalmente como inconciliáveis com a função-fim da carreira militar. Embora nem todos os entrevistados tenham expressado essa percepção, houve certo consenso ao descrever as dificuldades em aceitar a mulher na linha de frente, exercendo funções mais diretamente relacionadas ao combate. De modo geral, houve consenso sobre a atuação das mulheres em áreas-meio, como administração e saúde (GIANNINI *et al.*, 2017).

Já nas corporações policiais brasileiras, o ingresso das mulheres ocorreu, inicialmente, nos anos de 1950 (RIBEIRO, 2018, p. 1), mas este processo de inclusão foi lento, sendo regulamentado, de fato, somente no ano de 1977, ainda no período da ditadura militar, por meio de uma portaria do Estado-Maior do Exército, que era incumbido de aprovar a organização normativa das polícias militares (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 29). Após isso, mais precisamente no ano de 1984, surge a nova redação do Decreto-Lei Nº 667, de 2 de julho de 1969 – que, até então, nada mencionava sobre o tema – incluindo “o ingresso de pessoal feminino” nos quadros regulares das polícias militares de todo o país (CALAZANS, 2003, p. 29). Oficialmente, elas passaram a fazer parte por volta de 1986, como forma de acompanhar uma evolução social que atendia a “demandas e pressões sociais pela democratização de um campo de trabalho secularmente fechado à participação feminina” (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 15).

Um fator relevante que fomentou a inclusão de mulheres nas polícias foi a necessidade de “humanizar” as instituições de controle no período final e posterior à ditadura militar: era preciso dissociar a imagem da Polícia Militar da brutalidade e das violações de Direitos Humanos cometidas durante a ditadura e modificar as concepções de segurança pública. Essa simbologia de humanização atrelada à mulher reforça os estereótipos relacionados ao gênero feminino. Conceitualmente, estereótipo alude a uma “representação cultural preexistente” que antecipa as concepções imagéticas sobre o outro a partir de “modelos culturais pregnantes” (AMOSSY, 2008, p. 125). Nesse viés de inserção de mulheres nas polícias, houve a ligação de um padrão de instituição à performance do feminino e suas noções naturalizadas de amabilidade, delicadeza e sensibilidade.

A incorporação de mulheres nas instituições militares refletia o espírito da época e respondia aos movimentos que ecoavam além dos muros dos quartéis, alinhando-se às demandas da sociedade brasileira nos anos de 1980. Era o momento de “mutações, precarização e de globalização do mundo do trabalho” (CALAZANS, 2003, p. 22), visto que as estruturas patriarcais e hierárquicas, que historicamente excluía as mulheres de espaços tradicionalmente ocupados por homens, estavam sendo desconstruídas, avançando em direção à superação dos preconceitos de gênero. Além disso, a chegada das mulheres nas instituições militares ajudaria na construção de uma “auto-imagem humanitária no contexto ditatorial” (WOLFF; MOREIRA, 2009, p. 65), ainda que aos olhos de alguns, isso quebrasse a “harmonia” e o *ethos*.

Francisco Malta de Oliveira (2014, p. 35) relata que o ambiente policial militar historicamente dominado pelo sexo masculino tende a “privilegiá-lo”. Isso porque as relações de dominação e poder apresentam maior relevo e a figura feminina é “relegada a um plano inferior”, evidenciando a necessidade de se detalhar as questões culturais e institucionais, desde a primeira turma de policiais femininas, pois seu trabalho fora visto, pelos seus pares masculinos, como limitado, devido à peculiaridade do emprego operacional.

Assim, as polícias militares não passaram por uma reestruturação profunda em sua estrutura ou cultura institucional (MUSUMECI; SOARES, 2004, p. 185) e não se modificaram com o ingresso de mulheres, apenas incorporaram uma demanda já existente em outros países (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 15). Como destaca Calazans (2003, p. 16), a organização começou um processo de feminização sem que esse ingresso fosse discutido e preparado, consequentemente, apenas aderindo à modernização do mundo do trabalho.

A nova conjuntura apresentou maior participação da sociedade civil de maneira voluntária, ocasionando níveis mais elevados de inclusão social e o envolvimento das organizações militares em temáticas mais variadas e pautas flexíveis. Foi neste escopo ampliado, das dinâmicas das atividades militares em aspectos não tradicionais, que foi possível o maior envolvimento de mulheres, um movimento em sentido contrário às construções tradicionais de gênero, rompendo gradativamente com padrões que vigoravam de maneira dominante em meio à

cultura militar. Nesse sentido, é possível constatar que a maior participação das mulheres nas organizações militares, tanto no Brasil quanto em outros países, considerados potências securitárias e que denotam robusto aparato militar, exerce influência para que aconteça o avanço da capacidade bélica das forças armadas, de modo que o perfil militar, mais diverso e inclusivo em termos de gênero, é um fator importante para a supremacia militar dos Estados (HAJJAR, 2014).

Neste sentido, a redemocratização do Brasil trouxe consigo uma transformação nas perspectivas das instituições governamentais. Desde os anos de 1970, as diretrizes voltadas para uma transição lenta e gradual não impactaram apenas o cenário político, mas também diversas outras áreas, promovendo uma nova visão sobre a participação da sociedade civil na vida pública. Assim, as instituições militares tenderiam a refletir essas mudanças sociais, buscando alinhar-se ao novo período vivido pelo país e, por consequência, à ampliação de direitos e prerrogativas, no que tange à “igualdade entre etnias, crenças e gêneros” (D’ARAÚJO, 2003, p. 35).

Para entendermos o debate em torno da incorporação das mulheres nas instituições militares brasileiras, e também o papel que lhes tem sido atribuído nessas instituições, devemos ter em mente que a apreensão do real se dá sempre a partir de categorias que o representam. Roger Chartier (1990) aponta que as representações sociais não são neutras, indicam posições diferentes na sociedade, sendo concorrentes entre si. Embora aspirem à universalidade, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam e constituem elementos importantes nas disputas por poder e dominação. A articulação do conceito de representação social com o conceito de gênero torna-se interessante para compreendermos o impacto que a presença feminina tem causado no meio militar.

A cultura militar foi historicamente estruturada com base em valores sociais amplamente aceitos, fundamentados nas construções ideológicas dos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade. A figura masculina é associada à força, robustez e ao dever de proteger e, em contrapartida, a figura feminina é associada à fragilidade e necessidade de receber proteção, o que é mais comumente observado nas sociedades ocidentais contemporâneas, (SCHWETHER; PAGLIARI, 2017).

A própria agenda das Nações Unidas sobre mulheres, paz e segurança subestima a capacidade feminina em contextos de conflito ao justificar sua presença com o argumento de que seriam mais aptas a assistir as principais vítimas dos conflitos contemporâneos – mulheres e crianças – relegando a segundo plano o potencial feminino para promover e manter a paz e segurança internacionais (GIBBINGS, 2011).

3.1.4 Desigualdades Institucionais

Ao entender o gênero como uma construção histórica baseada em uma leitura social de corpos sexuados, compreende-se que as representações de gênero definem os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, conferindo-lhes traços e comportamentos considerados “naturais” e, portanto, biologicamente determinados. Nesse contexto, os obstáculos e preconceitos enfrentados por mulheres que escolhem ingressar nas Forças Armadas são frequentemente sustentados por visões de gênero que as associam, prioritariamente, às funções de mãe e esposa, enquanto atribuem à carreira militar um caráter essencialmente masculino (SCOTT, 1995).

O Estado e as suas instituições de poder, a exemplo das entidades militares, polícias civil e federal, são ambientes predominantemente ocupados por homens, onde suas ações e personificações são afirmadoras de masculinidade (SCHACTAE, 2010, p. 1). Desse modo, as construções que circundam a masculinidade atribuída aos indivíduos atuantes na área policial são identificadas pelo uso da violência, pelo uso da força física e bélica, e pela coragem, representadas em fardas e armas utilizadas pelo Estado como instrumentos de poder (SCHACTAE, 2010, p. 1).

É importante salientar que a referência dada às inicialmente dada às Polícias Militares se dá porque, historicamente, os Corpos de Bombeiros Militares apresentam um vínculo muito forte com as Organizações Policiais Militares, quer seja por terem sido criados, em geral como um de seus órgãos ou por terem sido integrados a elas em algum momento de suas histórias. A exceção é feita ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que desde sua criação no ano de 1856, como Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, sempre se constituiu em uma organização independente da Força Policial (COSTA, 2002). Hoje, somente o Corpo

de Bombeiros do Estado de São Paulo é unificado à Polícia Militar, todos os demais estados brasileiros foram emancipados, o que será detalhado adiante.

Retomando à questão de gênero, a forma como o gênero feminino é socialmente construído contribui para a exclusão das mulheres dos espaços de poder. O estereótipo feminino sempre conferiu uma condição de pouca força física e grande sensibilidade emocional às mulheres, principalmente às mulheres brancas, e disso decorre a função maternal associada ao cuidado, à proteção e ao suporte do lar (LUZ; FUCHINA, 2009, p. 4). Muitas transformações têm acontecido, mas a presença feminina no meio militar reproduz padrões sociais que ainda são vigentes, seja pela ocupação de cargos de menor importância, pelo acesso limitado aos postos de comando ou pelo desempenho de funções mais desvalorizadas, tipicamente associadas ao mundo doméstico (SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 17).

O abismo da desigualdade tem diminuído atualmente, mas o afastamento das mulheres em cargos de confiança e chefia é um fenômeno que as acompanha desde a chegada da mulher ao mercado de trabalho (MADALOZZO, 2011). Essa desigualdade se reflete em uma “barreira transparente e sutil, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres aos postos altos da hierarquia organizacional” (MOTA, *et al.*, 2015, p. 58).

As questões de gênero são construções sociais localizadas historicamente e estabelecidas de maneira arbitrária por meio de processos advindos de determinadas correlações de poder distribuídas de formas específicas no ambiente organizacional militar. Por isso, é relevante compreender as especificidades históricas da construção das bases das relações sociais no seio militar e de como se forjaram os padrões masculinos, para compreender a dinâmica de tais relações (ARAÚJO, 2025).

De acordo com Rosemeri Moreira (2011, p. 329), “o militarismo e a virilidade encontram-se entrelaçados como a capacidade para a guerra, para a ação e para a violência”, o que é corroborado por Helena Carreiras (2009) ao afirmar que a sociedade assim dicotomiza: mulheres-paz e homens-guerra. Essa dicotomia acaba por evitar que as mulheres sejam empregadas ou propriamente ajam em todas as circunstâncias do serviço operacional.

No entanto, o desenvolvimento social modificou algumas funções militares, o que culminou no debate sobre a inserção das mulheres para acompanhar e atender às demandas sociais mais recentes. Esses preceitos tradicionais das organizações militares, força física e virilidade, foram postos em discussão, passando-se a valorizar a inovação, a inteligência, a capacidade de resolução de conflitos e a desenvoltura no trabalho em equipe (CALAZANS, 2003, p. 37).

Todavia, encontramos contra-argumentos sustentando que as evidências empíricas indicam o oposto da retórica que defende a incapacidade feminina em relação à masculina, uma vez que as suposições sobre as corretas atribuições das mulheres no ambiente militar se apoiam em estereótipos e padrões socialmente construídos pelo senso comum e pelo imaginário coletivo. Isso se deve ao fato de que no aspecto físico, mulheres podem atingir níveis semelhantes aos dos homens de mesma estatura desde que submetidas aos testes adequados, conforme mostram estudos levantados por Carreiras (2013). Ela também destaca que métricas e parâmetros utilizados para se mensurar a capacidade física, e considera que “nem sempre é clara a identificação das características que devem ser testadas, nem os testes são idênticos em vários contextos dentro das próprias forças armadas”, possibilitando constatações enviesadas e prejudiciais ao desempenho feminino na organização militar (CARREIRAS, 2013, p. 7).

Os argumentos contrários à presença das mulheres em organizações militares muitas vezes refletem a manutenção de construções sociais discriminatórias em termos de gênero, que desfavorecem as mulheres, sendo predominantes não só na sociedade brasileira, mas também globalmente, na medida em que tais argumentos não se verificam empiricamente. Embora haja um processo caminhando em direção a uma inserção maior da mulher nesse meio, muitas barreiras ainda precisam ser transpostas para a plena participação de mulheres em situação de igualdade aos homens. Para transpor essas barreiras, mulheres que objetivam entrar nesse meio, predominantemente masculino, submetem-se a situações nas quais precisam, quase sempre, reafirmar suas capacidades para fazer parte desse grupo (ROCHA, 2018).

Já o argumento contrário à ascensão das mulheres aos postos mais elevados dentro das organizações militares se dá pelo suposto malefício que elas poderiam

causar na coesão, prontidão e eficácia das unidades militares (CARREIRAS, 2013). Isso poderia interferir negativamente no emocional dos homens, afetando as relações de trabalho estabelecidas entre eles dentro do âmbito militar. Todavia, a autora relata, com base em estudos realizados entre os anos de 1970 e 1990, que não há evidências que comprovem qualquer relação entre a proporção de mulheres numa tropa e a prontidão demonstrada. A análise realizada a partir dos dados levantados conclui que o compartilhamento de situações

“mais duras do que as que vividas num quartel é suscetível a facilitar a integração, reforçar a solidariedade de grupo, aumentando a probabilidade de que as pessoas sejam consideradas como indivíduos mais do que como elementos de um grupo ou categoria sexual” (CARREIRAS, 2013, p. 9).

Ademais, os estudos apontaram ainda que

“membros de unidades mistas tendem a desenvolver laços de ‘irmandade’ mais do que laços sexuais. A experiência mostra que a integração efetiva diminui os preconceitos e promove a coesão mais efetivamente que qualquer outro fator” (PEACH, 1994 *apud* CARREIRAS, 2013, p. 10).

Neste sentido, é importante salientar que em uma organização militar, a relação entre gênero e os papéis desempenhados por homens e mulheres, portanto, deve ser controlado por uma série de mecanismos institucionais, o que responsabiliza o Estado a incentivar e manter a participação igualitária de mulheres nas organizações militares. Se o Estado institucionaliza decisões com o intuito de aumentar a porcentagem de mulheres atuantes, mecanismos devem ser colocados em prática para que as mulheres sejam integradas na estrutura militar formal. Isso resulta em uma movimentação em direção à maior eficiência de táticas e mecanismos operativos, de modo que o país caminhe em direção ao desenvolvimento de sua capacidade militar (GOLDMAN, 1973), o que já pode ser observado gradualmente em tempos atuais.

Apesar disso, ainda é um grande desafio devido à manutenção do imaginário danoso pautado em construções sociais discriminatórias e pejorativas, o que desfavorece a inserção de mulheres no meio militar. Portanto, ainda é mantida a ideia de que mulheres são mais frágeis do que homens, e a associação da figura da mulher a elementos que atrapalham o bom desempenho no exercício das funções e atividades militares. Daí a necessidade desses mecanismos institucionais em

fomentarem o ingresso feminino e em promoverem sua ascensão a cargos hierarquicamente superiores dentro das organizações militares (GOMES, 2012).

Com o objetivo de impedir a plena inserção de mulheres nas organizações militares, valorizam-se os argumentos defendendo que a ocupação de posições combativas por mulheres leva ao enfraquecimento institucional. Dessa forma, supõe-se, a partir das construções tradicionais discriminatórias de gênero, que as mulheres são incapazes de exercer funções de combate, pois “características físicas e psicológicas das mulheres fazem delas combatentes menos eficazes, incluindo fatores como a força física, menstruação, gravidez, emocionalidade e capacidade de funcionar sob *stress*” (CARREIRAS, 2013, p. 6), o que limita o desempenho de tarefas militares de combate.

Helena Carreiras relata ainda que a correção das inconsistências relativas à disparidade de gênero através da criação de critérios padronizados poderá criar padrões mais objetivos e sustentáveis. Isso possibilita ao combatente um nível físico necessário às suas atribuições, já que

“na medida em que cada ramo tem uma diferente missão, perspectiva e capacidade de atingir níveis gerais de aptidão física, é necessária alguma flexibilidade face à existência de *standards* comuns de avaliação física” (GODFREY, 2005 *apud* CARREIRAS, 2013, p. 7).

Carreiras (2013) destaca ainda que para promover maior igualdade entre homens e mulheres nos testes, é necessário considerar também as capacidades físicas nas quais as mulheres se destacam, como a flexibilidade, por exemplo, uma vez que, tradicionalmente, os treinamentos militares são voltados para medir atributos masculinos, colocando-as em desvantagem. Corpos diferentes sugerem uma predisposição para habilidades diferentes, a serem valorizados em diferentes finalidades.

3.1.5 Inserção Feminina como Estratégia Militar

Em relação às características psicológicas, vale citar um experimento com atletas de alto nível, homens e mulheres, que revelou haver muito mais semelhanças do que diferenças na forma como ambos os gêneros gerenciam o

estresse. Dentro do próprio segmento militar é possível identificar situações e posições nas quais as mulheres são submetidas a altos níveis de tensão e lidam bem com a situação (CARREIRAS, 2013). Já Almeida (2014) relata as boas médias alcançadas por mulheres que são empregadas em missões de caçador (*sniper*), por exemplo, destacando ainda os postos de liderança assumidos por mulheres em instituições como delegacias, promotorias, entre outros. A visão de fragilidade é uma construção social que, principalmente para o âmbito das organizações militares, precisa ser analisada cautelosamente, já que não se deve considerar um possível combatente com base em seu gênero, mas sim, com base em suas características individuais que devem ser adequadamente avaliadas.

Diante disso, é possível inferir que a presença de mulheres na estrutura militar constitui um mecanismo favorável para o aprimoramento e desenvolvimento das capacidades militares, posto que as maiores potências securitárias da atualidade dispõem de recursos e medidas institucionais que incentivam cada vez mais o ingresso de mulheres em suas forças armadas. Assim, a participação de mulheres nas atividades militares amplia a variedade e a quantidade de habilidades disponíveis para serem usadas com objetivos táticos (BRYCE, 2017).

Nas operações militares, elas representam elementos estratégicos, sobretudo em zonas de conflito e localidades em reconstrução pós-conflito, visto que é necessária a presença de mulheres para lidar com mais afinidade e eficiência com outras mulheres que atuam em lados opostos da força. A diversidade na composição do pessoal militar indica maior variabilidade de habilidades de comunicação e negociação. Nesse sentido,

as batalhas são muitas vezes travadas em áreas altamente povoadas, em vez das linhas de frente remotas do século XX. Os soldados não precisam apenas enfrentar o inimigo, mas também construir relacionamentos com uma ampla gama de pessoas - homens, mulheres e crianças - de várias origens (BRYCE, 2017, p. 12).

Portanto, uma maior diversidade de pessoal militar se apresenta como um componente essencial para o sucesso do aparato bélico destinado a lidar com situações de conflito. Dessa forma, é possível afirmar que:

as forças armadas também são frequentemente usadas para mais do que o combate às guerras, contribuindo para os esforços de estabilização, por

exemplo, e, portanto, a mulher apresenta suma relevância como agente também da paz (BRYCE, 2017, p. 12).

Ainda conforme Bryce (2017), as mulheres têm um desempenho de suma importância como agentes de pacificação, conciliação e moderação, sendo empregadas em situações de reconstrução e apaziguamento de conflitos, mas também como agentes executores da força. Assim, a participação feminina nas organizações militares brasileiras é um desafio contemporâneo relevante para o desenvolvimento da capacidade militar do país, tornando seu aparato de segurança mais robusto e eficiente. Isso pode ser observado, sobretudo, ao fazer uma análise comparativa da composição da organização militar brasileira em comparação com a de outros países considerados importantes *players* no que tange à paz e à segurança internacional, como, por exemplo, Estados Unidos, Reino Unido e China. Em vista disso, é necessário que o Estado brasileiro tome medidas para incentivar a participação feminina e fomentar a ascensão destas mulheres às posições de combate e carreiras mais elevadas hierarquicamente, caminhando em direção a uma sociedade mais igualitária (BRYCE, 2017).

No entanto, apesar dos benefícios da presença do feminino, diversas dificuldades a serem enfrentadas pelas mulheres militares são catalogadas, como a “acentuada mobilidade geográfica, separação periódica da família em virtude de treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte” (CARREIRAS, 1997b, p. 4). Tudo isso se torna uma forma desencorajamento e uma prévia justificativa para a não aceitação de mulheres na carreira militar. A justificativa das diferenças biológicas se transporta, conforme o entendemos, para uma “diferença socialmente construída entre os gêneros, e principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2011, p. 20).

Na realidade, essa questão de inferioridade biológica não é algo novo, como afirma Ferreira (1995/1996):

As justificativas para essa inferioridade basearam-se (sobretudo no século XIX) nas características biológicas e físicas do sexo feminino: a “fragilidade natural” e o potencial reprodutivo do corpo feminino seriam determinantes de sua natureza passional e passiva, de suas funções na sociedade (a saber, a maternidade e o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e, como consequência disso, de sua subordinação ao

mesmo: a mulher seria a representante da Natureza, enquanto que o homem representaria a Ciência.

A dominação masculina (BOURDIEU, 2011, p. 22) é expressão da violência simbólica sofrida pelas mulheres, o que faz com que seus pensamentos e atos sejam condizentes com as “estruturas da relação da dominação que lhes é imposta”. Portanto, “seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão”. Ainda conforme Bourdieu (2011, p. 46), “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”. Essa violência simbólica seria, então, uma violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, exercida essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2011, p. 7).

Huntington (1996, p. 29) diz que administrar a violência é a característica que distingue os militares dos civis, uma vez que a função do militar é o combate armado bem-sucedido, com monopólio do Estado, à serviço da sociedade. Apesar de ser possível identificar um ethos militar específico, as organizações militares não estão isoladas internamente ou alheias às transformações sociais. O militar não paira sobre a sociedade, mas nela está inserido e dela recebe influências diretas. Assim, essas instituições acabam por reproduzir o modelo socialmente dominante, em que há a concepção normativa da masculinidade, representada pela força física e virilidade, contribuindo para a reprodução de estereótipos sexuais (CARREIRAS, 1997, p. 45). A ideia de que existem certas profissões tipicamente femininas e masculinas acaba por limitar o acesso de mulheres de forma igualitária. Segundo Bourdieu (2011, p. 115):

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua ideia mais profunda de si mesmo como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como a das forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade.

Neste panorama, é importante destacar que o gênero tem sido uma categoria central na análise feminista, ao se afastar da concepção biologizante vinculada ao conceito de 'sexo'. No Brasil, uma das definições de gênero mais usuais é a formulada por Joan Scott (1995, p. 72), ao afirmar que: “gênero é um processo de construção de identidade” que ocorre a partir de fenômenos sociais de aspecto histórico e, também, cultural. A autora rejeita, portanto, “explicações biológicas” na formação das “identidades subjetivas de homens e mulheres” e indica que essas identidades são, em sua origem, “construções culturais” (SCOTT, 1995, p. 75). Para Scott (1995, p. 72), gênero é, essencialmente, uma “organização social da relação entre os sexos” e sua definição substancial possui duas asserções, quais sejam: “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, conjuntamente, “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). A estrutura e o conceito da categoria gênero, situada sob as óticas do feminino e do ofício militar, revela-se elementar para compreender a forma como a idealização sobre o gênero feminino e determinados “papéis sexuais” (SCOTT, 1995, p. 75) afastam a mulher de propriedades como virilidade, força e bravura para a ação e o combate – noções que constroem o homem – e que são característicos na expressão das atividades desenvolvidas pelos militares (MOREIRA, 2009, p. 1).

Portanto, diante da extensão dessa divisão sexual do trabalho, observa-se uma “gendrificação” da estrutura que sustenta a organização militar, deixando em evidência uma oposição entre funções associadas ao feminino e ao masculino, reproduzindo estereótipos vinculados às construções tradicionais de gênero que favorecem o masculino. A distinção de gênero possibilitou que o acesso às posições com maior hierarquia, e, portanto, mais poder e autoridade dentro da estrutura militar, fosse vinculada majoritariamente aos homens. Até os anos de 1980, as mulheres foram sistematicamente excluídas de certas especialidades e postos centrais da instituição, sobretudo no âmbito operacional e de combate, ficando destinadas à execução de funções secundárias, administrativas ou assistenciais (SCHWETHER; PAGLIARI, 2017).

Apesar de mudanças significativas já terem acontecido, antigos paradigmas continuam a limitar o acesso e permanência de mulheres em diferentes postos da carreira militar. De acordo com Carreiras (1997, p. 48), os arquétipos que

predominam no meio militar sobre as mulheres, como frágil/submissa/passiva (a obediente), como objeto sexual (meio de confirmação da masculinidade que remove qualquer dúvida quanto à virilidade) e como a mulher intocável (o ser protegido, em que é necessário defender da violência do combate e dos horrores da guerra), não se aplicam à mulher militar. Então, essa mulher permanece como alguém cuja identidade é ambígua, inclassificável, um ser que partilha os dois mundos - o masculino e o feminino – mas não pertence a nenhum deles. Coloca-se, então, o problema de como conciliar uma “feminilidade natural” com a masculinidade exigida na vida de caserna.

3.2 Concepções contemporâneas de Gênero e as mulheres nas Instituições Militares

3.2.1 Concepções Contemporâneas de Gênero

Foi a partir da segunda metade do século XX que a militância do movimento feminista, presente em vários países, permitiu que mulheres assumissem postos de trabalho historicamente masculinos, dentre eles, o militar. De fato, isso ocorreu com protestos e justificativas contrárias diversas, destacando as condições específicas das mulheres, decorrentes de fatores biológicos, como obstáculo para o seu bom desempenho nos quadros das Forças Armadas (TARDIN, 2018).

Estudos sobre os aspectos voltados para o cotidiano das mulheres militares e a construção de masculinidades e feminilidades inseridas na profissão militar foram realizados por Silva (2007; 2009). Em sua análise, ela traz a hipótese de que “ser mulher” se sobrepõe ao fato de “ser militar”. Assim, as desigualdades nas relações de gênero na caserna se reaproximariam da dicotomização dos papéis sexuais naturalizados já vivenciados pela sociedade em geral. Com isso, a autora mostra, por meio de entrevistas com mulheres militares, que qualidades compreendidas como femininas (fragilidade e delicadeza) e outras como masculinas (liderança, coragem) são interpretadas através dos comportamentos da mulher militar, que ora são tratadas como “homem” ora como “mulher”, o que não foge dos estereótipos concebidos pela divisão sexual do trabalho e não ressignifica estes conceitos em um sujeito que seja capaz de possuir estes atributos independente de seu sexo.

Assim, o tratamento que, a priori, era igual para ambos os sexos, passa a revelar uma série de divergências, que implicam em dificuldades para as mulheres nos quartéis, pois os tratamentos como os descritos acima, comprometeriam um dos principais valores do militarismo: a hierarquia. Desse modo, a chegada das mulheres dentro da instituição militar promoveu o surgimento de novas relações entre homens e mulheres que não estavam prescritas anteriormente, e que são construídas de forma a legitimar a tradicional divisão social dos papéis sexuais. Junto com as dificuldades, começam a surgir brincadeiras e preconceitos que sempre recorrem ao fato delas serem mulheres: se uma mulher é desleixada, entre 20, então todas são (SILVA 2007, p. 9).

Buscando entendimento sobre a inserção feminina no militarismo e a questão de gênero, Lima afirma que:

a trajetória das mulheres na vida militar é acompanhada por altos e baixos momentos, a própria contenção matrimonial e de natalidade impostas pela corporação foram motivos de baixas durante e após o curso, o primeiro grande desafio se pautava na escolha entre a profissão, matrimônio e os encargos familiares, submetidas a compromissar-se perante a instituição em muitos estados no início da integração, obrigavam sob pena de expulsão a não contrair matrimônio ou assumir encargos familiares, antes de decorridos dois anos após a conclusão do curso, de modo a prejudicar a servidora no desempenho de sua atividade em regime de tempo integral (LIMA, 2002, p. 15).

A atribuição negativa dada aos elementos considerados femininos implica uma delimitação nítida dos papéis e posições ocupados por homens e mulheres em determinados espaços sociais. Especificamente na Instituição militar, pressupõe existir um esforço da 'estrutura dominante' na manutenção dessa 'disposição de naturalização da diferença' que demarca, a partir das distinções sexuais, o lugar das mulheres nesses espaços (BOURDIEU, 2002).

Nesse sentido, Rocha-Coutinho destaca que a divisão social dos papéis sexuais influencia as expectativas de comportamento atribuídas socialmente a homens e mulheres. Embora essas normas tenham um caráter simbólico, indivíduos que as seguem tendem a ser avaliados positivamente, o que, em um primeiro momento, favorece a manutenção dessa hierarquia social. A autora acredita que os estereótipos esperados socialmente para as mulheres, tais como o de serem menos competitivas e agressivas, mais emocionais e carinhosas, podem restringir as estratégias de controle a aquela que poderá ser considerada a mais adequada para seu sexo. Deste modo, outro tipo de comportamento, geralmente dentre aqueles

esperados para os homens, mais agressivo e competitivo, se apresentado por mulheres seria considerado “inadequado” e causaria alguma estranheza e “reações negativas” (1994, p. 27).

Mesmo com o atual posicionamento teórico em tentar dissolver as dicotomias (masculino/feminino), é preciso levar em consideração que a sociedade na qual vivemos naturaliza essas dicotomias. Dessa maneira, nota-se que o masculino é sempre visto como o não feminino, no qual o primeiro caracteriza o homem (como um ser “bravo, corajoso, vigoroso”) e o segundo caracteriza a mulher, delimitando-os como diferentes. Mais que isso, em nossa sociedade, opera a dominação masculina e autores como Bourdieu (2003) e Hérítier (1989) buscam compreender o porquê de a classificação do gênero comportar sempre uma hierarquia, onde o masculino se impõe como superior ao feminino.

De acordo com Hérítier (1989), a dominação masculina é claramente característica da sociedade ocidental, bem a subordinação da mulher no domínio do político, do econômico e do simbólico como consequência. A autora ressalta o campo do simbólico – orientado pela tradição que valoriza e aprecia o homem na sociedade –, evidenciando a existência de um conjunto de valores que ressalta as diferenças entre os sexos, de uma maneira hierárquica (valorativo para o homem e depreciativo para a mulher) e as coloca como naturalizadas na vida social. Portanto, há uma espécie de discurso simbólico que remete a uma natureza “feminina” biológica, morfológica e psicológica, que legitima a sujeição das mulheres.

Essa dominação masculina está presente em muitas sociedades e legitima-se do fato de todas essas sociedades constituírem-se de uma perspectiva androcêntrica, a qual pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Assim, a dominação masculina é uma dominação simbólica que implica a naturalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. Portanto, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da violência simbólica, uma “violência doce e quase sempre invisível”. A explicação do primado concedido à masculinidade reside na lógica do que ele chama de “economia de trocas simbólicas” – e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e de casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social

de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens (BOURDIEU, 2003, p. 56).

Mais do que uma identificação fixa e naturalizada com papéis sexuais, que tenderia a enquadrar as mulheres militares em um padrão identitário homogêneo, como o arquétipo da mulher forte e destemida que incorpora atributos considerados masculinos para ser aceita no meio militar, é fundamental resistir a essa tentação de uniformização. É preciso reconhecer e valorizar a pluralidade de trajetórias e corporalidades, de homens e mulheres, que escolheram a vida militar (PASSOS, 2013).

As representações do corpo feminino, moldadas por valores culturais, reforçam a desconfiança quanto à possibilidade de sua capacidade ser considerada equivalente àquela atribuída ao corpo masculino. De acordo com Perrot (1995), escrever sobre a história das mulheres trouxe consigo a necessidade de reconhecer todas as suas ações, inclusive no meio militar, não apenas aquelas destinadas à reprodução e apoio, e de revelar seus atos como agentes históricos ativos cuja historicidade se mescla às relações sociais construídas entre os sexos. A autora também diz que é imprescindível considerar a crítica dos relatos representados como universal, na própria elaboração dos significados e valores hierarquizados vinculados à exclusão das mulheres no âmbito político e à sua imersão no mundo privado.

Ao refletir sobre relações de gênero com enfoques teóricos de gênero para análise da participação das mulheres em cargos de comando e chefia, sobretudo em ocupações reconhecidas como tipicamente masculinas, em razão de as representações elaboradas a partir das relações entre o masculino e o feminino e as condições sociais, percebe-se que as mulheres estão sujeitas a diferentes sociedades, que não são fixas e que devem ser entendidas como processos dinâmicos de manutenção/modificação das instituições que organizam as relações de gênero (ARAÚJO, 2022).

Ao observar esse cenário, poderíamos questionar sobre quais foram as ressignificações possíveis que as relações de gênero conseguiram imprimir dentro da caserna. A utilização do conceito de gênero na década de 1980, inicialmente,

esteve sob a conotação de sinônimo de mulher o que o ajustou a uma terminologia científica e neutra, subtraindo o seu projeto político. Um aspecto importante na discussão das teorias feministas é trazer a noção da dinâmica do exercício do poder entre as relações de gênero (PASSOS, 2013).

O mundo do trabalho passou por um processo de feminização¹ do que refletiu o esforço coletivo de mulheres, fruto das ações de sensibilização do movimento feminista para uma maior representação feminina pelo exercício de sua cidadania e, desta forma, favoreceu a construção de instrumentos legais, propiciando sua inserção em ocupações consideradas tradicionalmente masculinas. No que diz respeito à promoção do status feminino, poderemos citar as conferências internacionais sobre mulheres desde 1979, com a Convenção para Eliminação da Discriminação contra Mulher, até aquelas fomentadas pelo movimento feminista, no México, em Copenhague, em Nairóbi e Pequim, em 1975, 1980, 1985 e 1995, respectivamente. Com base nos argumentos propostos por estas conferências, foram consolidadas inúmeras diretrizes para serem executadas como ações políticas pelos estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU)².

Sob a ótica de gênero, é possível analisar as desigualdades nas relações sociais que se refletem no ambiente organizacional, permitindo compreender as múltiplas concepções sobre a constituição e os vínculos de gênero, bem como os mecanismos de segregação da mulher no mercado de trabalho. As desigualdades e a segregação são consideradas um resultado da construção social e histórica do papel de gênero. Mesmo com significativas mudanças nos papéis das mulheres e dos homens, tanto no meio familiar e privado quanto no mundo do trabalho e público, ainda existem e podem ser notados desequilíbrios entre o masculino e o feminino em vários aspectos, principalmente nas instituições militares. Isso é um

¹Lombardi afirma que "a expressão feminização costuma designar o processo de inserção e ampliação da presença de mulheres em ambientes de trabalho e profissões majoritariamente masculinos" (2009, p. 19).

²O Conselho de Segurança da ONU reconhece a vulnerabilidade de meninas e mulheres à violência durante e após os conflitos e se propõe a dar fim à negligência e promover o potencial feminino presente, no tocante às questões de paz e segurança. Neste sentido, resoluções foram deferidas para tratar do impacto e envidar esforços para a inserção de disposições específicas para mulheres e crianças a serem incluídas nas negociações de paz patrocinadas pelas Nações Unidas. As conferências impulsionaram medidas que formularam as bases da Resolução 1.325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Esta resolução reconhece a necessidade de incorporar estratégias efetivas às populações vulneráveis, além da promoção de igualdade entre homens e mulheres nos conflitos armados e em situações de fragilidade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000).

ponto de análise em comum entre as perspectivas que discutem as relações de gênero, sobretudo em Calás e Smircich (1999), as quais têm procurado analisar a maneira como o gênero é entendido pelos indivíduos e como a distinção de gênero é construída, reforçada e perpetuada nas organizações.

Para compreender esses desequilíbrios, é importante ampliar a representação de mulheres em posição de chefia, de liderança, de comando, partindo do pressuposto de Fraser (2001) de que as mulheres, como grupo social, estão sujeitas a dois tipos de exclusão interligados: exclusão econômica e exclusão simbólica. As soluções para essas exclusões passam por processos de inclusão dessas mulheres nas mais variadas instâncias sociais e por processos de desconstrução de valores predominantes na sociedade de desvalorização daquilo que é associado ao feminino.

No que diz respeito ao feminismo, segundo Oliveira (2008, p. 230), trata-se de investigar “como um campo de estudo que trafega indubitavelmente entre o cotidiano macro e micro das mulheres resgata a arte de dialogar para operar no processo de construção e desconstrução do conhecimento”. Ela apresenta a relação do feminismo como construção do conhecimento que se baseia na concepção das relações do cotidiano, observadas e analisadas pelo método reflexivo da apreensão de uma dada realidade ou da expressão da relação sujeito/objeto, que é edificado o diálogo pela experiência do sujeito e a sua atividade concreta. A autora enfatiza que o diálogo entre o feminismo e as questões sociais está constantemente permeado pelas incertezas e produz imprevisibilidades características próprias do ser humano.

O movimento feminista considera que a multiplicidade do gênero remete a uma intersecção que agrega raça/etnia, classe, geração, orientação sexual, região geográfica e outros aspectos que interferem em posicionamentos específicos, ações e interesses políticos. Todavia, existe a possibilidade de intersecções nodais e, assim, de interagir em interesses convergentes, como nas campanhas contra a violência ou a favor dos direitos reprodutivos (PASSOS, 2013).

Nesse contexto, Scott relata que as mulheres foram incorporadas como sujeitos sociais, sem constituir uma ameaça, em que o feminino que foi dissolvido na categoria gênero e afastou o sujeito político-mulher, estabelecendo um distanciamento dessa realidade, o que a autora considera como uma questão

epistêmica. Outro aspecto que Scott nos chama a atenção, no tocante à utilização do termo gênero, é que “qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens” (1992, p. 75), o que significa que o mundo das mulheres é criado e faz parte do mundo dos homens. O uso do termo recusa, portanto, a ideia de estudar as mulheres como esferas separadas e as explicações biologizantes que reduzem as mulheres ao universo doméstico e à procriação, e os homens, à força muscular e ao trabalho. O termo gênero designa mais do que “as relações sociais entre os sexos”, ou seja, significa uma forma de identificar subjetivamente como as relações socioculturais constroem as ideias dos papéis sexuais adequados para homens e mulheres. O desafio da utilização do conceito gênero consiste em alinhar a teoria com o processo histórico concebido em um contexto específico.

Scott (1992) ainda menciona que o termo gênero propõe que as relações entre os sexos são relações sociais articuladas tanto em sua ideologia quanto em sua estrutura. No entanto, o conceito não oferece instrumentos que possam questionar como estas relações são construídas nem como funcionam ou quando mudam. Dentro de uma análise feminista sobre o micropoder das mulheres, até se pode observar mecanismos utilizados para subverter o domínio masculino sobre as mulheres. O cerne das relações desiguais de poder entre os sexos é o processo primário da objetivação da manutenção do domínio masculino perpetrado na construção do ato de dominar em palavra, do mito dos papéis sociais constituídos em realidade. As análises continuam vinculadas à diferença da força física entre homens e mulheres, pressupondo um significado permanente das estruturas socioculturais.

Diante disso, falar sobre identidade requer a elucidação de conceitos que auxiliarão na busca do foco para percorrer o campo de pesquisa acerca das relações de gênero no ambiente militar. Haraway (1995, p. 15) compreende identidade com o pressuposto de não buscar a essencialização completa e universal de identidades fixas do homem ou da mulher. A conformação identitária fixa não cabe às militares ou mesmo aos militares, uma vez que o discurso perspectivista permite a ampliação da identidade plural contemporânea para que ela possa ser objetiva, crítica e reflexiva e ainda contemple as multiplicidades destes sujeitos. A autora argumenta que:

Gênero é um campo de diferença estruturada e estruturante, no qual as tonalidades de localização extrema, do corpo intimamente pessoal e individualizado, vibram no mesmo campo com as emissões globais de alta tensão. A corporificação feminista, assim, não trata da posição fixa num corpo reificado, fêmeo ou outro, mas sim de nódulos em campos, inflexões em orientações e responsabilidades pela diferença nos campos de significado material-semiótico (HARAWAY, 1995, p. 29).

3.2.2 Feminismo Contemporâneo e suas Epistemologias

A identidade, enquanto característica constitutiva de um grupo, seja por aspectos étnico-culturais ou por experiências de vida compartilhadas, manifesta-se nos padrões de posicionamento dos indivíduos, promovendo um sentimento de pertencimento. Este pertencimento, muitas vezes, identifica aquele grupo enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que o diferencia do outro, conferindo-lhe alteridade. Apesar da percepção de identidade plural oriunda da pós-modernidade, com o indivíduo atendendo às respostas da vida cotidiana na sua adequação ao papel que desempenha em cada momento, ainda assim, os elos de similaridade nos fazem sentir pertencer ao mundo em que vivemos. Essa identidade se refere a um padrão de pertencimento que nos possibilita um sentimento de estabilidade e conforto ao enunciar uma presença definida por características identitárias, mas fundamentais para o cumprimento de papéis definidos culturalmente por cada sociedade. Todavia, a crítica da contemporaneidade está nas transformações das relações espaço-tempo configuradas pelos processos de globalização que constroem uma modernidade acelerada e consubstanciam tensões entre uma relativa sensação de segurança e estabilidade, e a ameaça das múltiplas possibilidades de escolha derivadas da modernidade (PASSOS, 2013).

Diante de um assunto tão relevante como o feminismo, faz-se necessário um aprofundamento trazendo algumas obras como norte e posicionamento de autoras nesse mundo complexo e tão cheio de nuances. O desafio se torna ainda maior quando se traça um paralelo com o cotidiano militar que muitas mulheres se dispuseram a enfrentar em busca de um espaço que também é seu, mas que ainda não foi conquistado, apesar de grandes avanços.

As concepções contemporâneas de gênero constituem uma das principais bases epistemológicas do pensamento feminista. O conceito de gênero, que inicialmente surgiu para distinguir as construções sociais atribuídas aos sexos

biológicos, tornou-se um eixo central para compreender as dinâmicas de poder que atravessam os corpos, as instituições e os discursos. Como argumenta Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma categoria útil de análise histórica, uma vez que estrutura as relações sociais e produz significados que organizam a vida social.

No campo do feminismo, o gênero é abordado não apenas como uma construção social, mas também como uma ferramenta para a análise das opressões sistemáticas. A partir das formulações de Butler (2018), especialmente em *Problemas de Gênero*, o gênero passa a ser compreendido como performativo, isto é, como um conjunto de atos reiterativos que produzem os corpos que dizem representar. Uma perspectiva que rompe com a noção essencialista de identidade e possibilita uma crítica radical à naturalização das hierarquias entre os sexos.

Essa virada teórica permitiu o surgimento de abordagens feministas que incorporam a multiplicidade das experiências de gênero e as intersecções com outras categorias de desigualdade. Nesse sentido, Crenshaw (2016) traz uma perspectiva interseccional que ganha centralidade nesse debate ao demonstrar como as opressões de gênero se articulam com raça, classe, sexualidade, nacionalidade e outros marcadores sociais. Já para Collins (2019), a interseccionalidade revela que as experiências das mulheres não são universais, e que os sistemas de dominação operam simultaneamente e de maneira articulada.

A crítica à universalização do sujeito mulher, presente nos feminismos de base liberal e eurocêntrica, é aprofundada por autoras como Lélia Gonzalez (2019) e Sueli Carneiro (1988), que reivindicam uma epistemologia situada e comprometida com as experiências das mulheres negras latino-americanas. Para Gonzalez (1988), o conceito de “amefricanidade” propõe um deslocamento do olhar para os saberes e práticas das mulheres negras nas Américas, descolonizando o próprio campo feminista. Carneiro (2019), por sua vez, enfatiza que a luta antirracista e a luta feminista são inseparáveis para a construção de uma justiça social efetiva.

É nesse contexto que o feminismo contemporâneo se consolida como um campo teórico e político plural, em constante diálogo com os desafios do presente. Como afirma Federici (2010), a luta feminista hoje deve incluir as pautas da reprodução social, do trabalho invisibilizado e da violência institucional, resgatando a dimensão material das opressões. Além disso, Vergès (2021) aponta para a

necessidade de um feminismo decolonial, que confronte o legado colonial e capitalista das estruturas de poder, inclusive dentro dos próprios feminismos hegemônicos.

Portanto, a articulação entre gênero e feminismo não é apenas conceitual, mas também política e metodológica. Compreender o gênero como construção histórica e performativa, mediado por relações interseccionais de poder, permite não apenas diagnosticar as desigualdades, mas também projetar formas mais justas e plurais de organização social. Reconhecendo, porém, a complexidade das experiências femininas em contextos diversos, como é o caso do espaço militar e dos projetos sociais a ele vinculados.

A chegada das mulheres no mundo militar constitui, nas sociedades contemporâneas, um dos terrenos mais desafiadores e reveladores das contradições de gênero. Mesmo com os avanços obtidos nas últimas décadas, a presença feminina nas instituições militares ainda carrega marcas profundas de um modelo hierárquico e androcêntrico, em que apresenta padrões de dominação historicamente associados à masculinidade hegemônica. Para compreender isso, é necessária uma análise que aborde as desigualdades e suas dinâmicas simbólicas.

3.2.3 A mulher como exceção: a crítica de Simone de Beauvoir

Simone de Beauvoir (2009) apresenta uma lente teórica basilar para analisar o lugar ocupado pelas mulheres no meio militar. Quando ela afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2009, p. 311), mostra o caráter socialmente construído das hierarquias de gênero, descaracterizando a posição subordinada atribuída às mulheres nas diversas esferas da vida social. Sua crítica mostra que, historicamente, a mulher foi colocada em uma posição de inferioridade, aquele ser que não é sujeito pleno, mas um objeto relacional, particularizada, marcada pela diferença, confinada ao papel de esposa, mãe, cuidadora ou objeto de desejo, definida sempre em função do masculino, vista como “o Outro” em relação ao homem. Um homem que é considerado o padrão universal, o neutro, o sujeito absoluto. Essa lógica de alteridade oprime e a mulher deixa de ser sujeito autônomo, ficando aprisionada em estereótipos de feminilidade.

A crítica de Beauvoir revela, portanto, como a sociedade cria mecanismos de naturalização da desigualdade, ao transformar construções históricas em supostas evidências naturais (op. cit., p. 789). Ao serem socializadas desde a infância para a passividade, a obediência e a dedicação aos outros, as mulheres são condicionadas a aceitar sua posição subordinada como destino, e não como imposição social.

Essa compreensão se torna útil quando se observa a posição das mulheres nas instituições militares, onde a masculinidade é construída como norma e modelo militar de sujeito (racional, forte, autônomo, agressivo) coincide com o ideal de sujeito universal criticado por Beauvoir, o que coloca as mulheres em permanente tensão entre o pertencimento e a exclusão.

Ao analisar a realidade militar, a reflexão adquire contornos ainda mais complexos. Ao longo da história, como já apresentado, a estrutura militar foi concebida como espaço privilegiado da construção da virilidade, da força física e do exercício da autoridade, atributos vinculados ao masculino. Ao entrar nesse espaço, a mulher não apenas desafia os estereótipos culturais vinculados a ela, como cuidado e fragilidade, mas também é convocada a provar continuamente que é capaz de se adequar a um modelo que não foi concebido para ela. Assim como mostra Beauvoir, a mulher é constantemente remetida à sua condição de exceção de instituições que continuam definidas segundo parâmetros masculinos, moldadas por estruturas que reproduzem a lógica da alteridade, da subalternização e da desigualdade de oportunidades, apesar de, muitas vezes, camufladas pelo discurso da igualdade formal e da meritocracia.

Embora do ingresso formal tenha sido permitido a partir das décadas finais do século XX, as mulheres militares ainda enfrentam resistências estruturais que remetem diretamente às reflexões de Simone de Beauvoir. Essas resistências vão além da presença quantitativa reduzida ou do difícil acesso aos cargos de comando, elas se reafirmam pela condição de alteridade na organização militar.

Dentro da perspectiva de Beauvoir, a mulher quando é aceita em determinados ambientes continua sendo tratada como uma exceção e sua presença é tolerada na medida em que não ameaça os valores e características que sustentam o ideal masculino militar, como força, comando, frieza. O resultado disso, é que muitas mulheres passam a performar masculinidades para serem aceitas,

para provarem que são capazes, ao mesmo tempo em que cobradas pela adequação a um ideal feminino tradicional de aparência, delicadeza, comportamento contido. Portanto, a emancipação da mulher não se realiza apenas com o acesso a direitos formais ou com a abertura de espaços tradicionalmente masculinos. É preciso transformar as estruturas que sustentam a dominação. Do contrário, corre-se o risco de substituir a exclusão aberta por uma integração condicionada e desigual.

Ao transpor essa reflexão para o contexto do espaço militar, observa-se que a entrada das mulheres nas corporações militares representa uma ruptura simbólica com a tradição que, por séculos, foi associada ao masculino. No entanto, tal presença ainda se dá de maneira tensionada, marcada por estigmas, resistência institucional e a necessidade constante de legitimação.

A inclusão feminina exige uma adaptação a normas e valores que não foram construídos para elas. Essa adaptação se faz necessária para que não haja a necessidade de estar sempre provando competência, enfrentando desconfiança constante, ouvindo frases pejorativas e passando por exigências mais rígidas do que aquelas, muitas vezes, impostas aos seus colegas homens. Essa sobrecarga psicológica e simbólica evidencia que a igualdade não implica, necessariamente, igualdade de condições ou de reconhecimento.

Nesse viés de modernização de normas, é válido salientar que os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil apresentam um avanço, visto que, no ano de 2017, foi criado o Comitê Nacional de Bombeiras Militares (CNBM) como parte do portfólio de atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (LIGABOM). A LIGABOM tem por objetivo analisar, discutir e normatizar procedimentos, equipamentos, estudos e técnicas que possam melhorar o desempenho administrativo e operacional dos Corpos de Bombeiros Militares (CBM), promovendo políticas públicas que envolvam as questões de gênero afetas às Bombeiras Militares brasileiras, com ênfase no papel da Mulher dentro dessas instituições. (LIGABOM, 2023)

O comitê foi criado durante a reunião LIGABOM do ano de 2017, presidida pelo Coronel Carlos Helbingen Júnior, então Comandante Geral do CBMGO e com presença dos demais Comandantes Gerais Bombeiros Militares do Brasil. A proposta foi apresentada pela Coronel QOBM Vanísia (CBMRR), CBMRR QOS

Karina (CBMAP), Tenente Coronel QOBM Jousilene (CBMPB), Tenente Coronel QOBM Camila (CBMAL) e Tenente Coronel QOBM Elaine (CBMAL). Após a explanação e esclarecimento de dúvidas, como forma de manifestarem concordância com a criação do Comitê, todos os Comandantes Gerais dos CBM's presentes ficaram de pé (LIGABOM, 2023).

O CNBM veio materializar o anseio de várias militares de todos os Corpos de Bombeiros do Brasil. Frente a tantos assuntos e demandas necessárias de pauta, ter um espaço para que se pudesse conversar, apresentar propostas e intervir em determinadas situações, era algo inadiável e necessário a se fazer. Com isso, foi possível dar oportunidade às militares para a exposição de seus desafios, suas lutas e principalmente suas ideias que ambicionam unanimemente construir Corpos de Bombeiros Militares capazes de atender às missões constitucionais de forma mais justa, como foco nas necessidades da sociedade em constante construção. Isso foi uma grande vitória do feminino que passou a ter uma rede de apoio a nível nacional para suas problemáticas, bem como ganhou um espaço para discutir e modificar normas que dizem respeito ao feminino (LIGABOM, 2023).

No entanto, isso não é realidade em todas as instituições militares que convergem com a crítica de Beauvoir à falsa universalidade dos direitos e à persistência das estruturas patriarcais sob novas roupagens, apesar dos avanços. Pensar a presença das mulheres no meio militar a partir de Beauvoir significa não aceitar visões que apenas comemoram sua participação, sem perceber os modos mais sutis de exclusão e desvalorização que ainda existem. O simples acesso a espaços antes vedados às mulheres não garante a emancipação, pois não há uma transformação efetiva das condições sustentam as desigualdades.

Assim como a mulher independente de Beauvoir recusa o destino previamente traçado da feminilidade submissa, a mulher militar desafia as estruturas normativas que tentam fixá-la nos limites do "outro" dentro da hierarquia institucional. Ela reinventa sua posição, vivendo entre resistência e adaptação. Dessa forma, emerge uma figura que se aproxima do ideal proposto por Beauvoir, uma mulher que recusa a alienação imposta pelas normas de gênero e que assume, com coragem, os riscos de sua liberdade. Ela se constrói como sujeito que reinventa os sentidos atribuídos a ela, à sua presença e ao seu papel institucional.

O feminino no espaço militar hoje representa uma figura em construção, atravessada por conflitos, tensões e possibilidades. Sua autonomia não é dada, mas conquistada cotidianamente, em meio a contradições e disputas. Ao tornar-se sujeito nesse espaço, a mulher militar desafia o modelo hegemônico da instituição e propõe novas formas de ser e de agir, reconfigurando as fronteiras do possível para si e para as que virão.

Portanto, é possível afirmar a trajetória das mulheres nas instituições militares no conceito de alteridade desenvolvido por Beauvoir. Essa alteridade não se manifesta apenas na distribuição desigual dos cargos e das funções, mas também na reprodução de discursos que desqualificam a presença feminina nesse ambiente.

A emancipação das mulheres militares exige mais do que sua simples inclusão nas fileiras das instituições, exige uma ruptura com os mecanismos de alteridade de gênero, de forma que o espaço militar passe a ser um território desenhado por elas também, como pode ser observado no CNBM. Como propôs Beauvoir, a verdadeira liberdade feminina só será possível quando a mulher puder ser um sujeito autônomo, não mais definido como exceção, desvio ou complemento do masculino, mas reconhecida como parte plena da humanidade: “A mulher não é mais um ser passivo, que sofre a existência, mas um ser ativo, que a constrói” (BEAUVOIR, 2016, p.722).

3.2.4 Crítica de Nancy Fraser à inserção feminina nas Instituições

Militares

A partir dos anos de 1980, em consonância com a virada cultural descrita por Fraser (2013), as lutas feministas por acesso a instituições que antes eram exclusivas dos homens foram guiadas principalmente por uma lógica de busca por reconhecimento. A busca por inclusão, contra a discriminação de gênero e pela valorização das mulheres no espaço militar foi, e continua sendo, apresentada como um avanço civilizatório e um marco de igualdade, representando uma das faces mais emblemáticas das transformações sociais provocadas pela luta feminista. Contudo, essa inserção não se deu sem tensões, contradições e desafios, como já citado anteriormente, visto que revela as ambiguidades de um processo de

emancipação que, muitas vezes, se desenvolve priorizando a integração formal sem, necessariamente, alterar as estruturas de dominação e desigualdade.

Sob a ótica de Fraser, é necessário questionar se essa conquista, não acaba reproduzindo a lógica neoliberal e patriarcal que o feminismo insurgente buscava combater. A inserção das mulheres no espaço militar, quando descolada das pautas de redistribuição e de transformação das estruturas sociais, pode resultar em uma forma de inclusão subordinada e funcional às dinâmicas de violência, colonialismo e expansão imperialista associadas à atuação militar no mundo contemporâneo (FRASER, 2013, p. 211-212).

Neste contexto, Nancy Fraser, em seu livro *Fortunas do Feminismo* (2013) faz uma análise dos dilemas contemporâneos do feminismo, trazendo conceitos, como redistribuição, reconhecimento e representação, que podem ser aplicados na questão da condição das mulheres militares, considerando os desafios da igualdade dentro de uma instituição historicamente masculina.

A análise parte da premissa de que as conquistas formais de inserção das mulheres no meio militar, embora relevantes, não são suficientes para garantir plena justiça de gênero. Ao contrário, essas conquistas muitas vezes acontecem dentro de uma lógica neoliberal, que valoriza a meritocracia, responsabiliza o indivíduo e torna as relações de trabalho mais flexíveis. Com isso, o debate sobre desigualdade fica restrito ao campo simbólico, deixando de lado a crítica às estruturas que mantêm a dominação.

O reconhecimento das mulheres no meio militar pode ser visto quando se celebra a presença feminina como sinal de modernização. No entanto, isso nem sempre vem acompanhado de uma redistribuição real de poder, de condições de trabalho ou de igualdade nos postos de comando. Ou seja, instituições militares podem valorizar simbolicamente a “diferença” da presença feminina, dando visibilidade e reconhecimento, mas mantém uma estrutura baseada na lógica masculina e excludente.

De acordo com Fraser (2013), nas últimas décadas, o feminismo hegemônico passou de uma crítica estrutural ao capitalismo e suas dimensões androcentristas para uma agenda centrada no reconhecimento das diferenças culturais e identitárias. Esse deslocamento, embora tenha promovido avanços no combate às

discriminações simbólicas, coincidiu com o avanço do neoliberalismo, que desmantelou as estruturas de proteção social e precarizou as relações de trabalho.

Fraser (2013) chama atenção para o fenômeno que denomina de “aliança perigosa” do feminismo com o neoliberalismo. Essa reflexão pode ser estendida à relação entre feminismo e militarismo. A promoção da participação feminina no meio militar, sem questionamento das finalidades e da lógica estrutural dessas instituições, corre o risco de transformar o feminismo em um instrumento de legitimação de práticas de dominação, exploração e violência geopolítica.

Por outro lado, recusar a participação das mulheres nas esferas militares poderia significar, paradoxalmente, reforçar sua exclusão dos espaços de poder e decisão. Surge, portanto, uma tensão dialética que exige que o feminismo contemporâneo articule, simultaneamente, uma crítica à reprodução das estruturas militares com a defesa dos direitos das mulheres que nelas atuam.

Isso permite compreender as contradições presentes na inserção das mulheres no meio militar, visto que essa conquista não rompeu, necessariamente, com as estruturas hierárquicas de gênero, nem promoveu transformações profundas nas condições de redistribuição de recursos, poder e responsabilidades no interior das instituições militares.

O modelo tridimensional de Fraser, “redistribuição, reconhecimento e representação” permite identificar as tensões enfrentadas pelas mulheres militares.

A redistribuição é a abertura de espaço para as mulheres e não veio acompanhada de uma revisão efetiva dos critérios de distribuição de funções e oportunidades. Isso persiste uma desigualdade material vinculada não apenas à remuneração e às possibilidades de ascensão, mas também à divisão do trabalho segundo linhas de gênero. Já o reconhecimento corresponde à presença feminina nas instituições militares como um avanço simbólico, desafiando os estereótipos. No entanto, esse reconhecimento é frequentemente condicionado à lógica do excepcionalismo, uma vez que as mulheres que “conseguem” se adequar aos padrões masculinos de desempenho e conduta são celebradas, enquanto aquelas que reivindicam a valorização de práticas associadas ao cuidado e à empatia são vistas como desvios. Por fim, a representação diz respeito à representação pífia das

mulheres nos espaços decisórios das instituições militares, o que reflete um problema estrutural que Fraser denomina de "injustiça metapolítica", uma exclusão estrutural da própria possibilidade de participar das decisões que afetam suas vidas.

Fraser alerta que o ideal emancipatório, quando desconectado das lutas por proteção social e redistribuição, pode ser capturado pelas dinâmicas neoliberais. No caso das mulheres militares, observa-se a promoção de uma narrativa que exalta a capacidade feminina de se adequar aos rigores da vida militar, mas que silencia sobre as dificuldades específicas relacionadas à conciliação entre vida profissional e responsabilidades reprodutivas e familiares ou como a falta de políticas institucionais o assédio moral e sexual persistentes.

Diante disso, a autora propõe o conceito de "movimento triplo", uma chave interpretativa para pensar os caminhos do feminismo que pode ser usada no interior das instituições militares. Este movimento articula a resistência à mercantilização, que exige desempenho, produtividade e competitividade sem, contudo, oferecer suporte à reprodução social dos sujeitos. Também articula a crítica às formas de proteção social hierarquizada, que, embora ofereçam certa estabilidade, reproduzem padrões excludentes, patriarcais e ainda a crítica às formas de proteção social hierarquizada, que, embora ofereçam certa estabilidade, reproduzem padrões excludentes, patriarcais.

A experiência das mulheres militares evidencia a emancipação neoliberal, com a promessa de igualdade que se realiza no plano simbólico, enquanto as estruturas materiais e institucionais sustentam a desigualdade de gênero. Para superar tudo isso, é necessária a construção de um projeto que articule a crítica ao patriarcado com uma crítica ao neoliberalismo e às formas de exclusão política.

Ao incorporar a discussão sobre as mulheres militares às concepções de Nancy Fraser, torna-se evidente que a análise feminista não pode se limitar a uma das dimensões da justiça seja ela redistributiva, cultural ou representativa. A participação feminina instituições militares revela as contradições de um feminismo que, se operando exclusivamente na chave do reconhecimento, pode ser capturado por projetos neoliberais.

Portanto, a análise de Nancy Fraser mostra-se de grande importância para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelas militares, uma vez que a incorporação feminina ainda permanece insuficiente por não ser acompanhada de transformações nas esferas da redistribuição e da representação.

A inclusão do feminino no espaço militar tem se dado de forma lenta e conflituosa, especialmente para aquelas que rompem não apenas com as expectativas de gênero, mas também com as normas raciais e de classe. O ambiente castrense apresenta resistências estruturais à presença feminina em funções de comando e operação. É nesse contexto que o conceito de interseccionalidade, formulado inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1989) e amplamente difundido por autoras como Patricia Hill Collins (2019), torna-se essencial para compreender as múltiplas formas de opressão que atravessam o corpo da mulher militar.

Há várias razões pelas quais experiências específicas de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça. Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos (Crenshaw, 2002, p. 174).

A experiência da mulher militar é atravessada por marcadores de gênero e, em muitos casos, de raça e classe, o que configura uma dupla ou tripla condição de subalternidade institucional. Como aponta Lélia Gonzalez, o sexismo no Brasil não atua de forma isolada: “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, é possível perceber que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 2019, p. 71). Uma leitura que se aplica à condição da mulher militar, cuja presença em um ambiente estruturado pela masculinidade a posiciona constantemente sob vigilância e prova.

Como evidencia Collins (2019), os sistemas institucionais se articulam para reproduzir a opressão interseccional. Na caserna, esse sistema se concretiza em práticas cotidianas de “dupla prova”: a mulher precisa provar que é tão capaz quanto

os homens e, ao mesmo tempo, justificar sua presença no espaço da autoridade. Essa lógica adquire contornos ainda mais perversos quando se trata de mulheres negras. No entanto, como afirma Gonzalez (2019, p. 84), “a consciência faz tudo para a nossa história ser esquecida, tirada de cena”, e esse esquecimento é percebido em escalas simbólicas e práticas, como ausência de protocolos de enfrentamento ao racismo institucional até o silenciamento das denúncias.

Diante disso, pode-se dizer que a presença feminina no militarismo não representa apenas uma conquista formal, mas uma reconfiguração simbólica das estruturas de poder. Essa presença desestabiliza o mito da neutralidade militar e evidencia a urgência de políticas institucionais que considerem as especificidades de gênero, raça e classe no cotidiano da caserna. Mais do que integrar as mulheres à lógica masculina, trata-se de transformar a lógica a partir de dentro.

Mesmo diante dessa realidade, a presença feminina nas instituições militares tem impulsionado debates e ações voltadas para a equidade. Em 2014, o Ministério da Defesa instituiu a Política de Gênero no âmbito das Forças Armadas. Já em agosto de 2024, a Presidência da República estabeleceu, via decreto nº 12.154, os procedimentos necessários para o recrutamento, a incorporação e a prestação do serviço militar inicial por mulheres voluntárias no âmbito das Forças Armadas. Ainda que representem um avanço, tais medidas têm alcance limitado e raramente abordam a interseccionalidade de forma explícita.

De acordo com estudos apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o percentual de mulheres nas instituições militares da segurança pública é historicamente muito baixo, com somente 12,8% do efetivo das Polícias Militares Estaduais composto por mulheres. Isso significa dizer que a representação feminina nas Polícias Militares é ainda menor do que na Câmara dos Deputados, atualmente de 14,81%. Já no Corpo de Bombeiros, 14,5% do efetivo é formado por mulheres. Esses dados que demonstram a importância de avançarmos na discussão sobre diversidade de gênero nas instituições militares que tanto poderia contribuir com iluminação de novas prioridades para sua atuação e com a qualificação da prestação de serviço oferecida à população (FBSP, 2024).

Quando nos referimos ao ambiente da segurança pública e a inserção das mulheres em espaços cujas representações remetem a um universo “masculino”,

onde segundo Glaucíria Mota Brasil *et al.* (2008), os estudos de gênero no contexto das instituições torna-se particularmente pertinente justamente em função de sua especificidade: trata-se de um espaço que, historicamente, tem se configurado como um locus predominantemente masculino, marcado pelo uso da força, que expressa o monopólio da violência legítima, no qual esta se coloca como um código operacional que perpassa as práticas daqueles que ali atuam. Portanto, é condição *sine qua non* uma reflexão em torno do conceito de gênero, para desmistificar a compreensão posta de que no ambiente militar não existem homens e mulheres, todavia existe apenas o militar. Diante disso, acredita-se como cultura na caserna que o ambiente militar é um ambiente neutro, e que, portanto, não necessita de uma gestão diferenciada entre o masculino e o feminino e sim de uma melhor compreensão sobre gênero e suas implicações.

Essa virada teórica permitiu o surgimento de abordagens feministas que incorporam a multiplicidade das experiências de gênero e as intersecções com outras categorias de desigualdade. A perspectiva interseccional, cunhada por Kimberlé Crenshaw (2002), ganha centralidade nesse debate ao demonstrar como as opressões de gênero se articulam com raça, classe, sexualidade, nacionalidade e outros marcadores sociais. Para autoras como Patricia Hill Collins (2019), a interseccionalidade revela que as experiências das mulheres não são universais, e que os sistemas de dominação operam simultaneamente e de maneira articulada.

A crítica à universalização do sujeito mulher, presente nos feminismos de base liberal e eurocêntrica, é aprofundada por autoras como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2003), que reivindicam uma epistemologia situada e comprometida com as experiências das mulheres negras latino-americanas. Para Gonzalez, o conceito de “amefricanidade” propõe um deslocamento do olhar para os saberes e práticas das mulheres negras nas Américas, descolonizando o próprio campo feminista. Carneiro, por sua vez, enfatiza que a luta antirracista e a luta feminista são inseparáveis para a construção de uma justiça social efetiva.

É nesse contexto que o feminismo contemporâneo se consolida como um campo teórico e político plural, em constante diálogo com os desafios do presente. Como afirma Silvia Federici (2019), a luta feminista hoje deve incluir as pautas da reprodução social, do trabalho invisibilizado e da violência institucional, resgatando a

dimensão material das opressões. Além disso, autoras como Françoise Vergès (2021) apontam para a necessidade de um feminismo decolonial, que confronte o legado colonial e capitalista das estruturas de poder, inclusive dentro dos próprios feminismos hegemônicos.

Assim, a articulação entre gênero e feminismo não é apenas conceitual, mas também política e metodológica. Compreender o gênero como construção histórica e performativa, mediado por relações interseccionais de poder, permite não apenas diagnosticar as desigualdades, mas também projetar formas mais justas e plurais de organização social. Ao adotar essa perspectiva, a presente pesquisa se inscreve na tradição crítica do feminismo interseccional e decolonial, reconhecendo a complexidade das experiências femininas em contextos diversos, como é o caso do espaço militar e dos projetos sociais a ele vinculados.

O gênero com o recorte feminino neste campo, desde a sua inclusão, aponta barreiras e limitações impostas institucionalmente, tendo em conta uma clara demarcação de espaços em um território até pouco tempo masculino. Assim, elas precisam sempre lutar para ocupar as suas funções, buscando desempenhá-las tal qual os homens, tentando passar para a sociedade uma imagem de credibilidade funcional, para além do sexo (BARBORA, 2023).

O processo histórico da inserção feminina no militarismo vai muito além da limitação de acesso, envolve o engajamento, a cultura, a política institucional e as funções por elas desempenhadas que são fatores limitantes para sua atuação. Nesse sentido, mesmo com acesso inicial pautado pela ampla concorrência, a representatividade não significará a solução do enfrentamento às violências de gênero. A visibilidade da mulher militar está associada ao processo de reconhecimento da sua inserção nesse espaço institucional que é um campo de disputas e confrontos em que as relações assimétricas de poder, tanto subjetivas como objetivas, marcadas pelo signo do masculino (BARBORA, 2023).

4. OBJETIVOS DA PESQUISA

4.1 Objetivo Geral

Realizar uma avaliação em profundidade no Projeto Social Jovem Brigadista de Valor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, com ênfase no papel da mulher no aprendizado e no exercício profissional em ambiente militar.

4.2 Objetivos Específicos

- a. Refletir sobre o aprendizado das alunas do JBV e seu potencial emancipador em meio à sociedade de consumo.
- b. Descrever o JBV como alternativa para formação humana mais completa.
- c. Desenvolver uma reflexão crítica sobre a presença e a atuação da mulher em ambientes profissionais predominantemente masculinos.
- d. Discutir questões de gênero no acesso e permanência das mulheres no meio militar.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se define como uma pesquisa multissituada cuja abordagem considera e explora contextos múltiplos ao analisar dois núcleos do projeto social Jovem Brigadista de Valor: um no Quartel Central do Corpo de Bombeiros Militar, localizado no Bairro Jacarecanga (JBV Centro) e o outro no Quartel do bairro Mucuripe (JBV Mucuripe).

O estudo foi realizado com acompanhamento semanal durante os meses de março, abril e maio do ano de 2025. O acompanhamento do JBV Mucuripe acontecia no período vespertino nas terças-feiras e o JBV Centro no período matutino dos sábados. Dessa forma, foi possível compreender a diversidade de experiências que o projeto e seu contexto social apresentam.

Os métodos utilizados foram:

- a. Autoetnografia: produzindo conhecimento como corpo situado, trazendo a minha perspectiva feminina no contexto militar ao pesquisar a presença e o desempenho do corpo feminino do JBV.
- b. Observação Participante: para compreender a participação e o desenvolvimento das alunas participantes do projeto.
- c. Entrevistas Semi-estruturadas: que foram realizadas com os instrutores para entender como jovens meninas se comportam e quais problemas enfrentados como instrutores.
- d. Grupo Focal: realizado com as meninas participantes dos dois núcleos.

5.1. Autoetnografia na avaliação do JBV

A autoetnografia é uma análise cultural elaborada por meio da narrativa pessoal em que é possível desenvolver uma lente crítica em uma práxis dentro/fora, de maneira a compreender quem somos nas nossas comunidades. É um método que permite um estudo mais próximo das questões pessoais e culturais, percebendo que somos atravessadas por diversas dimensões e temos múltiplos pontos de vista sobre nós mesmos e nossas localizações culturais (BOYLORN; ORBE, 2014).

Através da autoetnografia, caminhos podem ser abertos “para interrogar como afiliações de identidade sobrepostas e aparentemente opostas influenciam nossas vidas, relacionamentos e narrativas pessoais” (BOYLORN; ORBE, 2014, p. 234-

235). Nesse viés, observa-se que existe um vínculo entre a autoetnografia, a comunicação intercultural e a comunicação interpessoal. A comunicação intercultural pleiteia considerar as interferências e influências culturais, enquanto a comunicação interpessoal demanda desvelo nas relações e trocas com as pessoas do nosso contexto familiar, escolar/universitário, de trabalho e da comunidade em que vivemos (RAIMONDI, 2020).

Por meio de autoetnografia, há possibilidade de interpelar os estereótipos e as narrativas hegemônicas, de criar espaços reflexivos não limitados e de auxiliar no aperfeiçoamento das nossas incessantes negociações no campo do conhecimento (BOYLORN; ORBE, 2014).

Assim como a autoetnografia, o artigo “Saberes Localizados” de Donna Haraway aborda perspectivas valiosas que permitem compreender as experiências individuais e coletivas em contextos específicos, trazendo uma visão rica e complexa das experiências humanas. Em seu conceito de conhecimento situado, ela afirma que todo saber é parcial, encarnado e posicionado, bem como vai contra neutralidade dos saberes objetivos, propondo uma ciência que reconhece o ponto de vista de quem produz o conhecimento. Ao criticar a pretensa neutralidade do saber científico, Haraway afirma que “não existe um ponto de vista de nenhum lugar” (1995, p. 16). Todo saber é posicionado, emergindo a partir de corpos localizados e marcados pelas estruturas de poder. A autoetnografia, nesse sentido, é um método que parte da experiência própria, não como um relato individualizado e fechado, mas como um saber relacional, que emerge da junção entre a subjetividade e as estruturas sociais.

Haraway é bióloga de formação e filósofa da ciência estadunidense. Em sua vida, tem se dedicado a pensar as relações entre tecnociência, mundo multiespécies e feminismo. Suas preocupações partem de muitas questões e tensões colocadas de modo metafórico e crítico, em uma leitura e disposição de pensar que nada, nem a epistemologia feminista, se dá sem esse mundo. Mais precisamente, a revolução de sua obra perpassa a análise de problemas fundamentais, como o sistema natureza-cultura, a partir da relação entre filosofia da ciência, feminismo e tecnociência (SOARES, 2024).

No referido artigo, Haraway pondera, a partir da leitura da primeira grande obra de Sandra Harding (1986), *The Science Question in Feminism*, sobre as problemáticas das teorias construtivistas sociais se pautarem naquilo que contam sobre a ciência – por seus manuais ou relatos de cientistas, por exemplo – em vez de analisarem a própria atividade científica. Essa distorção da visão sobre a ciência levou a uma análise tão perniciosa quanto o relativismo e o realismo ingênuo, no sentido de que produzem discursos igualmente totalitários sobre um conhecimento que é sempre corporificado, localizado, parcial. “O relativismo e a totalização são, ambos, ‘truques de deus’, prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência” (HARAWAY, 2009, p. 24).

O conceito de saber localizado é proveniente de uma reconstrução da objetividade. Conforme afirma Lorraine Code (1993), a existência de um viés androcêntrico e sexista na ciência mostra que a separação entre subjetividade e objetividade na pesquisa, não funciona. O pesquisador não é capaz de eliminar a si mesmo e apenas mascarar sua subjetividade por meio da neutralidade. A noção de objetividade do modelo de ciência hegemônico, portanto é, na verdade, a adoção de uma subjetividade única, no caso aquela marcada pela comunidade acadêmica – homens brancos e ocidentais. Dessa forma, a autora propõe trazer a subjetividade para a pesquisa, em um processo de constante reflexividade.

Ela propõe a objetividade como visão parcial. Isto significa um olhar que parte de um corpo humano, localizado territorial, social e temporalmente. Assim, propõe uma visão corporificada, que produz um conhecimento corporificado e, como tal, localizado e parcial. A corporificação do conhecimento consiste em se posicionar, isto é, compreender que o saber é produzido por corpos e reconhecer a localização social e política que estes ocupam na estrutura. A objetividade é, portanto, um conhecimento localizado (GÓES, 2019).

É preciso ter o poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, “não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 2009, p. 16).

Para alcançar um conhecimento cada vez mais objetivo, é necessário abandonar a neutralidade e reconhecer a perspectiva parcial e subjetiva do pesquisador. Essa perspectiva não significa o mero conjunto de opiniões, mas sim a posição na estrutura de intersecção de classe, raça, gênero, etc. (GÓES, 2019).

Afirmar a existência de uma única verdade tem o mesmo impacto que afirmar que tudo vale, visto que ambos impedem a crítica. Localizar o saber, portanto, não significa dizer que existem várias perspectivas e que todas devem ser aceitas, significa reconhecer que o conhecimento é parcial. Ao invés de se buscar leis universais e explicações globais, as comunidades devem traduzir o seu conhecimento uma para as outras (GÓES, 2019).

Haraway (2009) utiliza a metáfora da fotografia para explicar esse conceito. Esta é uma visão parcial mediada pela tecnologia, que consiste na tradução desta visão para outras. Assim, uma fotografia não deve buscar ser a representação universal do mundo, e sim a tradução de uma visão localizada, de um saber localizado (GÓES, 2019).

Nesse contexto, saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social (HARAWAY, 2009).

A objetividade a partir do reconhecimento da corporificação do pesquisador significa que não se procura assumir a posição de identidade de quem se pesquisa; ela significa, na verdade, uma conexão parcial. "Não há maneira de 'estar' simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas). A procura por uma tal posição 'inteira' e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional" (HARAWAY, 2009, p. 27). Assim, ela estabelece que não apenas o sujeito que produz a pesquisa é corporificado, mas também aquele que se estuda. A objetividade, dentro da lógica do privilégio epistêmico, é, portanto, o reconhecimento da diferença entre estes corpos, a busca pela perspectiva do subjugado, mas sem idealizá-lo ou tentando torna-se ele, e sim

mantendo sua posição e dialogando a partir dela. Tentar tornar-se o outro implica em cair no mesmo erro, na neutralidade, ou seja, em esconder a própria subjetividade (COLLINS, 2002; CODE, 1993; HARAWAY, 2009; COLLINS, 1998).

5.1.2 Metodologia de entrevista relacionada à autoetnografia

Durante o acompanhamento do projeto, foram realizadas conversas informais e grupo focal com alunas participantes, com o objetivo de compreender como elas percebem sua presença no ambiente militarizado e quais significados atribuem à experiência no projeto. As falas das meninas revelam tanto admiração e orgulho, quanto consciência das barreiras enfrentadas por serem mulheres na sociedade.

“No começo, o projeto só tinha meninos e eu quis entrar porque sabia que era capaz. Quando entrei, me dediquei para mostrar que era capaz, tentei me impor na hora de realizar as atividades, na hora de ensinar aos demais alunos, para chamar atenção e mostrar para as outras meninas que elas também podiam estar ali”. (Aluna do JBV Centro, 2025)

Nesse exemplo, vê-se a produção de saberes localizados, bem como o enfrentamento e a resistência feminina relatado por uma aluna durante o grupo focal realizado com as meninas participantes do núcleo central. Segundo seu relato, quando ingressou no projeto, o núcleo era composto exclusivamente por meninos. Ainda assim, decidiu participar ativamente das atividades, movida por motivação dupla: demonstrar para si mesma e para as demais meninas de sua escola que a presença feminina naquele espaço era possível e legítima. Essa postura apresenta-se como um gesto de enfrentamento simbólico à lógica excludente de gênero, tornando-se referência para outras meninas. Uma dessas alunas, inclusive, permanece no projeto até os dias atuais, inspirada pelo exemplo da pioneira.

Diante disso, percebe-se que essas alunas performam, a seu modo, uma nova gramática corporal no espaço militarizado, com firmeza, delicadeza, disciplina, sem apagar suas singularidades. Sob a ótica autoetnográfica, tais comportamentos trazem lembranças da minha trajetória, o esforço para ser levada a sério, o medo de parecer frágil, a necessidade de ser sempre excelente para ser apenas aceita.

Outro exemplo a ser citado foi o relato de uma aluna do núcleo Mucuripe durante o grupo focal que evidenciou o engajamento no projeto, promovendo

transformações subjetivas significativas, especialmente no que diz respeito à construção da autoestima e à sensação de pertencimento social:

“Um dia eu estava vendo TV com minha família e apareceu uma reportagem mostrando uma pessoa salvando a vida de um bebê que estava engasgado. Então, o meu pai perguntou: você saberia salvar esse bebê? Sabe realizar essa técnica? E eu respondi dizendo que sabia. Meu pai me olhou com orgulho e eu fiquei ‘me achando’.” (Aluna do JBV Mucuripe).

Esse relato evidencia o modo como a experiência no projeto, mediada por práticas disciplinares e pela incorporação de saberes técnico-operacionais, contribui para a reconstrução simbólica da identidade da participante. O domínio de uma técnica, validado pelo reconhecimento familiar, especialmente pela figura paterna, ressignifica sua posição social e subjetiva, atribuindo-lhe um sentimento de competência, dignidade e pertencimento a um espaço historicamente masculinizado.

Essa dimensão do reconhecimento é também central na minha trajetória pessoal, vinda de um contexto de poucas oportunidades, o ingresso em uma instituição militar significou não apenas transgressão de normas de gênero, mas também busca por reconhecimento inicialmente familiar, depois institucional e social. O orgulho expresso pela minha família e por amigos próximos diante das minhas conquistas foi decisivo para a manutenção da minha motivação, sobretudo em momentos de descrédito.

Assim como na experiência da aluna, o olhar de aprovação adquire uma potência simbólica, sinal de que é possível habitar esse lugar historicamente negado às mulheres. Tanto para mim quanto para as meninas do projeto, o reconhecimento daqueles que nos são afetivamente importantes funciona como um mecanismo de legitimação subjetiva diante de um mundo que frequentemente nos desautoriza.

A autoetnografia enquanto método de pesquisa permite que a pesquisadora se inscreva no próprio processo investigativo, reconhecendo seu corpo, sua trajetória e seus afetos como dimensões legítimas e potentes da construção do conhecimento (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). Neste estudo, o olhar foi o de uma mulher que ascendeu à posição de capitã no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, após um percurso permeado por resistência, disciplina e enfrentamento ao machismo institucional. Esse lugar de fala singular oferece um ponto de vista

encarnado para compreender o projeto JBV e, especialmente, a presença feminina em sua estrutura e dinâmica cotidiana.

Como capitã e pesquisadora, escutar essas meninas é também reconhecer nelas pedaços de minha própria trajetória. É ver a continuidade de uma luta que começou há alguns anos, mas que ainda exige presença, voz e coragem para existir. Dessa forma, a autoetnografia se transforma em um espelho coletivo em que cada fala ecoa como histórias que se cruzam, se reforçam e se ampliam.

A vivência como oficial permitiu observar de perto o impacto da presença de meninas no projeto, visto que entre instruções emerge um feminino em construção. Corpos jovens que se empoderam, que se movimentam nesse espaço e o ressignificam com suas subjetividades e modos de agir.

Portanto, este estudo parte de uma abordagem autoetnográfica, uma vez que considera a experiência da pesquisadora como parte constituinte e legítima do processo de produção de conhecimento (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). A investigação é conduzida a partir do ponto de vista de uma capitã do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, mulher, nordestina, oriunda do interior, que veio de uma trajetória de superações dentro de uma instituição notadamente masculina. A escolha metodológica da autoetnografia é, portanto, uma opção epistemológica e política, pois olhar para as alunas do JBV é também revisitar a própria história, reencontrar a menina que um dia desejou ir além dos limites impostos pela origem social e pelo gênero. Essa metodologia permite não apenas falar sobre essas meninas, mas compreender a partir delas e, com isso, elaborar um conhecimento que respeita suas experiências como produtoras de sentido e transformação.

Nessa perspectiva, foram analisados os comportamentos das alunas do projeto dentro do contexto militar pelo projeto social JBV em que o conhecimento foi produzido como corpo situado no ambiente militar, que conhece as nuances da caserna, as dificuldades e limitações impostas por si próprias e pelos outros. Uma abordagem que desafia as narrativas dominantes e permite que vozes e experiências sejam ouvidas e valorizadas.

5.2. Observação Participante

A observação participante é um método desenvolvido na Antropologia densamente teorizado na disciplina (MALINOWSKI, 1978) ao substituir os relatos dos viajantes por trabalho de campo para conhecimento de outras culturas. Vem sendo adaptado à realidade de diferentes disciplinas para coleta de dados, incluindo a avaliação em profundidade, de vocação contra-hegemônica, especialmente para a análise e melhoria de políticas públicas (GUSSI, 2008).

A observação participante surge, então, da necessidade de o pesquisador compreender de forma mais efetiva as relações humanas e culturais através de uma observação mais holística, do modo de vida de um grupo de pessoas, integrando-se a sua própria pesquisa com observação direta. Isso implicou em uma mudança radical nos meios de coleta, análise e tratamento de dados pesquisados, que agora introduz o pesquisador como sendo membro efetivo da equipe pesquisada (HOSKEN, 2022).

Na observação participante, o observador não é apenas um espectador, ele se une à realidade estudada para registrar ações, interações ou eventos que ocorrem, permitindo não só que os fenômenos sejam estudados à medida que surgem, mas também oferecendo ao pesquisador a oportunidade de obter informações por meio da experiência dos fenômenos por si mesmos (RITCHIE 2003).

Dessa forma, o observador participante tem mais condições de compreender hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características do dia-a-dia (RICHARDSON *et al.* 2012), permitindo a captação de situações ou fenômenos que não poderiam obtidos por meio apenas de perguntas. Nesse sentido, é importante que o pesquisador realize uma imersão profunda no grupo estudado, estabelecendo, assim, relações de confiança que podem facilitar o trabalho de observação participante (BERNARD, 2006).

A pesquisa foi conduzida a partir da observação participante, estratégia essencial no campo das ciências sociais e da educação, sobretudo quando se objetiva compreender processos subjetivos e interações simbólicas no interior de coletividades específicas. Segundo Guber (2011), esse método permite ao pesquisador envolver-se diretamente com o grupo observado, construindo

significados a partir da vivência e da imersão no cotidiano dos participantes. Ao me inserir no projeto, foram compartilhadas referências e experiências que, ao mesmo tempo em que forneciam dados, também provocavam ressonâncias subjetivas.

Nessa metodologia, cuja abordagem é qualitativa, o relacionamento é multilateral e, como pesquisadora, foi feita uma imersão no contexto social analisado. Através de observação direta de interações, descrevo comportamentos e práticas das alunas do projeto JBV. Fui observadora, mas também participante ativa ao realizar inserções, apontamentos e até cooperar com as instruções. Dessa forma, pude compreender a dinâmica do grupo, as interações entre os participantes e a forma como as atividades são comumente vivenciadas. Com o envolvimento ativo com o grupo, houve não só a coleta de informações relevantes, mas a contribuição para o ambiente de aprendizado colaborativo, promovendo efeitos positivos nas vidas dos participantes, especialmente das meninas.

Para Bernard (2006), o maior desafio da observação participante é o início dela, ou seja, a chegada e a instalação do pesquisador. Por isso, a sugestão é escolher um grupo que se mostre aberto e de fácil acesso, isso irá facilitar o processo de coleta de dados. Foram escolhidos 2 núcleos do projeto que já possuem mais tempo de existência, que possuem alunos veteranos e instrutores mais experientes para que uma maior quantidade de informações seja coletada.

Além disso, Richardson *et al.* (2012) destacam que o pesquisador precisa apresentar previamente os objetivos e a justificativa da pesquisa, para que não ocorram dúvidas sobre o estudo e para elevar o grau de aceitação da pesquisa pelo grupo, o que foi realizado no primeiro contato, apesar de os instrutores já estarem cientes.

No primeiro dia de pesquisa de campo, realizou-se uma apresentação formal aos integrantes do projeto. Apresentei-me na condição de Capitã da Corporação e esclareci que a minha presença no ali se devia à condução de uma pesquisa científica vinculada à dissertação de mestrado. Ressaltei a admiração que sempre tive pelo projeto, em razão de seu alcance social e formativo e informei que o foco da investigação estaria centrado no acompanhamento das participantes do sexo feminino, sem, contudo, detalhar naquele momento os procedimentos metodológicos específicos a serem adotados.

Figura 1 - Primeiro contato com o JBV Centro.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Por se tratar de um projeto social vinculado ao CBMCE, a inserção ao meio de convívio dos integrantes foi facilitada, pois os alunos e instrutores já possuem vínculo automático com esta pesquisadora. Para os instrutores, existe a subordinação hierárquica da própria instituição e, devido ao número reduzido de mulheres na instituição, alguns alunos já me conheciam como oficial.

Os apontamentos foram realizados através de registros de percepções por meio de áudios de descrição de sensações, de fotografias e de vídeos que permitiram, inclusive, uma análise detalhada posterior ao evento.

5.2.1 Formação de Subjetividades Femininas

O contato com os núcleos do JBV ocorreu em dois quartéis distintos da cidade de Fortaleza-CE: o quartel localizado no bairro Mucuripe e o Quartel Central no bairro Jacarecanga. Cada núcleo possuía aspectos significativos na dinâmica de funcionamento e de elementos relacionados à presença e atuação das meninas no contexto formativo.

No JBV Mucuripe, a primeira atividade que pude acompanhar foi a exibição do filme *Brigada 49*, cuja narrativa apresenta o cotidiano e os desafios enfrentados por bombeiros. O uso desse recurso audiovisual é uma estratégia didática para introduzir os jovens ao universo simbólico e prático da profissão, apresentando suas

diversas faces e mobilizar afetos, valores e representações sobre o trabalho bombeirístico.

Minha presença, enquanto Capitã da Corporação e mulher militar foi recebida com entusiasmo, sobretudo pelas alunas. O brilho nos olhos, os sorrisos e a atenção demonstraram não apenas curiosidade, mas reconhecimento da importância da representatividade feminina no espaço militar. Este acolhimento ilustra o que Butler (2018) compreende como performatividade de gênero, em que as identidades se constroem na interação social e são reafirmadas através de práticas reiteradas. Gênero não é algo que se é, mas o que se faz, se realiza e se reproduz.

Como destaca Minayo (2014), a observação participante exige que o pesquisador esteja atento aos sentidos expressos nos gestos, falas e silêncios dos sujeitos, implicando-se na relação e na escuta sensível. É dessa forma que se evidenciam processos de construção de subjetividades, especialmente entre as meninas do projeto, que demonstraram interesse pela profissão militar e identificaram-se com a figura feminina.

Já no JBV Centro, as instruções ocorrem no quartel Central e os jovens encontravam-se em treinamento de ordem unida. Após a apresentação do instrutor, foi possível realizar uma breve fala de apresentação como pesquisadora e oficial da Corporação, esclarecendo o objetivo do estudo e informando que a pesquisa possui foco na participação feminina no projeto. Nesse momento, reforçou-se o compromisso ético com o grupo, com atuação respeitosa e observação participante, conforme preconizado por Minayo (2014), que destaca a necessidade de inserção sensível e ética do pesquisador nos campos qualitativos de investigação.

Nesse primeiro dia, um episódio chamou atenção: um dos alunos sentiu-se mal por não ter se alimentado antes das atividades. Segundo relato do instrutor, o aluno vivenciava situação de vulnerabilidade socioeconômica, realidade comum a parte significativa do público atendido pelo projeto, que são jovens quem vivem em comunidades e muitos são alunos de escola pública. Devido a tais situações, em algumas ocasiões, os próprios instrutores levavam alimentos para garantir a permanência no projeto. Em outras situações, os jovens não possuem roupas adequadas ou dinheiro para o transporte até o quartel, problemas que sensibilizam

os instrutores que se mobilizam para custear e dar o apoio mínimo necessário para que eles continuem se sentindo inseridos naquele ambiente.

Episódios assim revelam o papel social ampliado do projeto, que ultrapassa a formação cidadã e técnica para atuar como espaço de acolhimento, solidariedade e apoio em contextos de fragilidade social. De acordo com Collins (2019), as instituições podem operar como redes de apoio capazes de contribuir com a autonomia e fortalecimento de sujeitos historicamente vulnerabilizados.

Outro caso emblemático foi a presença de um aluno com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja trajetória no projeto tem sido marcada por avanços significativos no comportamento e na socialização. Segundo relatos da equipe e da família, a rotina, a disciplina e o acolhimento no grupo têm favorecido seu desenvolvimento pessoal, o que mostra o potencial inclusivo do JBV.

Alguns alunos já estão no projeto há mais tempo, se identificam com o cotidiano e permanecem mesmo após a formatura que acontece ao final de cada ano letivo. Assim, eles reiniciam o período de instruções com mais experiência, desenvoltura e domínio das práticas, atuando como referências para os recém-chegados. Essa dimensão colaborativa revela a existência de uma pedagogia informal entre pares, na qual os saberes circulam de maneira horizontal e solidária.

Trazendo essas percepções iniciais da pesquisa para o universo feminino, viu-se o impacto causado pela presença feminina em posição de liderança diante da reação das alunas, o que contribuiu para fortalecer o sentido ético e político do trabalho. O meu envolvimento como pesquisadora, na qualidade de mulher militar, aliado à vivência profissional e à investigação científica, criou a possibilidade de produzir conhecimento a partir de uma perspectiva situada, conectando experiência pessoal e transformação coletiva.

5.2.2 Acompanhamento e Descobertas

Durante os vários dias de acompanhamento do JBV, foi possível perceber um interesse evidente por parte de algumas alunas em relação à profissão bombeira militar. Em diferentes momentos, elas falaram e demonstraram curiosidade acerca do percurso necessário para ingressar na carreira, evidenciando admiração e desejo

de pertencimento efetivo ao CBMCE. Tal iniciativa revela o papel do JBV como espaço de projeção de futuro e construção de aspirações profissionais. Essa compreensão está em consonância com a concepção de Tardif (2014), que diz que os saberes da formação profissional são indissociáveis dos saberes da prática, são construídos no cotidiano, moldados pelas experiências vividas e pelas interações sociais estabelecidas. Dessa forma, fica evidente o papel simbólico que a figura feminina desempenha como referência e inspiração para essas jovens, fato também vivenciado por mim durante o curso de formação. A primeira vez que vi uma oficial bombeira foi bem marcante, os olhos brilhavam, eu queria absorver todas as informações, queria compreender como era estar ali, buscando uma referência para enfrentar o que viria.

A liderança exercida pelas alunas na função de “xerife” - cuja responsabilidade compreendia atividades como organização da turma, controle de frequência, apresentação formal ao instrutor, manutenção da disciplina, zelo pela limpeza do ambiente e anotação de eventuais descumprimentos de regras - foi significativa para a observação. Essas atribuições, geralmente designadas ao instrutor, foram incorporadas à prática pedagógica de corresponsabilização com o intuito de desenvolver senso de responsabilidade e liderança entre os participantes. Conforme Goffman (2010), o espaço se revela como um microcosmo institucional onde se constroem identidades sociais. É nessa função que muitas alunas perdem a timidez e se mostram grandes revelações. Algumas alunas se destacavam na função, mostrando habilidade, desenvoltura e autoconfiança, características percebidas pelo grupo e pelos instrutores.

Figura 2 - Aluna como “Xerife” do JBV Centro.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Durante a prática de ordem unida, as alunas demonstraram maior precisão e atenção ao executar comandos, em comparação aos colegas do sexo masculino. Em determinado momento, ouvi ao longe o relato do instrutor sobre a execução exemplar das meninas, enquanto os meninos ainda repetiam os movimentos para tentar assimilá-los. Essa diferença evidenciou um comprometimento mais acentuado das alunas com a atividade.

Figura 3 - Alunos do JBV Mucuripe em Instrução de Ordem Unida.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Figura 4 - Alunos do JBV Centro em Instrução de Ordem Unida.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A boa apresentação pessoal é regra no militarismo, contribuindo para a disciplina e representatividade, o que é aplicado também ao JBV. As alunas eram, em sua maioria, zelosas com a apresentação, cabelos bem arrumados e uniformes em ordem, buscando compatibilidade com os princípios institucionais, o que remete à exigência boa conduta no espaço formativo.

Figura 5 - Apresentação pessoal das alunas do JBV



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Outro fato marcante foi no momento de treinamento dos hinos nacional e institucional, quando houve a predominância da voz feminina, já que naquela turma específica havia uma maioria de meninas. Tal protagonismo simbólico foi um indicativo potente da presença feminina em espaços tradicionalmente hegemonizados pelo masculino, trazendo à minha lembrança os momentos que desejei que mais mulheres fizessem parte da minha turma de formação para que fossemos mais credibilizadas e compreendidas.

Em determinada ocasião, um episódio de *bullying* envolvendo duas alunas motivou o instrutor a incorporar o tema à aula, conduzindo uma reflexão coletiva sobre ética e cidadania. A abordagem visava não apenas tratar o conflito de forma pedagógica, mas também responder à repercussão que o caso havia gerado entre pais e demais integrantes do grupo. Tal fato evidencia o compromisso do projeto com a formação integral dos jovens, incluindo aspectos morais, relacionais e sociais. O instrutor destacou os danos provocados por esse tipo de comportamento e reforçou a intolerância a esse tipo de comportamento no ambiente do projeto. Contudo, mesmo após o esclarecimento, a falta de seriedade persistiu entre os alunos durante a prática de ordem unida. Nesse momento, avocando a liderança da atividade, fiz uma intervenção direta, apresentando a necessidade de respeito mútuo, solidariedade e desenvolvimento do espírito de corpo. Após isso, observou-se uma mudança significativa de postura por parte dos alunos que perdurou nas demais aulas. Depois do episódio, o comando da turma foi assumido por uma aluna que se destaca ao liderar os colegas, aluna essa que também se destacou como a mais participativa ao respondia prontamente às perguntas do instrutor, formulava questionamentos pertinentes e demonstrava elevado nível de atenção e interesse. Ao final, retomei o diálogo com o grupo, enfatizando que minha atitude visava à construção de um ambiente coletivo baseado na empatia, na cooperação e na responsabilidade social.

Durante os intervalos, conversas informais foram realizadas, especialmente com as alunas, buscando compreender suas realidades pessoais e as motivações que as levavam a participar de um projeto educativo. Muitas delas já eram experientes, algumas eram parte do projeto há três anos e realizavam ações de divulgação em redes sociais entre amigos por acreditarem em seu potencial transformador.

Figura 6 - Interações com alunas durante o intervalo



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Com o passar dos dias, novos alunos iam entrando para o projeto e esse primeiro contato é marcado por um ritual de acolhimento que inclui a apresentação institucional do Corpo de Bombeiros Militar (CBM). Mesmo que os alunos veteranos já conheçam essas informações, o conteúdo é reiterado com o objetivo de promover a integração dos recém-chegados. Tal prática é realizada com respeito e senso de responsabilidade por parte dos mais antigos, evidenciando uma cultura de acolhimento e transmissão de saberes internos ao grupo.

Figura 7 - Apresentação da Viatura de Combate a Incêndio.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Figura 8 - Apresentação Institucional aos novos alunos.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Figura 9 - Apresentação Institucional.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Durante uma dessas apresentações, os alunos foram conduzidos ao tubo de descida – um equipamento do ambiente operacional dos bombeiros, utilizado para agilizar a saída em atendimentos emergenciais. Nesse momento, foi possível observar sentimentos de medo, desafio, entusiasmo e superação entre a turma. Fato interessante aconteceu uma das alunas, que há três anos fazia parte do projeto, mas sempre se rendia ao medo e, pela primeira vez, conseguiu realizar a descida. Nesse

momento, os demais alunos que sabiam dessa fragilidade dela, fizeram uma corrente de segurança logo abaixo para que ela se sentisse mais segura em executar. Ao vencer esse temor antigo, todos aplaudiram e ficaram felizes pela vitória dela.

Figura 10 - Registro da primeira descida de uma aluna.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Posteriormente, dialoguei com a aluna a fim de compreender sua motivação de enfrentamento naquele momento. Ela relatou que sempre adiava a tentativa, prometendo a si mesma que “na próxima vez” venceria o medo. Contudo, ao ver colegas, especialmente alunas recém-chegadas, realizarem o exercício com êxito, percebeu que não podia mais postergar. Sua fala revelou um deslocamento subjetivo diante da exposição coletiva ao desafio: “precisava enfrentar agora”.

Este acontecimento me trouxe emoção porque me lembrei de uma instrução de salto de plataforma em piscina profunda que eu quase fui vencida pelo medo. Olhar para baixo me causava pânico. Os colegas me incentivavam bastante, mas foi uma frase pronunciada pelo instrutor que me fez citar coragem e saltar: “Samara, imagina que lá embaixo na piscina existe uma pessoa morrendo afogada e que só tem você para ajudá-la”. Isso foi suficiente para que eu enchesse o pulmão de ar e

saltasse. Estar nessa corporação, seja como bombeira militar ou aluna do JBV é sobre enfrentar desafios, medos, ultrapassar barreiras.

Em determinada atividade recreativa, as alunas optaram inicialmente por jogar vôlei, enquanto os meninos se organizaram para jogar futebol. Ao perceber essa divisão de gênero, entrei em quadra e incentivei a integração dos grupos em uma única partida de futsal — modalidade esportiva que também pratico — como forma de romper simbolicamente com as barreiras impostas por estereótipos de gênero. A prática favoreceu a vivência coletiva no esporte, ampliando as possibilidades de socialização e inclusão em qualquer atividade.

Figura 11 - Atividade recreativa de futsal.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Em certo intervalo, duas alunas me abordaram com perguntas específicas sobre os caminhos de ingresso no CBM, demonstrando interesse em seguir carreira militar. Relataram que, antes de participarem do projeto, não tinham perspectivas claras quanto ao futuro profissional; vivenciavam a infância e adolescência de maneira mais despreocupada. A participação do JBV, sobretudo no desfile cívico de 7 de setembro de 2024, mudou suas perspectivas de vida, passaram a encarar a vida com mais responsabilidade, a estudar com maior afinco e a buscar informações sobre diferentes trajetórias profissionais, principalmente as carreiras militares, visto que

houve identificação com aquele momento, o reforça o papel formativo do projeto como dispositivo de subjetivação.

Durante o período de pesquisa, foi lançado o edital do concurso para soldado e aprovado o edital do concurso para oficial do CBMCE. Tal fato motivou o instrutor a apresentar-lhes a oportunidade de serem bombeiros e bombeiras militares, de serem parte do serviço público, como uma oportunidade concreta de transformação de vida. Nesse momento, conversei com o grupo compartilhando parte de minha trajetória pessoal, ratificando as palavras do instrutor, ressaltando as dificuldades enfrentadas até o presente momento, reafirmando que, com dedicação, resiliência e escolhas éticas, é possível alcançar objetivos de vida significativos para eles e suas respectivas famílias.

Na aula cujo tema era nós e amarrações – atividade vinculada ao salvamento em altura –, observei certa dificuldade das alunas em memorizar e executar os movimentos necessários para a realização correta do nó. Auxiliei-as com orientações práticas, estimulando-as a desenvolverem maneabilidade, raciocínio espacial e destreza. Apesar das dificuldades relatadas, uma das alunas destacou-se pela agilidade e precisão, evidenciando familiaridade com a técnica proposta.

Figura 12 - Instrução de nós e amarrações, Salvamento em altura.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Quando a aula foi sobre o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), com enfoque nos aparelhos de proteção respiratória (Equipamento de Proteção

Respiratória Autônoma – EPRA) utilizados em combates a incêndios, as alunas relataram desconfortos físicos – como dores nos ombros e lombar – decorrentes do peso dos equipamentos, o que dificultou a realização completa da atividade. Esses relatos remetem aos desafios físicos ainda presentes na prática militar e enfrentados por corpos femininos em práticas construídas sob parâmetros masculinizados (FEDERICI, 2020).

Figura 13 – Aluna equipada com EPRA



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Figura 14 - Aluna realizando o teste do EPRA.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Na educação física, percebi que as meninas, de modo geral, demonstravam menor disposição e interesse em executar os exercícios propostos. No entanto, ao iniciar a atividade de corrida em tropa, busquei ressignificar o momento com uma explicação sobre o simbolismo coletivo da atividade. Esclareci que, ao correrem em formação, cada integrante tem ao lado um parceiro de confiança – o (a) “canga” – que o (a) acompanhará nos momentos de esforço, apoiando e motivando até o término do percurso. A figura do (a) “canga”, nesse contexto, representa a solidariedade, o espírito de corpo e a interdependência, princípios fundamentais para a construção da coletividade e da resiliência grupal. Ao final da atividade, algumas alunas conseguiram completá-la com êxito, enquanto outras apresentaram dificuldades, revelando os diferentes níveis de resistência física e preparação.

Figura 15 - Alongamento para a Educação Física.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Figura 16 - Orientações sobre ajudar o outro.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Figura 17 - Corrida em Tropa.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Outro aspecto notável foi a constante exigência dos instrutores para que os próprios alunos reconhecessem e admitissem falhas na execução dos exercícios, estimulando a honestidade e o autoconhecimento. A verdade, nesse ambiente, é compreendida como valor fundamental para a formação do caráter e da consciência individual. Numa dessas ocasiões, o instrutor abordou o tema da hierarquia, considerada um dos pilares estruturantes da formação militar. Aproveitei esse momento para intervir pedagogicamente, trazendo exemplos que demonstrassem que a hierarquia não deve ser confundida com desigualdade ou subserviência, mas sim como uma forma de organização funcional, em que cada pessoa, independentemente da posição ocupada, possui importância e valor no cumprimento da missão comum.

Figura 18 - Instrução sobre Ética e Cidadania.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Por fim, foi possível observar que algumas alunas se destacam pela presença de voz de comando firme e postura disciplinada, elementos que lhes conferem autoridade para liderar os movimentos coletivos de forma uniforme e ordenada. Esse desejo de serem exemplos, de se dedicarem ao máximo me trouxe diversas lembranças da aluna Samara Dantas no Curso de Formação de Oficiais, uma mulher que sempre lutou por seu espaço com responsabilidade e dignidade.

Essas observações, produzidas a partir da metodologia de observação participante, evidenciam o JBV como um espaço de construção de subjetividades femininas atravessadas por elementos como liderança, disciplina, superação de limites, engajamento ético e ressignificação de trajetórias. Processos esses que se dão em um ambiente onde os marcadores de gênero ainda são significativos, mas que se abre a experiências transformadoras a partir da presença ativa e qualificada de meninas e mulheres que enfrentam seus limites e ressignificam seus projetos de vida.

Figura 19 - Momento de troca de experiências com os alunos.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

5.3. Grupo Focal com as Alunas

O grupo focal é uma metodologia para estudos com abordagem predominantemente qualitativa, muito utilizada em pesquisas científicas e em intervenções, especialmente as sociais, educativas, terapêuticas e motivacionais. É ferramenta com potencial considerável para gerar dados que contribuam para ações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida (SOUZA, 2020).

Estruturado inicialmente como técnica de marketing, o grupo focal é utilizado em pesquisas sociais como uma técnica valiosa por ter um custo relativamente baixo associado a um tempo rápido (IERVOLINO, PELICIONE, 2001; TRAD, 2009).

De acordo com estudos de Gatti (2005), na década de 1970, tornou-se comum a utilização de grupos de discussão como fonte de informação na pesquisa em comunicação, mas que somente no início dos anos 1980 os grupos focais foram redescobertos e revitalizados para uso nos estudos científicos nas ciências humanas e sociais. Nesta perspectiva, Flick (2009) evidencia que a técnica de grupo focal passou por um tipo de renascimento.

Seu caráter de investigação é subjetivo, conforme Debus (1997), já que a pesquisa qualitativa caracteriza-se por buscar respostas acerca do que as pessoas pensam e quais são seus sentimentos. A organização e sistematização de uma investigação através dos grupos focais têm seus alicerces em Westphal, Bogus e Faria (1996), Debus (1997), Dall'agnol e Trench (1999), Iervolino e Pelicione (2001) que são unânicos quanto aos aspectos operacionais desde a escolha de seus participantes, do moderador (também chamado facilitador), do local dos encontros, da elaboração do guia de temas, quesitos fundamentais para o bom andamento das reuniões.

Segundo Powell e Single, citado por Gatti (2005, p. 7), Grupo Focal “[...] é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

Souza (2020) oferece uma perspectiva relevante ao abordar a utilização do grupo focal em pesquisas científicas e em diferentes formas de intervenção, destacando seu potencial como ferramenta de escuta e construção coletiva de sentido:

[...] é muito utilizado em pesquisas científicas e em intervenções, especialmente em intervenções sociais, educativas, terapêuticas e motivacionais. É ferramenta de bom potencial para gerar dados que contribuam para ações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida. É valorizado principalmente em estudos de abordagem predominantemente qualitativa (SOUZA, 2020, p. 2).

Inicialmente é preciso apresentar a diferença entre grupo focal e entrevista em grupo. Grupo focal é uma ferramenta de pesquisa que coleta dados através da interação do grupo acerca de um tópico proposto por um pesquisador (moderador, facilitador). Isso implica compreendê-lo como um procedimento que reconhece o papel ativo do moderador em estimular o grupo e que os dados provêm da interação gerada pela discussão (Morgan, 1996).

Ainda de acordo com Morgan (1996), o grupo focal não é para fins terapêuticos, educacionais ou de marketing, isto é, grupos cujo objetivo primário não é gerar dados para pesquisa. Além disso, ele considera como entrevista em grupo, e não como grupo focal, quando não há discussões interativas. Também não é grupo focal quando não há moderador que de fato oriente a discussão com base em questões de pesquisa. No entanto, trazendo uma definição mais aberta, Barbour (2009) considera que “qualquer discussão de grupo pode ser chamada de um grupo focal, contanto que o pesquisador esteja ativamente atento e encorajando as interações do grupo” (p. 21).

Assim, uma diferença marcante entre grupo focal e entrevista em grupo é a função do moderador que possui papel mais diretivo na entrevista em grupo. Em uma relação didática com cada integrante, o moderador permite acessar o ponto de vista de cada um, com atenção ao indivíduo no contexto grupal. De outro lado, o moderador no grupo focal é um facilitador da discussão, debruçando-se sobre o grupo, alvo da análise (Gondim, 2002). O grupo focal possibilita as condições para consenso emergente e estratégias dos participantes para lidar com discordâncias (Gaskell, 2002). Isso ocorre pelo intercâmbio de experiências compartilhadas e contrastadas, gerador de pontos para discussão, pouco provável em entrevistas. É nesse contexto, por conseguinte, que Barbour (2009) seleciona o papel do moderador como crucial ao grupo focal.

Essa metodologia possui um recurso importante, o conhecimento que fornece sobre a forma como determinados grupos verbalizam seus valores, experiências,

crenças, formas de comunicação e de interação. O debate provê dados sobre como membros típicos de um determinado grupo cultural geralmente lidam com impasses e discordâncias (SOUZA, 2020).

Acompanhado da entrevista, o grupo focal é uma técnica qualitativa neste estudo, visto que, segundo Gatti (2005, p. 9), ela tem como objetivo captar, entre os participantes, percepções de sentimentos e ideias, possibilitando a compreensão de diversos pontos de vista e processos emocionais, advindo do próprio contexto de interação criado.

A estratégia de coleta de dados pode e deve ser utilizada justamente por seu caráter dinâmico, uma vez que todas as informações são relevantes para a pesquisa (por causa dos dados específicos que nela afloram), ressaltando-se que é esse conjunto de dados que encadeará os conhecimentos que o pesquisador lançará mão para compor a análise (MINAYO, 2009, p. 132).

Dentre suas vantagens, o grupo focal “[...] oferece boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado. Ele se presta muito para a geração de teorizações exploratórias até mais do que a verificação ou teste de hipóteses prévias”. Dessa forma, a riqueza emerge na interação grupal e geralmente, “[...] extrapola em muito as ideias prévias, surpreende, coloca novas categorias e formas de entendimento, que dão suporte a inferências novas e proveitosas relacionadas com o problema em exame” (GATTI 2005, p. 13).

A autora destaca ainda que grupo focal, como técnica de pesquisa, tem sua própria constituição e desenvolvimento em razão do problema. Nesta perspectiva, é necessário que a problematização esteja clara, pois favorecerá o levantamento das questões relevantes e contextualizadas, assim como a elaboração de um roteiro preliminar de trabalho com o grupo. Esse guia deve ser usado com flexibilidade para que ajustes possam ser feitos no decorrer do estudo. Isso significa que o próprio processo grupal deve ser flexível para não perder os objetivos da pesquisa (GATTI, 2005).

Para Gil (2007), o grupo focal deve ter no mínimo seis e no máximo dez participantes. Nesse sentido, Gatti (2005) instrui sobre o número de participantes,

que deve ser entre 6 e 12 pessoas, de preferência, visto que grupos maiores restringem a troca de ideias, o registro e o aprofundamento sobre a temática. Os dois grupos focais realizados nessa pesquisa foram com as alunas de cada núcleo, o JBV Mucuripe com 9 alunas e o núcleo Centro com 5 alunas, pois algumas alunas não estavam presentes no dia.

É considerado como uma técnica quando utilizado junto a outros procedimentos no desenho do estudo, não sendo menos importante ou menos capaz de gerar dados relevantes. O grupo focal também um método *per se*, quando é o pilar da geração de dados para a pesquisa, usado em seu pleno potencial, aproveitando-se todos os seus recursos e modalidades (Barbour, 2009).

Após o moderador, o roteiro é o segundo elemento mais importante. Também chamado de guia de temas ou tópicos, o roteiro deve ser breve, contendo pontos ou questões fundamentais à pesquisa. Uma das sugestões para a estrutura do roteiro é iniciá-lo por questões mais gerais, seguidas de específicas (BORGES& SANTOS, 2005; GONDIM, 2002; KIND, 2009). Neste estudo, foram elaboradas perguntas semi-estruturadas como roteiro do grupo focal, da seguinte forma:

1. Como vocês veem o papel da mulher na sociedade?
2. Como vocês percebem as mães, avós, tias, professoras da escola da sociedade?
3. Qual a visão de vocês sobre a mulher no ambiente militar?
4. Vocês se sentem empoderadas com o que aprendem aqui no JBV? É útil para a vida de vocês?
5. Vocês acham que o JBV pode mudar o papel de vocês como mulheres na sociedade?

O grupo focal com as alunas do projeto JBV foi realizado nas dependências dos quartéis onde se desenvolvem as atividades do projeto. A condução da atividade foi previamente articulada com os instrutores responsáveis, aos quais foi solicitada a concessão de um momento específico durante a aula para a realização do encontro com as participantes do sexo feminino. Enquanto os demais alunos permaneciam sob a condução da rotina planejada pelos instrutores, o grupo focal foi conduzido em um espaço reservado, promovendo um ambiente de escuta, troca de

experiências e reflexões entre mulheres inseridas em um contexto institucional tradicionalmente masculino.

5.3.1 Alunas do JBV Mucuripe

O uso do grupo focal permite que as participantes construam significados coletivos, dialoguem com suas experiências e expressem suas narrativas em um ambiente seguro e reconhecedor (GATTI, 2005). Em espaços militares hierarquizados, como o JBV e o CBMCE, essa metodologia ganha relevância ao dar voz a vozes historicamente subalternas, no caso, meninas em formação militar, gerando dados que extrapolam a superficialidade dos relatos individuais (MORGAN, 1997).

Durante o desenvolvimento da pesquisa de cunho qualitativo e autoetnográfico sobre a presença feminina no JBV, foi realizado um grupo focal com alunas participantes do JBV Mucuripe. Buscou-se criar um ambiente de escuta e troca entre mulheres, para que as participantes pudessem compartilhar percepções, experiências e sentidos atribuídos à sua presença no projeto, bem como os efeitos dessa vivência em suas trajetórias pessoais e sociais.

O grupo focal foi uma estratégia metodológica valiosa por permitir o compartilhamento de narrativas que, apesar de singulares, revelam sentidos comuns sobre a inserção feminina em um espaço masculinizado. Gatti (2005) destaca que os grupos focais são capazes de captar opiniões, representações e atitudes socialmente compartilhadas por seus participantes, o que se demonstrou evidente ao longo do diálogo com as adolescentes do JBV.

As falas das participantes revelaram tanto admiração pelas mulheres militares, quanto a consciência das barreiras estruturais que impedem ou limitam os sonhos femininos. Algumas relataram que suas mães ou avós, moldadas por contextos históricos mais rígidos, muitas vezes restringem suas escolhas, incluindo a prática de esportes ou determinadas atividades. Uma das alunas afirmou que sua mãe não permitiu que ela praticasse futevôlei, destacando que, por vezes, essas mulheres projetam nas filhas os sonhos que não conseguiram realizar, atrapalhando a realização dos próprios sonhos, demonstrando o entrelaçamento geracional nas expectativas e nos obstáculos vividos pelas mulheres.

Em contraste, as professoras foram mencionadas como importantes incentivadoras, especialmente nos estudos e na preparação para concursos públicos. As mulheres militares, por sua vez, foram descritas como referências de força, coragem e superação, ainda que, para algumas, a carreira militar não represente um projeto de vida pessoal. A admiração, contudo, foi unânime, marcada por reconhecimento e emoção. Uma aluna afirmou que “muitas mulheres militares superam alguns homens”, evidenciando o rompimento simbólico com padrões hegemônicos de masculinidade institucionalizada.

A experiência no JBV também foi descrita como espaço de empoderamento. As participantes relataram transformações subjetivas significativas, como o fortalecimento da autoestima, o reconhecimento familiar e o sentimento de pertencimento. Um exemplo marcante foi o relato de uma aluna que, ao assistir uma reportagem sobre primeiros socorros a um bebê, ouviu do pai a pergunta se ela saberia o que fazer naquela situação. Ao responder afirmativamente, percebeu-se reconhecida por ele como alguém preparada e capacitada. Diante disso o pai reforçou a importância de ser parte do JBV. Conforme argumenta Bourdieu (1998), o reconhecimento simbólico atribuído por figuras de autoridade afeta profundamente os processos de construção identitária.

“Me sinto muito animada e empoderada quando coloco em prática na vida cotidiana aquilo que aprendi aqui no projeto. Se eu não soubesse ajudar pessoas, o que aconteceria?.” (Aluna Girassol do JBV Mucuripe, 2025).

“Apesar da nossa pouca idade, quando as pessoas veem que nós sabemos executar determinadas atividades, elas mostram mais credibilidade.” (Aluna Orquídea do JBV Mucuripe, 2025).

A presença das alunas no projeto repercute também na mudança de seus projetos de vida. Algumas relataram que antes pretendiam seguir outras profissões, como psicologia, mas após experiências marcantes como o desfile de 7 de setembro e o contato com a rotina militar, passaram a desejar ingressar na carreira de bombeira militar. O contato comigo reforçou esse desejo. As perguntas feitas pelas alunas indicaram interesse na minha trajetória profissional, desde os testes físicos até as funções de patente e a atuação em ocorrências. Segundo uma delas: “A senhora é uma inspiração não só como bombeira, mas como mulher”.

A incorporação dos saberes aprendidos no projeto foi apontada por todas as participantes como “útil” e “importante”, uma unanimidade que reflete o impacto

concreto do JBV na formação cidadã e no sentimento de pertencimento social. Uma das jovens compartilhou que já havia resgatado uma pessoa em situação de risco durante a prática do surfe, aplicando os conhecimentos obtidos nas instruções. Esses relatos demonstram como a aprendizagem técnica está profundamente conectada à experiência vivida e à construção identitária.

"Nós não sabemos quando vai ser necessário salvar alguém e a também nossa vida. Eu já salvei uma pessoa quando estava surfando, porque pratico esse esporte." (Aluna Tulipa do JBV Mucuripe, 2025)

Essa troca reafirma a potência simbólica do grupo focal como dispositivo metodológico para construção coletiva de sentidos. A escuta ativa e o compartilhamento de experiências promoveram a identificação entre pesquisadora e participantes, reiterando o papel da autoetnografia como caminho epistemológico legítimo para estudos que envolvem afetos, corpo e pertencimento (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011). Para além da produção de dados, o encontro se constituiu como espaço de mobilização afetiva e de reconhecimento mútuo.

"A senhora é uma inspiração muito grande aqui para nós, apesar de tudo que a senhora passou, hoje nós sabemos que podemos contar com a senhora caso a gente tenha alguma dúvida, porque vai saber nos orientar. Isso também é um propósito para a vida". (Aluna Tulipa do JBV do Mucuripe, 2025).

Ao final do encontro, deixei uma mensagem de incentivo a elas, ressaltando a importância de se comprometerem com as oportunidades que surgirem ao longo da vida. Enfatizei que atitudes pautadas pela dignidade, responsabilidade e seriedade podem abrir caminhos e possibilitar conquistas significativas, que mesmo quando não percebemos, há sempre alguém observando nossas ações, o que torna essencial agir com integridade. Reiterei o papel das famílias no processo formativo, enfatizando que, quando percebem o esforço e a dedicação das filhas, pais e mães tendem a apoiar suas trajetórias. Por isso, é necessário escutá-los e respeitá-los, compreendendo que, em geral, agem buscando o bem. Essa mensagem final visou estimular o senso de pertencimento, responsabilidade e autoconfiança das jovens, reforçando o valor de sua presença no projeto e o potencial transformador da experiência vivenciada.

Figura 20 - Alunas do Grupo Focal do JBV Mucuripe.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

5.3.2 Alunas do JBV Centro

A pesquisa de campo por meio de grupo focal no projeto JBV, núcleo Centro, foi realizada com cinco alunas com o objetivo de compreender suas percepções sobre a presença feminina na sociedade e no ambiente militar, bem como os impactos do projeto em suas trajetórias pessoais.

As jovens relataram a percepção de que, na sociedade contemporânea, as mulheres ainda enfrentam uma condição de desigualdade estrutural. Mencionaram a ausência de oportunidades equitativas, especialmente em posições de liderança, além da desvalorização da mulher no mercado de trabalho e nos esportes, em virtude de uma cultura social ainda fortemente machista. Para elas, essa desigualdade se expressa também na diferença salarial e na desconfiança que muitas vezes recai sobre a competência feminina, como observa Scott (1995), ao argumentar que o gênero é uma categoria útil de análise para compreender as formas de organização do poder em sociedades historicamente desiguais.

Essas impressões foram construídas a partir das vivências familiares. Uma delas citou a presença de mães e avós fortes, de "pulso firme", que lhes servem de exemplo de autonomia e coragem, mesmo assim sua mãe foi preterida em uma

seleção de emprego, apesar de apresentar um currículo mais qualificado que o do candidato homem selecionado. Contudo, elas reconhecem avanços sociais na participação feminina em espaços antes exclusivos aos homens, como a política e a própria corporação militar. Esse reconhecimento corrobora com os apontamentos de Gonzalez (1984), que evidencia a importância da ancestralidade e da resistência cotidiana das mulheres para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Uma aluna relatou: “Eu já estou há cinco anos no JBV e vejo que agora as mulheres estão ganhando mais espaço, até nas ocorrências, o que antes eu não via”. Esse depoimento corrobora a importância da ocupação de espaços institucionais por mulheres, como condição para a transformação simbólica e material das relações de gênero (SOUZA, 2020).

“Lá onde moro tem bastante idoso e eu vejo que, com o que aprendi aqui, consigo ajudar essas pessoas. O JBV me ensina coisas que nunca aprendi na minha vida, sobre como ajudar pessoas, sobre a importância de ajudar pessoas. Já vi também outras alunas do JBV ajudarem e salvarem pessoas que poderiam ter perdido a vida”. (Aluna Margarida do JBV Centro, 2025).

O JBV, apesar de inicialmente percebido por elas como ambiente predominantemente masculino, tem promovido experiências de pertencimento e empoderamento entre as alunas. Elas relataram que, a partir das formações recebidas, passaram a atuar em situações reais de cuidado e emergência, o que reforçou sua autoconfiança e visibilidade na comunidade.

“Em uma aula de educação física na escola, o professor foi falar de primeiros socorros. Ele queria um dos alunos para ajudar na aula e a turma mencionou que era do JBV, então dei assistência durante toda a aula e, em algumas situações, fui que ensinei como fazer, ele me deu oportunidade de falar porque viu que eu sabia sobre o assunto.” (Aluna Violeta do JBV Centro, 2025).

“Eu acho incrível porque é raro ser mulher nesse meio e nos fazemos parte desse raro e os homens veem que somos capazes.” (Aluna Rosa do JBV Centro, 2025).

Suas expressões revelam que a participação no projeto modifica tanto a percepção que elas têm de si mesmas quanto a forma como são percebidas pelos outros. Uma das alunas destacou: “As pessoas já me têm como se eu fosse uma bombeira para ajudar quem precisa ali por perto”. Além disso, as experiências adquiridas influenciaram diretamente os projetos de vida das participantes, que

passaram a considerar a carreira militar como uma possibilidade concreta de futuro. Muitas afirmaram que antes do JBV não tinham interesse ou clareza profissional, mas hoje desejam ingressar no CBMCE.

“Estar no JBV me faz senti útil, como por exemplo, hoje a instrução foi sobre vazamento de gás de cozinha e quando eu fui resolver esse problema pela primeira vez, quando somente homens faziam, eu fiquei ‘me achando’, tipo: deixa que eu sei resolver.” (Aluna Violeta do JBV Centro).

A disciplina, os conhecimentos sobre primeiros socorros e combate a incêndios e o convívio com instrutores e colegas despertaram nelas o senso de responsabilidade e a percepção de utilidade social. As experiências narradas indicam um processo de empoderamento e de reconstrução subjetiva, no qual a presença feminina no projeto passa a representar a possibilidade de romper com estigmas e ampliar horizontes de futuro, conforme defende Collins (2000) ao enfatizar o papel do conhecimento na emancipação de grupos subalternizados.

“No começo eu achava o JBV pesado, mas com o passar do tempo eu vi o quanto foi bom pra minha vida. Aconteceram coisas complicadas e foi o JBV que me ajudou a sair desses problemas, como uma porta de salvação porque eu pensava que não ia conseguir e hoje eu superei e sou subcomandante do grupo”. (Aluna Flor de Lis do JBV Centro, 2025).

Minha presença como mulher militar foi recebida com entusiasmo e respeito. As alunas destacaram a importância de ter contato com uma oficial que pudesse compartilhar a realidade da profissão, quebrando estereótipos e abrindo caminhos de identificação. Isso foi considerado por elas como fator motivador, ao simbolizar que é possível, para uma mulher, ocupar posições de liderança nessas instituições. Essa troca de experiências que existiu reforça a perspectiva de Paulo Freire (2015), segundo a qual a educação crítica e dialógica possibilita a construção de novos horizontes de sentido, sobretudo quando mediada por figuras inspiradoras.

A experiência vivida no grupo focal também revelou a centralidade da disciplina no cotidiano das meninas. Apesar das resistências iniciais, a disciplina foi ressignificada como valor formativo, útil para lidar com os desafios da vida pessoal e profissional.

“Esse tempo que a senhora esteve com a gente foi muito legal, porque pudemos aprender mais sobre como é a mulher no bombeiro. Nunca tivemos contato com uma bombeira, ainda mais uma oficial que pudesse falar sobre a vida de bombeira. A senhora conversou por várias vezes nos incentivando, mostrando mais da profissão, nos motivando e dando uma visão melhor sobre a mulher”. (Aluna Rosa do JBV Centro, 2025).

Ao final do encontro, reforçou-se junto às alunas a importância de aproveitarem as oportunidades com dignidade e responsabilidade, reconhecendo que a superação pessoal exige esforço, mas também apoio familiar e coletivo.

“Vocês verão que a disciplina adquirida ao longo da vivência no JBV terá efeitos significativos em suas trajetórias pessoais e profissionais, especialmente diante dos desafios que certamente enfrentarão na vida e no mundo do trabalho. Temos vários exemplos de alunas que passaram por mudanças expressivas após sua participação no JBV, ganhando destaque no mercado de trabalho, com postura diferente: mais firmes, confiantes e corajosas. A vida não é fácil e o JBV oferece ferramentas para que vocês desenvolvam autoconfiança e a certeza de que são plenamente capazes de superar obstáculos. Os instrutores do projeto veem isso, reconhecem essa evolução e o destaque de vocês duas (duas alunas veteranas no JBV que são muito dedicadas), são vistas como referência e inspiração para os demais participantes”. (Capitã Samara, 2025).

Figura 21 - Alunas do Grupo Focal do JBV Centro



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Essa etapa metodológica da pesquisa, portanto, cumpriu papel fundamental para a compreensão das subjetividades em formação das jovens participantes do

JBV, revelando o impacto transformador de projetos sociais de base militar na construção de identidades femininas mais autônomas, confiantes e conscientes de seu papel social.

A metodologia do grupo focal, nesse sentido, permitiu não apenas a coleta de dados ricos em significados, mas também a escuta sensível das narrativas juvenis em um ambiente de confiança e pertencimento. O espaço dialógico criado nesse encontro possibilitou às meninas expressarem medos, sonhos e percepções críticas sobre os papéis de gênero e as possibilidades de transformação por meio da educação e da participação em projetos sociais. Como aponta Souza (2020), ao realizar grupos focais em espaços institucionalizados, amplia-se a compreensão das múltiplas dimensões da experiência, revelando os atravessamentos sociais, políticos e subjetivos que constituem os sujeitos.

Na perspectiva da autoetnografia (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2011), escutar as meninas foi igualmente um processo de reencontro com minha própria trajetória, uma forma de reconhecer nos corpos jovens em formação os traços de uma luta coletiva e contínua por espaço, respeito e dignidade. O grupo focal, nesse sentido, não se limitou a uma técnica de coleta de dados, mas constituiu-se como espaço de acolhimento, escuta e afirmação subjetiva.

A escolha pelo grupo focal como instrumento metodológico revelou-se, portanto, alinhada à proposta epistemológica do estudo, que busca valorizar as vozes femininas em contextos militarizados. Como afirma Souza (2020), o grupo focal em contextos institucionalizados deve ser compreendido como um espaço de ressignificação das práticas e dos sujeitos envolvidos, uma vez que proporciona a emergência de saberes coletivos e críticos sobre a realidade vivida.

5.4. Entrevistas Semiestruturadas

De acordo com a literatura de referência, as entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas (FRASER; GONDIM, 2004; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013; MINAYO; COSTA, 2018):

- a. Entrevista estruturada: objetiva evitar desvios nas respostas do entrevistado, por isso possui roteiro fixo com ordem de questões

preestabelecida. Utiliza as mesmas perguntas fechadas, livres ou de múltipla escolha para os mesmos entrevistados, garantindo maior controle nas respostas.

b. Entrevista semiestruturada: é a combinação de um roteiro de questões previamente formuladas com novas questões abertas que podem surgir durante a interação entre os interlocutores. Nesse caso, o entrevistador possui maior controle sobre o que se pretende saber, mas há espaço para reflexão espontânea do entrevistado sobre os assuntos abordados.

c. Entrevista não estruturada: não há um roteiro fixo e o pesquisador limita ao máximo sua intervenção. O entrevistado tem controle das respostas e liberdade para conduzir os rumos da entrevista (FRASER E GONDIM, 2004).

A entrevista semi-estruturada é uma metodologia utilizada para coletar dados em pesquisa qualitativa, permitindo equilíbrio entre a estrutura e a flexibilidade. São bastante úteis em contextos que necessitam da compreensão das experiências e perspectivas dos participantes.

Sua flexibilidade e adaptabilidade fazem dela uma entrevista eficaz na obtenção de dados. Enquanto determinados instrumentos “têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34). Dessa forma, para pesquisas qualitativas que normalmente tem o tema analisado de maneira mais ampla, o pesquisador tem a possibilidade de redefinir os rumos da entrevista durante sua própria realização. Isso permite a ampliação da sua compreensão sobre novos aspectos da investigação que possam vir a emergir na medida em que o entrevistado expressa sua opinião.

A entrevista semiestruturada comumente possui uma organização que gira em torno de um conjunto de questões abertas, pré-determinadas em consonância com outras questões que emergem a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado (DICICCO-BLOOM E CRABTREE, 2006). O pesquisador inclui um pequeno número de perguntas abertas e deixa o entrevistado livre para falar, podendo realizar perguntas complementares para compreender o fenômeno investigado. Esse modelo conjuga características das entrevistas não estruturadas com um roteiro de

controle (DUARTE, 2006) e permite tanto a realização de perguntas indispensáveis à pesquisa que precisam ser respondidas, quanto a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e possibilitando o surgimento de novos questionamentos não previstos pelo pesquisador.

Quando se fala em investigações qualitativas que utilizam as entrevistas como ferramenta para coleta de dados, é preciso atentar que seu propósito principal é a busca dos significados atribuídos à experiência humana. Cada entrevista é em um evento singular em que o pesquisador precisa ter clareza sobre o que perguntar, como perguntar e a quem perguntar (OLIVEIRA, 2023). Nunca serão iguais, mesmo que apresentem as mesmas questões como base, visto que nenhum indivíduo é igual ao outro e o entrevistado não pode ser considerado como a fonte de informações coletadas objetivamente para a realização da análise, mas sim como alguém que co-constrói, juntamente com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista (BASTOS; SANTOS, 2013).

Diante disso, é importante enfatizar que a preparação da entrevista é fundamental no estudo científico que requer do pesquisador a execução de algumas ações essenciais, como: selecionar entrevistados que possuem conhecimento da temática investigada; verificar a disponibilidade e interesse dos entrevistados em participar da entrevista; agendar com antecedência data, horário e local da entrevista; estabelecer procedimentos que garantam o sigilo absoluto das confidências e das identidades dos entrevistados; e elaborar um roteiro adequado para a efetivação da pesquisa (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

As entrevistas semiestruturadas são caracterizadas por questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da investigação. Esses questionamentos possibilitam novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados e o roteiro serve tanto para coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante (TRIVIÑOS, 1987).

Nesse contexto, o pesquisador precisa ter o cuidado de analisar as dificuldades que o entrevistado enfrenta para responder uma pergunta, precisa fazer análise desse cenário ao redigir o roteiro. Isso é importante porque numa entrevista,

a forma de perguntar pode influenciar a elaboração mental daquele que responde (MANZINI, 2003).

Sampieri, Collado e Lucio (2013) sugerem que a sequência das perguntas sejam organizadas por ordem de dificuldade, começando com as perguntas gerais, seguindo para as complexas, depois para as sensíveis e terminando com as perguntas finais.

Uma entrevista bem planejada é um importante instrumento de coleta de dados que são relevantes para a estruturação de um projeto atento às especificidades e demandas sociais. Pode-se ir além do reconhecimento da relevância da entrevista enquanto instrumento de pesquisa qualitativa na área da pesquisa (ELIAS, 2021).

As entrevistas foram realizadas com 6 instrutores homens, bombeiros militares que fazem parte dos dois núcleos analisados, 3 do JBV Mucuripe e 3 JBV Centro, para levantamento de informações sobre a atuação e a desenvoltura das alunas nas instruções do projeto e como se dá essa evolução ao final do ano letivo.

As perguntas subjetivas foram estruturadas com base no objetivo da pesquisa e se foram as seguintes:

1. Como você vê a participação das mulheres no ambiente militar na qualidade de instrutoras?
2. Você sente alguma dificuldade em lidar com a autoridade feminina?
3. Você sente dificuldade ou facilidade em comandar mulheres? Gera algum tipo de incômodo?
4. Como você lida com as meninas do JBV?
5. Quais benefícios que você vê do JBV para a vida e para a família dessas meninas?
6. Como você percebe o desempenho das meninas em relação aos demais alunos do JBV?
7. Existe algum fato relacionado com as alunas do JBV que considere relevante?

5.4.1 Entrevista dos instrutores do Núcleo Mucuripe

Com base nas entrevistas realizadas com os instrutores do Projeto JBV, foi possível observar percepções relevantes sobre a atuação das meninas no projeto e sobre a presença feminina no ambiente militar. O conteúdo dessas entrevistas semi-estruturadas revela aspectos culturais, institucionais e subjetivos que envolvem tanto o cotidiano do JBV quanto o contexto mais amplo da corporação militar.

O espaço militar é tradicionalmente marcado pela masculinidade hegemônica, que associa força, racionalidade, liderança e coragem a atributos masculinos. A presença feminina rompe com essa lógica e tenciona o que Joan Scott (1995) chama de significado cultural do gênero nas instituições. Embora os instrutores entrevistados afirmem não fazer distinções entre homens e mulheres no trato profissional, e suas falas por vezes reforcem nuances tradicionais de gênero, também apontam para avanços na aceitação da autoridade feminina e no reconhecimento da competência das mulheres tanto no JBV quanto na corporação como um todo.

5.4.1.1 Relação hierarquia com as mulheres militares

A fala do instrutor Águia, por exemplo, evidencia uma perspectiva de igualdade formal em relação à atuação de mulheres no meio militar, especialmente no exercício da função de instrutoras: “para mim é indiferente, a capacidade é igual, não faço distinção no ambiente militar” (instrutor Águia, 2025). Essa postura sinaliza uma adesão à lógica meritocrática, em que as diferenças de gênero são minimizadas em nome de uma suposta neutralidade das competências.

Entretanto, o próprio instrutor reconhece que a presença feminina impacta o ambiente de maneira positiva, tornando-o mais respeitoso, seja quando elas estão presentes com função de comando ou como subordinadas: “a única diferença é que o ambiente se tornava mais respeitoso com a presença de mulheres” (instrutor Águia, 2025). Isso sugere que a presença feminina ainda é vista como moderadora moral do comportamento masculino, não como presença legítima e autônoma. Há um deslocamento da autoridade feminina para o campo do controle moral e não necessariamente do comando técnico, o que evidencia um tipo de sexismo sutil (BEAUVOIR, 1949; COLLINS, 2000).

O instrutor Falcão, por sua vez, valoriza explicitamente a presença das mulheres na corporação, destacando que a chegada do feminino tornou o ambiente mais leve e respeitoso, reforçando ao considerar “louvável”. Segundo ele, “por muito tempo existia o estigma de que as mulheres não podiam estar em alguns lugares, mas com o tempo, elas foram se dedicando mais e mais e não hoje vejo diferença mais” (instrutor Falcão, 2025). Para ele, a presença feminina contribui não apenas com o profissionalismo, mas também com a qualidade do ambiente de trabalho.

Contudo, sua fala também revela uma dimensão relacional e afetiva, ao mencionar que no início havia receio de colocar mulheres em determinadas funções, o que indica que a confiança nas capacidades femininas ainda pode ser mediada por construções culturais de gênero e pela convivência no dia a dia. Essa ambivalência é típica de contextos de transição institucional, como observa Louro (1997), ao tratar das tensões entre práticas tradicionalmente masculinas e a inserção de mulheres em espaços antes exclusivos aos homens.

Nesse sentido, o instrutor Rouxinol reforça a percepção de que as mulheres tendem a exercer suas funções com maior atenção e seriedade, o que também se reflete nas alunas do JBV. Ele afirma que “as meninas levam as instruções mais a sério, são mais interessadas, participam mais, se dedicam mais, prestam mais atenção” (instrutor Rouxinol, 2025). Embora sua fala reproduza certos estereótipos de gênero, ela também evidencia um reconhecimento da competência técnica e do comprometimento feminino. Apesar de não ter tido aulas com instrutoras mulheres, evidencia sua desenvoltura e o conhecimento nas instruções que já fiscalizou. Para ele, a presença feminina trouxe melhorias à corporação, especialmente pela atenção e cuidado que demonstram em ocorrências.

A autoridade exercida por mulheres também foi abordada pelos entrevistados e se constatou uma aceitação progressiva dentro da hierarquia militar. Na perspectiva em evolução:

Inicialmente, sentia certo receio quanto à atuação feminina em funções operacionais como chefe de linha (função que executa o combate direto ao incêndio), mas com o tempo percebi a dedicação e o comprometimento das mulheres, e hoje não há distinções (instrutor Falcão, 2025).

5.4.1.2 Cuidado e disciplina com as alunas do JBV

Em relação às meninas do JBV, os eles relatam que, inicialmente, há uma maior timidez por parte delas, sobretudo quando precisam comandar ou falar em público. Contudo, com o tempo e a convivência, muitas passam a se destacar, demonstrando mais autonomia, atitude e desenvoltura. O instrutor Águia destacou uma aluna, que se mostra proativa, confiante e com capacidade de liderança: “ela comanda bem e tem autonomia, mesmo com pouco tempo de projeto” (instrutor Águia, 2025). Já o instrutor Falcão observa que as meninas, em geral, são mais interessadas e participativas: “quando tem os destaques, sempre tem mulheres nesse meio, porque na instrução elas aprendem rápido, respondem rápido, prestam mais atenção” (instrutor Falcão, 2025). O instrutor Rouxinol reforça essa ideia ao afirmar que, embora os meninos se destaquem fisicamente, “com relação ao conhecimento, as meninas se destacam mais, são mais atentas, têm mais vontade de aprender” (instrutor Rouxinol, 2025).

A experiência com as alunas do JBV é bastante reveladora. Os três instrutores afirmaram tratar meninas e meninos de forma igualitária em relação à disciplina e às atividades físicas, mas demonstraram ter cuidados específicos ao lidar com adolescentes do sexo feminino. O instrutor Rouxinol foi o mais explícito, destacando que:

No começo eu tinha dificuldade de lidar as meninas, então uma professora da escola onde o JBV acontecia me deu dicas de como melhorar essa relação. Por isso, seria importante também existirem bombeiras militares como instrutoras para facilitar esse convívio (instrutor Rouxinol, 2025).

Além disso, relataram preocupação com a segurança das meninas dentro do quartel, estabelecendo estratégias de proteção como a ida ao banheiro sempre em dupla, orientações sobre limites nas interações com colegas do sexo oposto e o cuidado com a linguagem e as brincadeiras.

5.4.1.3 Desempenho as alunas e os benefícios do JBV

Quanto ao desempenho, os três instrutores relataram que as meninas costumam ser mais atentas, disciplinadas e participativas. Rouxinol afirmou que “em relação ao conhecimento, as meninas se destacam mais [...] têm mais vontade de aprender”. Águia mencionou o caso de uma aluna destacada por sua proatividade e autonomia. Em vários momentos eles enfatizaram que as meninas “mais

interessadas” e “mais participativas” revelando, assim, tanto o potencial emancipador do projeto quanto a lógica meritocrática que exige das meninas um desempenho superior para receberem o mesmo reconhecimento, fato vivido pelas bombeiras militares dentro do ambiente de trabalho.

No que diz respeito aos benefícios do projeto, todos os instrutores reconhecem os impactos positivos do JBV na vida das meninas. Águia menciona que elas desenvolvem maior autonomia e capacidade de reagir em situações de risco ou violência. Falcão, por sua vez, salienta o sentimento de pertencimento que o projeto proporciona às meninas em um ambiente marcadamente masculino, “esse projeto faz com que elas se sintam pertencentes a esse ambiente” (instrutor Falcão, 2025). Já Rouxinol destaca o amadurecimento psicológico e o crescimento pessoal das meninas, além da influência positiva na escola e na vida cotidiana.

Diante disso, há também um potencial contra-hegemônico quando essas alunas se apropriam das práticas e símbolos militares, uma vez que elas constroem novas formas de pertencimento e autoridade. A experiência de comandar, de enfrentar desafios físicos e de se destacar academicamente revela fissuras nas normas de gênero, como afirma Scott (1995), quando destaca que o gênero é uma categoria relacional e instável.

5.4.1.4 Episódios vividos e considerações gerais

Os relatos de episódios vividos no projeto revelam desafios e aprendizados importantes. Águia recordou um caso de *bullying* entre alunas e a importância da mediação realizada, que resultou em maior conscientização e respeito no grupo. O conflito foi amenizado após uma intervenção pedagógica realizada pelo instrutor durante a aula, mas também por esta pesquisadora que, como oficial e mulher, fez uma abordagem baseada na empatia e no respeito pelo próximo. Falcão mencionou o caso de uma aluna que permaneceu no projeto até os sete meses de gestação, fato que só foi descoberto tardiamente, evidenciando tanto o envolvimento dela quanto lacunas no acompanhamento. Já Rouxinol relata as dificuldades iniciais em lidar com as meninas, apontando a importância da formação de instrutores sensíveis à questão de gênero.

Esses dados aqui apresentados corroboram com os estudos de Joan Scott (1995), que ressalta que as relações de gênero estão intrinsecamente ligadas às estruturas de poder e às experiências institucionais. Ainda que os discursos masculinos expressem aceitação e reconhecimento das capacidades femininas, persistem traços de vigilância, cuidado excessivo ou receios que demonstrem o quanto os marcadores de gênero ainda operam na formação de subjetividades e práticas institucionais. A presença das meninas no JBV e das mulheres no Corpo de Bombeiros, portanto, não apenas transforma essas instituições, mas também desafia constantemente seus códigos simbólicos, operacionais e afetivos.

5.4.2 Entrevista dos instrutores do Núcleo Centro

Ao analisar as falas dos instrutores do JBV Centro, é possível perceber que as alunas do JBV têm gerado impactos significativos não apenas para as elas, mas também para os profissionais que atuam na sua formação. A presença feminina no ambiente militar, suscita a necessidade de revisão de práticas pedagógicas, de posturas institucionais e de olhares sobre o feminino. Nesse sentido, as entrevistas possibilitam uma análise aprofundada sobre como os homens que ocupam a função de formadores de jovens percebem e se relacionam com as meninas no projeto, revelando tanto resistências quanto transformações em curso.

5.4.2.1 A presença feminina no espaço militar

Na percepção dos instrutores, a autoridade feminina e o reconhecimento institucional, apesar de grandes avanços, são marcados por uma história de práticas machistas e pela resistência à autoridade feminina. O instrutor Gavião afirmou que “o ambiente militar é muito machista e eu já presenciei situações complicadas que não gostaria de ver uma filha minha vivendo” (instrutor Gavião, 2025). Já o instrutor Canário reconhece a competência feminina, dizendo que “ser bombeiro não é só sobre força, é técnica, e técnica é para quem estuda. Se as mulheres estão se destacando, elas têm todo o direito” (instrutor Canário, 2025). O instrutor Sabiá, por sua vez, admitiu que no passado carregava muitos preconceitos, afirmando que “não dava credibilidade às mulheres, mas nós precisamos mudar” (instrutor Sabiá, 2025). Essa fala revela uma transição subjetiva comum a muitos profissionais do meio militar, em que o convívio e o desempenho técnico das mulheres têm

desestabilizado estruturas simbólicas patriarcais que por muito tempo legitimaram a exclusão ou subalternização feminina nas instituições militares (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003).

Esses relatos se articulam com o conceito de desconstrução da normatividade de gênero, desenvolvido por Butler (2003), segundo o qual as estruturas de poder que produzem o “masculino” como natural ao comando são passíveis de questionamento e reconfiguração a partir da prática e da experiência. No caso dos instrutores entrevistados, o reconhecimento da competência feminina coexiste com limitações simbólicas baseadas na diferença sexual, especialmente no que diz respeito à força física e à afetividade.

Para Canário, a participação das mulheres como instrutoras militares é fundamental, sendo ancorada em critérios de competência técnica e não em força física, como comumente se associa ao ambiente militar. Ele destacou a figura de uma Capitã como “a melhor instrutora do curso”. Sua fala desmistifica a ideia de que o desempenho feminino é inferior, e remonta à sua convivência com mulheres fortes em sua trajetória pessoal: “minha mãe é um exemplo de estudo, de liderança, é concursada e minhas tias também. Todas elas são verdadeiros exemplos” (instrutor Canário, 2025). Esse histórico familiar parece funcionar como uma lente de empatia e reconhecimento da capacidade das mulheres em espaços de liderança e comando.

Para Sabiá, que era preconceituoso, houve uma transformação pessoal diante da atuação das mulheres na corporação e afirmou, inclusive, que gostaria de ver uma mulher no comando da corporação: “as mulheres estão à frente na corporação e espero o dia em que uma mulher comande a instituição. Acho que iria melhorar em muitos aspectos, está faltando isso para nós” (instrutor Sabiá, 2025). Essa esperança sinaliza não apenas uma mudança nas práticas, mas também na simbologia do poder militar, como Butler (2003) chamaria de uma subversão performativa da norma de gênero. No entanto, essa postura não é unânime entre os colegas de farda, como ele mesmo reconhece: “percebo que para alguns bombeiros, as mulheres são vistas como ameaça, como se quisessem tomar o espaço dos homens” (instrutor Sabiá, 2025).

Gavião também apresenta uma trajetória de transformação semelhante. Afirma que já teve muito preconceito e denuncia que há homens que têm medo da presença feminina, por reconhecerem sua competência: “muitos homens têm medo da mulher por reconhecer que ela tem igual ou maior capacidade que ele” (instrutor Gavião, 2025).

5.4.2.2 *Gestão de meninas do JBV*

No que diz respeito às alunas do JBV, os três instrutores ressaltam questões afetivas, sociais e familiares que atravessam as vivências dessas jovens. O instrutor Gavião trouxe relatos impressionantes como:

Houve situações em que meninas me procuraram para conversar porque estavam sendo abusadas e agredidas em casa. Uma delas saía de casa às 9h para ir ao JBV que começava somente às 13h só para não ficar em casa e passava todo esse tempo deambulando de ônibus em ônibus até chegar a hora de ir para a instrução (instrutor Gavião, 2025).

Este dado mostra a função protetiva e de escape que o projeto desempenha, principalmente para as meninas. Assim, o espaço militarizado, apesar de disciplinador, passa a ser percebido como acolhedor e estruturante, desafiando a concepção clássica de que o militarismo é intrinsecamente opressor.

Os instrutores demonstraram sensibilidades específicas em relação a essas alunas, reconhecendo vulnerabilidades sociais, emocionais e familiares vivenciadas por elas. Canário relata que, ao longo dos encontros, desenvolveu uma relação de respeito e afeto, “um clima de amizade, de tiozão mesmo”, compreendendo inclusive os momentos de dor física ou emocional, como os períodos menstruais, durante as instruções. Ele destaca ainda que dentre os benefícios do projeto, está o fato de “o projeto fazer elas se sentirem capazes de liderar, de conquistar espaços, de desenvolverem autoconfiança” (instrutor Canário, 2025), principalmente com as meninas, porque “aqui elas conseguem falar, serem ouvidas”.

Sabiá vai além e aponta a realidade de vulnerabilidade social das meninas atendidas pelo projeto, ao mencionar a precariedade econômica, o histórico de abusos e a ausência de apoio familiar como fatores que tornam o JBV um espaço de acolhimento e, muitas vezes, de sobrevivência emocional:

já teve caso de meninas que tentaram suicídio, outras que se cortavam. [...] Muitas estão aqui porque não querem estar em casa, por serem forçadas a

trabalhar muito novas, por serem agredidas sem motivação. [...] O projeto é uma válvula de escape para elas (Instrutor Sabiá, 2025).

Sua fala revela a dimensão psicossocial que atravessa o trabalho com as meninas, e a necessidade urgente de políticas públicas de apoio psicológico e assistência social.

Gavião também enfatiza essa mesma dimensão, relatando que “muitas disseram que aqui se sentiam melhor que em casa”, e que algumas permanecem no local mesmo após o fim das atividades porque “não queriam voltar para casa”. Ele compreende o papel do projeto como um “resgate moral e de autoconfiança” e um espaço onde “elas passam a entender que são capazes, que podem se mostrar como são”.

Houve um caso que a avó de uma aluna foi ao JBV e falou mal dela, dizendo que ela não seria nada, então “puxei” essa menina pra perto e coloquei como meu “braço forte” dentro do projeto, dando oportunidade, função e credibilidade, e assim ela passou a se sentir importante e ter autoconfiança para enfrentar a vida (instrutor Gavião, 2025).

Esses relatos se conectam às contribuições de Crenshaw (2002) e da teoria da interseccionalidade, ao evidenciar como gênero, classe e condições familiares se entrelaçam na experiência dessas jovens. O JBV não atua apenas na formação cidadã, mas também como suporte emocional, como aponta Sabiá: “Elas são muito carentes de atenção e de cuidado e, muitas vezes, nos têm como pai” (instrutor Sabiá, 2025).

Tal relação afetiva, no entanto, exige um cuidado ético e profissional, como destaca o Gavião: “O instrutor precisa entender que as meninas estão em formação [...] algumas podem se deslumbrar com o instrutor. É necessário muito cuidado nesse sentido” (instrutor Gavião, 2025). Essa fala demonstra a consciência das relações de poder e gênero que se constroem dentro de ambientes hierárquicos e disciplinares, e que devem ser administradas com responsabilidade para evitar assédios ou violências simbólicas.

Todos reconhecem diferenças fisiológicas e emocionais entre meninos e meninas, o que demanda abordagens pedagógicas diferenciadas. Sabiá ressalta: “trato todas por igual, mas a cobrança não pode ser a mesma, porque a mulher não tem a força que o homem tem, é necessário tratar com equidade” (instrutor Sabiá, 2025).

Esse cuidado ético-pedagógico evidencia a importância de se adotar uma abordagem sensível às questões de gênero no trato com adolescentes em formação. Para Crenshaw (2002), considerar as intersecções entre gênero, idade, classe e raça é fundamental para evitar que políticas supostamente “neutras” reproduzam desigualdades estruturais. O reconhecimento de vulnerabilidades específicas nas meninas, como situações de abuso, negligência ou abandono familiar, exige dos instrutores mais do que disciplina, exige escuta, acolhimento e limites afetivos.

As falas dos instrutores ainda revelam o potencial do projeto não apenas como espaço de formação cívica, mas também como lugar de cura simbólica. Sabiá relatou que “já teve caso de meninas que tentaram suicídio, outras que se cortavam. A gente procura dar suporte até espiritual, como a gente pode” (instrutor Sabiá, 2025). Essa dimensão psicossocial é fundamental para compreender o papel do JBV como instância de cuidado em territórios marcados por vulnerabilidade social e emocional.

5.4.2.3 Desempenho e liderança: a ressignificação da autoridade feminina

As entrevistas evidenciaram que o projeto tem sido um espaço de proteção simbólica e de resgate subjetivo para muitas meninas. Gavião menciona que algumas alunas “mal falavam quando chegaram e passaram a entender que esse espaço é delas, que aqui elas podem falar, se expressar, que aqui elas aprendem a buscar coisas maiores” (instrutor Gavião, 2025). O projeto, nesse sentido, atua como um dispositivo de reconhecimento (FRASER, 2006), contribuindo para a afirmação da autoestima e da autonomia das participantes.

Teve um caso que me emocionou, uma menina que entrou no projeto muito tímida, mal falava. Ao final do ano, ela comandou a formatura inteira com 10 pelotões, apresentou a tropa ao coronel com muita confiança e segurança. Eu fiquei olhando e pensando: olha o que nós conseguimos fazer?! (instrutor Rouxinol, 2025).

Outro ponto comum nos relatos é o reconhecimento do destaque das meninas no desempenho dentro do projeto. Os três instrutores concordam que, em muitos casos, elas superam os meninos em interesse, dedicação, disciplina e capacidade de liderança. Gavião observa que elas “absorvem a disciplina e a hierarquia com

mais facilidade” e que, quando comandam o pelotão, “organizam melhor o grupo”. Sabiá complementa dizendo que “elas são guerreiras, se destacam mais que os meninos, mesmo diante de tantas dificuldades” (instrutor Sabiá, 2025).

Foi unânime para os instrutores que, em muitos casos, as meninas demonstram maior comprometimento, atenção e desempenho do que os meninos. Segundo Canário: “Diversas vezes as mulheres têm mais desempenho que alguns homens, porque elas têm mais interesse”. Já Gavião afirma que “quando comandam o pelotão, elas organizam melhor o grupo os integrantes pedem que elas comandem” (instrutor Gavião, 2025). Tais observações reforçam o argumento de Lélia Gonzalez (1982) sobre a capacidade de liderança das mulheres negras e periféricas, que são historicamente desvalorizadas, mas desenvolvem formas alternativas e eficazes de liderança e resistência em espaços de opressão.

Além disso, o destaque feminino no projeto evidencia o potencial de transformação de normas de gênero rígidas. Quando as meninas comandam, organizam e inspiram os demais, elas desafiam o imaginário militar tradicional, que associa comando e força à masculinidade. Como observa Butler (2003), esses deslocamentos performativos têm poder político, pois mostram que o gênero é uma construção social passível de transformação.

O projeto, como relatado pelos próprios instrutores, representa para muitas meninas não apenas um espaço de formação militar juvenil, mas sobretudo uma rede de proteção, escuta, afeto e empoderamento. Como afirma Gavião, “a vivência e a oportunidade nos moldam, desde que a gente queira. O JBV é espaço para todos” (instrutor Gavião, 2025).

As entrevistas com os instrutores do JBV revelam um movimento de tensão e transformação no interior do espaço militarizado. A presença das meninas no projeto e o reconhecimento (ainda que parcial) de sua capacidade de liderança, organização e resistência sinalizam uma ruptura simbólica e prática nas dinâmicas de gênero que historicamente estruturam as instituições militares.

O JBV, ao atuar no campo da formação disciplinar, também se revela como espaço de acolhimento e reconhecimento subjetivo, especialmente para meninas em situação de vulnerabilidade. A valorização da escuta, da orientação e da confiança

são elementos centrais para que essas jovens possam se apropriar de sua própria história e projetar futuros mais dignos e possíveis.

Se por um lado ainda persistem discursos que reconhecem “limitações físicas naturais” das mulheres — expressão de uma biologização do gênero —, por outro, há um reconhecimento crescente de que competência, liderança e disciplina não são atributos masculinos por essência. Como mostra Scott (1995), o gênero deve ser compreendido como uma categoria analítica fundamental para a construção de sujeitos e das instituições sociais. No JBV, meninas e mulheres estão redesenhando o que significa “ser militar”, em especial no contexto do Corpo de Bombeiros Militar, ao construir novas possibilidades de identidade, poder e pertencimento.

6. UMA MENINA SE TORNA MULHER NO JBV

Em todo seu tempo de existência, o projeto social JBV carrega muitas histórias de sucesso, famílias que foram transformadas após a inclusão de jovens no projeto. Meninos e meninas que mudaram a forma de viver, que passaram a olhar para o mundo com uma nova perspectiva de futuro e encontraram o caminho da dignidade, do respeito e do profissionalismo. Diante de muitos exemplos, conto a história de Raquel, uma menina que se transformou em uma mulher de habilidades, profissional e madura. Foi escolhida porque pude presenciar seu potencial durante o projeto, pude ver a minha história na história dela, semelhanças que ficaram mais evidentes depois da entrevista.

Desde o primeiro contato, Raquel se mostrou bem acessível, afinal era para falar sobre algo que ela tem tanto carinho. Para facilitar as lembranças e refrescar a memória, levei-a ao Quartel Central, unidade do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (CBMCE) que fica localizado no Bairro Jacarecanga em Fortaleza, próximo ao centro da cidade, local onde o núcleo do projeto JBV que ela participava acontecia. Em meio a equipamentos de bombeiros e viaturas, sentadas em um banquinho utilizado para paramentação, conversamos por quase 2 horas. Momentos de muitas risadas e nostalgia.

Raquel Santinho de Oliveira hoje tem 19 anos, trabalha no turno da noite em um restaurante de Fortaleza e, em apenas um ano, alcançou a posição que gostaria de ter dentro da empresa, fruto de muita dedicação ao trabalho e de aprendizados que o JBV lhe deixou.

Sempre foi discreta e seu caminho tomou rumos que a distanciaram do cotidiano da maioria dos adolescentes de sua idade. Cresceu em um lar simples, no bairro Conjunto Palmeiras, a quase 20 quilômetros do centro da cidade. Lá, sua mãe trabalhava fabricando bijuterias em casa, enquanto seu pai, comerciante, trabalhava no centro da cidade.

A ideia de participar do JBV veio de um amigo, cujo pai recebeu uma palestra sobre brigada de incêndio em seu trabalho. O palestrante era o Subtenente (ST) Haroldo do CBMCE, que também era coordenador de JBV. Durante a palestra, ele apresentou o projeto àquele público e convidou os pais de adolescentes a levarem seus filhos para participar. Ao chegar em casa, o pai do amigo falou sobre o projeto

e ele ficou interessado, mas não queria ir sozinho, então convidou outros 2 colegas e pediu que Raquel fosse junto, formando um grupo de quatro amigos que iniciaram a participação no projeto.

Sua mãe, acompanhando os primeiros passos no projeto, ficou impressionada com o respeito que ela e os outros eram ensinados a ter pelas pessoas ao redor, especialmente pelos pais, e decidiu inscrevê-la formalmente. Esse início foi bem difícil. A vivência no quartel parecia um universo distante para Raquel, muito longe de casa, mas a curiosidade a impulsionou a seguir em frente.

O que parecia ser um simples passatempo virou uma dedicação de vida. No começo, ela e os amigos não sabiam bem o que esperar, tinham apenas 15 anos. Com o tempo, os outros três amigos desistiram devido à distância e aos custos de passagem de ônibus, somente Raquel se manteve firme. Ela gostava do que o JBV lhe oferecia e estava disposta a se dedicar, mesmo que isso significasse sair de casa muito cedo, sem almoçar, comendo apenas um lanche para não se atrasar.

Antes de entrar no JBV, Raquel relatou que era uma garota muito ligada ao lar e à rotina de sua família. Na comunidade, sua diversão era jogar bola com os amigos no campo que existia na frente de casa, enquanto sua mãe e sua tia faziam bijuterias na calçada. Não era uma garota que costumava brincar de boneca, gostava mesmo era de correr e de brincadeiras ativas e, à medida que foi crescendo, foi se dedicando aos afazeres domésticos e a cuidar da irmã mais nova. Assim como ela, sempre fui uma menina que gostava de brincar de correr, de jogar bola, de brincadeiras dinâmicas, mas sempre ajudei nos afazeres domésticos juntamente com minha irmã mais velha.

Quando entrou no projeto, o líder do grupo, também chamado de comandante do pelotão, era o aluno Walter, uma jovem que a inspirava. Ele era exigente, seguro em suas ações e foi com ele que ela aprendeu muito, conforme me contou. O projeto durou até 2020, mas a pandemia da COVID-19 interrompeu tudo. Pouco tempo após retomar da pandemia, ela assumiu o comando do grupo, posição tão desejada porque sabia que daria seu melhor para o bem de todos. Para além de todas as atividades e responsabilidades, Raquel começou a acompanhar o ST Haroldo em missões para outras cidades, ajudando-o em instruções para turmas diversas do JBV. Quando retornava do quartel, trabalhava em uma pastelaria para

ganhar algum dinheiro e ajudar nas despesas, e, para não perder as instruções do projeto, ajustava o horário de trabalho com o proprietário, o que permitia a conciliação das duas atividades.

Sempre muito dedicada, Raquel treinava constantemente, até mesmo dentro de casa. Vivia a realizar movimentos de ordem unida, a treinar sua voz de comando na apresentação (momento em que o líder informa à autoridade do local, com voz forte e potente, para que todos ao redor ouçam, com altivez, firmeza e segurança a presença do grupo) enquanto ajudava nos afazeres domésticos.

Para melhor compreensão, vale destacar que os Corpos de Bombeiros Militares são forças auxiliares e reserva do Exército brasileiro, portanto seguem ritos e manuais dessa força de armada federal (BRASIL, 1988). Assim, o Manual de Campanha Ordem Unida do Exército Brasileiro, diz que:

A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Tem como objetivo: 1 – Proporcionar aos militares e às unidades militares, os meios de se apresentarem e de se deslocarem em perfeita ordem, em todas as circunstâncias estranhas ao combate; 2 – Desenvolver o sentimento de coesão e os reflexos de obediência, como fatores preponderantes na formação do militar; 3 – Constituir uma verdadeira escola de disciplina; 4 – Treinar oficiais e graduados no comando de tropa; 5 – Possibilitar, conseqüentemente, que a tropa se apresente em público, quer nas paradas, quer nos simples deslocamentos de serviço, com aspecto enérgico e marcial (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

Em meio a treinamentos domésticos de impostação da voz, sua mãe, muitas vezes, a repreendia, dizendo: “está ficando doida, menina?”, mas Raquel só ria e continuava. Ela não queria cometer erros, sempre foi cobrada e rigorosamente preparada pelo ST Haroldo que lhe dizia que ela não podia fraquejar, que a missão deveria ser cumprida com excelência, e foi assim que ela sempre se tornou cada vez melhor. Como Raquel, eu sempre fui muito dedicada, e quanto mais me cobravam, mais eu respondia com a maior excelência que eu conseguia. Responder às necessidades com eficiência sempre me trouxe realização pessoal e profissional.

Diante disso, em um evento infantil no Quartel Central chamado "Portas Abertas", pude ver a desenvoltura dela comandando o pelotão e me impressionou sua postura, disciplina, firmeza e a segurança. O Coronel Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, com grande apreço que possui, aproximou-se para receber os

alunos e ela os apresentou conduzindo com precisão e uniformidade que impressionou até os militares mais experientes. Ela se destacava, especialmente por ser uma menina em uma turma predominantemente masculina. De longe se ouvia:

“Com licença senhor Coronel Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, José Claudio Barreto de Sousa! Aluna do JBV Raquel Celestino de Oliveira, apresentando a turma de formandos de 2024 em forma, sem alterações, senhor!” (Raquel, 2025).

Estar no projeto era o que mais a motivava, sempre queria levar os amigos, os colegas de escola, então, começou a levar sua irmã também. No entanto, a distância e a falta de recursos dificultavam a frequência, mas Raquel a treinava em casa. Com o tempo e devido às dificuldades, seu pai começou a se preocupar com as filhas, pois durante o percurso elas enfrentavam problemas como lotação dos ônibus, discussões e assédios masculinos. Com essa restrição, ela começou a se desentender com seu pai, porque estar no quartel a realizava, era onde via seus dias fazerem sentido.

Quando entrei no Corpo de Bombeiros era um mundo totalmente novo, novas atitudes, novas formas de pensar, isso também foi percebido por Raquel: o JBV trouxe uma nova perspectiva de vida. Tanto ela como eu sempre fomos disciplinadas, comprometidas, mas também éramos fruto de uma educação familiar mais rígida, exigente e respeitosa, o que facilitou bastante a adaptação e favoreceu a identificação com aquele ambiente.

Esse ambiente exigente fez Raquel mudar sua visão sobre educação, sobre estudar, uma vez que os instrutores cobravam constantemente que todos estudassem, e ela se viu obrigada a encarar a escola de maneira diferente, para não ser excluída do projeto. Embora não fosse tão aplicada nos estudos, sabia da importância de manter um bom desempenho para não se desviar do caminho. O JBV era muito mais do que um simples projeto, ele moldou sua personalidade, fortaleceu sua confiança e lhe deu uma nova perspectiva sobre a vida e sobre o futuro.

As aulas práticas, em particular, a empolgavam e ela sonhava em poder colocar em prática o que aprendera no projeto, chegando a desejar que alguém passasse mal na sua frente para poder ajudar. Empolgação que sempre levou por onde andou, seja na escola, na comunidade, na família ou ali ao conversar comigo.

Seus olhos brilhavam ao relembrar de momentos e detalhes, emoção sentida por mim pelas palavras de ânimo e motivação, pelos gestos, mas também porque eu sabia exatamente o que era aquele sentimento, uma vibração diferente que só se sente quando se vive.

Raquel sempre foi uma menina introvertida, "mais na minha", como ela mesma dizia, mas sua relação com os colegas de turma foi de grande valia e logo se enturmou. Em meio às instruções, histórias sobre experiências em colocar em prática o que tinham aprendido no JBV eram compartilhadas pelos alunos, como, por exemplo, ajudar o atendimento dos profissionais do SAMU na rua ou lidar com situações de emergência, situações que a fazia desejar vivenciar.

Ela foi se tornando confiante e desinibida e logo veio o sonho de se tornar líder, comandante do pelotão. Havia uma identidade com o ritmo ativo da vida militar, especialmente nas instruções práticas do JBV, como correr em grupo cantando e batendo palmas, a "corridinha muxuruca" que proporcionava tanta energia.

Das memórias mais marcantes para Raquel eram as vibrações enérgicas do grupo ao cantar "*Charlie Mike*" (nomenclatura de caserna que caracteriza as Canções Militares) durante as corridas. Era contagiante. "A gente não sentia o cansaço", dizia com um sorriso no rosto, lembrando dos momentos em que a adrenalina tomava conta e o grupo corria em unidade, todos entoando o cântico de forma uníssona. Quando passavam em frente ao quartel, a empolgação era ainda maior, e todos batiam palmas e gritavam "JBV é aço puro!" com um fervor.

Então, se tornou comandante de sua turma, sentiu, com isso, o peso da responsabilidade, mas também o orgulho de liderar. Seus colegas confiavam, vindo a se tornar um modelo para eles. Confiança que perdurou mesmo após sair do projeto, os ex-colegas de turma continuaram a procurá-la para conversar sobre suas vidas e pedir conselhos, o que a fez sentir que estava realmente fazendo a diferença. Lidar com conflitos e ajudar pessoas a resolverem seus problemas a fizeram crescer como pessoa e como líder. Esse relacionamento com os colegas foi crucial e a ensinou como lidar com diferentes tipos de pessoas. No projeto, como no trabalho, sempre há alguém que pode tentar desestabilizar o grupo e Raquel entendeu que o segredo era manter o profissionalismo, tratando todos de maneira

igualitária, sem deixar que interferências pessoais afetassem seu desempenho. Aprendeu a separar as coisas: se não gostava de alguém, simplesmente tratava com respeito, sem envolvimento emocional. Aprendizado aplicado diretamente no seu trabalho, onde ela lida com público e precisa encarar pessoas difíceis todos os dias.

Ainda sobre relações interpessoais, ela comparou o trabalho com o público ao efeito de uma fruta estragada que contamina todo o cesto de frutas boas: basta uma pessoa tratá-la mal para que todo o ambiente se torne afetado. Esse pensamento, aprendido no JBV, ajudou-a a lidar com a pressão no trabalho, não permitindo que situações específicas viessem a contaminar o todo, pois as dificuldades enfrentadas no dia a dia fazem parte do processo, mas nunca devem ser uma razão para parar.

Tais experiências trouxeram desenvolvimento da paciência e da habilidade de lidar com diferentes tipos de pessoas. Compreendeu que precisava levar para a vida a lição de ser tolerante, manter a calma e tratar a todos com respeito. O Sub, como ela o chamava o ST Haroldo, sempre foi um exemplo de disciplina e cobrança para ela, e esse ambiente de desafios constantes a preparou para a vida profissional que estava chegando. No trabalho, ela já sabia que precisava ser resiliente, e se algo não saísse como esperado, deveria continuar tentando. “O JBV me ensinou a ter força, a ter resistência”, disse ela, refletindo sobre como as dificuldades que enfrentou lá se refletem no seu dia a dia profissional.

“No trabalho, passo por situações que penso que tenho que conseguir, porque o Sub Haroldo me ensinou a não desistir, o que ele pensaria de mim se eu desistisse agora? Então, me lembro das dificuldades que o JBV nos colocava e que a gente tinha que enfrentar. É isso que eu levo pra minha vida. Estão acontecendo coisas muito difíceis no meu trabalho, mas eu tenho que seguir, eu tenho que tentar, se não nunca saberei se vai dar certo. Numa próxima vez, não terei a insegurança para tentar, tem que correr atrás.” (Raquel, 2025).

Com o tempo, aprendeu a encarar os obstáculos e a seguir em frente, não importando o que acontecesse. O JBV lhe ensinou que a vida não seria fácil e que, mesmo diante das dificuldades, o melhor a fazer era continuar tentando, lutando. A mentalidade do “não” já estava garantida, e o único caminho era buscar o “sim”. Uma grande lição que ela levou para a vida, tornando-se uma mulher resiliente e determinada.

Quando questionada sobre como as experiências com o JBV influenciaram sua vida, Raquel falou da importância da persistência. Os desafios enfrentados no projeto, como os longos períodos de treinamento e as competições de resistência, a ensinaram a nunca desistir, a sempre buscar maneiras de continuar mesmo quando o corpo ou a mente estavam exaustos. Disse: “Por mais que eu esteja com a ‘carcaça desmontada’, eu sei que consigo ir além, tem que levantar a ‘carcaça’, levo isso comigo”.

No que diz respeito a figuras femininas no JBV, ela relatou que teve pouco contato com militares mulheres, então via as figuras masculinas, como o Sub Haroldo, como referência. Espelhava-se nele em sua busca pela excelência e sempre se esforçava para ser tão comprometida quanto ele exigia.

Então, relatei que a presença feminina no Corpo de Bombeiros ainda era pequena, pois poucas mulheres buscavam essa profissão, já que era uma carreira que exigia resistência e equilíbrio emocional, especialmente em situações extremas, como incêndios florestais, onde as ocorrências eram consecutivas e o corpo era levado ao limite, além do limite de 10% das vagas que o concurso traz como requisito.

O JBV encoraja as meninas a seguirem carreiras militares, com incentivo para os estudos e para os concursos militares. Ali, elas tinham a oportunidade de demonstrar sua capacidade, realizando as mesmas atividades que os meninos, provando que também podiam seguir essa trajetória. Das maiores alegrias no projeto, Raquel declarou que era competir com os meninos e vencê-los, mostrando sua capacidade. Gostava especialmente de participar do pelotão da guarda-bandeira, pois exigia precisão e coordenação, com movimentos complexos que demandavam muito treinamento.

A guarda-bandeira, parte da guarda de honra, é constituída pelo Porta-Bandeira que comanda e conduz os movimentos próprios guarda, pelo Porta-Estandarte com a bandeira do Estado do Ceará e pelo Porta-Estandarte da Organização Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, e por 5 (cinco) ou 6 (seis) guardas (BRASIL, 2022). É constituída com a finalidade de transportar e proteger o Pavilhão Nacional e os estandartes em desfiles e solenidades (BRASIL, 2021).

E aqui gostaria de apresentar mais uma semelhança com minha trajetória. Sempre participei da guarda-bandeira, desde a época do curso de formação de oficiais, fato que se repetiu algumas vezes quando era tenente nos desfiles cívicos de 7 de setembro em Fortaleza, na função de porta-bandeira. Apesar da necessidade de grande esforço e concentração para conduzir a guarda com o devido respeito, sempre foi um desafio que eu gostava de superar. O cansaço e os pés machucados eram marcas do peso da condução do símbolo mais importante para militares, a Bandeira do Brasil, e isso sempre me trouxe muita honra e emoção.

O interesse de Raquel pela carreira militar era evidente. Embora considerasse também ir para o Exército, o Corpo de Bombeiros sempre fez mais sentido para ela, principalmente por sua missão ser voltada a ajudar o próximo. Além disso, sua vivência no JBV proporcionou uma adaptação natural ao ambiente, reforçando sua vontade de ingressar na corporação que admira, pois é exemplo de dedicação e serviço à sociedade, realizando atividades essenciais como primeiros socorros, salvamentos aquáticos, terrestres e em altura. Durante sua participação no JBV, teve a oportunidade de aprender sobre essas práticas, o que a tornaram preparada para agir em emergências, sempre com atenção à segurança do local, da equipe e da vítima. Quando indagada sobre o desejo de tentar o concurso para os bombeiros, ela mostrou todo um interesse, mas o trabalho à noite dificultava muito o seu tempo de estudo e preparação.

Essa jornada pelo JBV não só moldou sua visão de mundo, mas também a preparou para os desafios futuros. Ela acredita que o projeto poderia afastar muitos jovens do mundo das drogas e do tráfico, oferecendo novas perspectivas e oportunidades. Em sua comunidade, viu adolescentes da sua idade envolvidos nessas realidades, muitos dos quais já haviam perdido suas vidas. Para ela, a expansão do JBV é essencial e poderia salvar muitas pessoas, trazendo disciplina, força e um novo propósito.

Entre os maiores benefícios que o JBV proporcionou, aprendizado e confiança ganham destaque, visto que aprendeu a enfrentar desafios e a desenvolver habilidades importantes, como liderança e organização. Liderar passou a ser natural para Raquel. Como comandante do grupo, sabia que sua postura servia de exemplo para os demais. Não podia errar, pois isso daria margem para

que outros também errassem. Essa responsabilidade era desafiadora, mas a motivava a ser melhor a cada dia. Dessa forma, seu pelotão sempre foi visto com seriedade e padrão de excelência, especialmente nas apresentações ao Coronel Comandante Geral. O grupo era admirado pelos demais, reflexo do treinamento rigoroso e do comprometimento de todos.

Perguntei qual conselho ela poderia dar aos futuros alunos do JBV, e ela disse que seria para não desistirem, que dificuldades viriam, mas que acreditassem que valia a pena tentar. Para ela, era melhor enfrentar desafios do que permanecer estagnado. Falou sobre isso lembrando como sentia falta do projeto, da convivência com os colegas e da rotina disciplinada, mas também das brincadeiras em casa, quando sua mãe dizia que ela estava "endoidando" por treinar ordem unida. Como comandante, havia momentos de descontração e outros de seriedade, mas sempre com respeito e comprometimento.

Além do aprendizado técnico, o JBV lhe proporcionou grandes inspirações. Seus líderes, ST Haroldo e ST Ximenes, foram referências para sua formação. ST Haroldo, em especial, uma vez que ele confiava tanto nela que deixava Raquel responsável por ministrar instruções quando precisava se ausentar, sabendo que ela cumpriria sua missão com excelência.

Despedir-se do JBV foi um momento difícil. Quando completou 18 anos, sua família começou a cobrar que arranjasse um emprego, então precisou deixar o projeto no meio do ano, antes da formatura de seu pelotão. Ela relatou emocionada que chorou muito por não poder concluir essa etapa, pois queria estar lá para formar seus alunos, gostaria de ver o resultado de toda sua dedicação.

Fato curioso foi que seu primeiro emprego veio através de uma ex-aluna do JBV: ela trabalhava no referido restaurante e a indicou a seus chefes porque acreditava no potencial de Raquel. Isso reforçou ainda mais sua percepção de que o projeto criava laços duradouros e oportunidades.

Ela relatou que o JBV foi uma experiência única, algo que só quem passa pelo projeto poderia compreender que aprender técnicas valiosas como primeiros socorros, reanimação cardiopulmonar e procedimentos de salvamento, poderia fazer

a diferença na vida de alguém. Um universo diferente e motivante diante de uma sociedade tão desafiadora.

O mais impressionante foi que, ao falar sobre o JBV, era evidente uma paixão genuína em Raquel. Entusiasmo nas palavras, sorriso saudosos, emoção quando falava das conquistas, admiração quando citava o ST Haroldo, alegria ao contar suas vitórias nas competições, tristeza por não formar seus alunos... era como se o ciclo não houvesse fechado e ela sempre voltasse ao quartel para relembrar aquela experiência que transformou sua vida. Esse sentimento sempre foi percebido por seus amigos que dizem que gostariam de sentir algo do entusiasmo que ela demonstrava pelo projeto, pois quando Raquel começa a falar de JBV, ela muda o jeito, o tom de voz. Uma verdadeira identidade.

Ao observar seu jeito enquanto falava, lembrava-me de toda minha trajetória no Corpo de Bombeiros, da vida militar, do curso de formação cheio de desafios, da minha identificação com tudo isso, do entusiasmo em cada operação ou numa simples formatura, da paixão por uma corporação que trabalha para salvar vidas, para proteger o patrimônio, para resguardar o meio ambiente. Vestir a camisa vermelha é sinal de muito orgulho e honra, significa arriscar a própria vida em função da vida do outro todos os dias ao sair de casa para trabalhar, é enfrentar os maiores medos pelo bem comum e quando esse bem chega àquele que está tão necessitado, não há nada mais gratificante e emocionante. Assim como Raquel, falar do Corpo de Bombeiros me arranca sorrisos, me traz memórias gratificantes, me faz perceber que foi para isso que eu vim.

7. CONCLUSÃO

Esta dissertação nasceu da inquietação de uma mulher que escolheu ocupar um espaço historicamente masculinizado, mas que jamais se conformou com os silenciamentos impostos à sua trajetória e que assumiu o compromisso de dar visibilidade, voz e valor à presença feminina no ambiente militar.

A pesquisa consistiu em compreender como a participação feminina no Projeto Jovem Brigadista de Valor (JBV) contribui para processos de emancipação e empoderamento das alunas. As análises provenientes das observações participantes e dos grupos focais indicaram que, para muitas meninas, o projeto representa mais do que uma experiência formativa: trata-se de um espaço de pertencimento, fortalecimento e ampliação de perspectivas de futuro.

Ao refletir sobre o aprendizado dessas alunas e seu potencial emancipador em meio à sociedade de consumo, percebi que o projeto atua como um contrafluxo, formando meninas conscientes de seus direitos, do valor de sua presença e do impacto de suas ações. Os depoimentos e gestos delas revelaram que aquele meio não apenas proporciona o conhecimento de técnicas operacionais, mas é essencial para que se reconheçam como mulheres capazes de transformar suas próprias histórias.

Descrever o JBV como uma alternativa para uma formação humana mais completa foi compreender que disciplina e solidariedade não são conceitos antagônicos. O projeto equilibra rigor e cuidado, técnica e afeto. Nele, as meninas ocupam posições de liderança, enfrentam desafios físicos e emocionais e, nesse processo, desenvolvem competências que transcendem o ambiente militarizado, impactando suas relações familiares, escolares e sociais. Assim, pude compreender que o JBV não é apenas um projeto; é um lugar de germinação de lideranças femininas que muitas vezes são invisibilizadas.

Ao se verem reconhecidas como capazes de exercer funções tradicionalmente atribuídas aos homens, essas jovens passam a ocupar um lugar simbólico que antes lhes era interdito, o que promove ressignificações subjetivas e sociais. A formação técnica e disciplinar, somada ao acolhimento institucional, reforça sua autonomia, autoestima e senso de responsabilidade, marcando o JBV como um dispositivo de transformação. Em meio às exigências militares, gestos de afeto, laços de

pertencimento e descobertas subjetivas moldam o caráter de quem ali permanece. Esse projeto pulsa humanidade e exige que também sejamos humanos em nossas análises.

No que se refere à identificação de percepções e resistências quanto à atuação das mulheres no ambiente militar, tanto por parte dos instrutores quanto das alunas, os dados evidenciam uma convivência de discursos. Embora muitos instrutores verbalizem posições favoráveis à presença feminina, ainda emergem marcas de um machismo estrutural presente nessas falas e nas práticas cotidianas. A convivência com mulheres e alunas engajadas tem tensionado essas estruturas simbólicas, produzindo deslocamentos e reconfigurações das dinâmicas institucionais.

A naturalização de papéis de gênero, por vezes ancorada em estereótipos sobre força, sensibilidade ou liderança, ainda opera de forma velada, exigindo que as mulheres militares reafirmem constantemente sua competência. Por outro lado, há sinais promissores de mudança cultural impulsionada pela presença e atuação de mulheres comprometidas com a instituição e com a coletividade.

Desenvolver essa reflexão crítica sobre a presença e a atuação da mulher em ambientes predominantemente masculinos foi também encarar meu próprio espelho. Como oficial do Corpo de Bombeiros Militar, sei o peso de ser sempre observada, questionada e colocada à prova. As alunas do JBV vivenciam o início dessa trilha. Reconhecer nelas os mesmos medos e resistências que enfrentei, e, mais ainda, perceber nelas coragem, ousadia e esperança, foi uma das experiências mais tocantes desta pesquisa, aflorando emoções até mesmo no momento em que escrevo.

Ao discutir questões de gênero no acesso e permanência das mulheres no meio militar, esta dissertação desvelou o caráter excludente das instituições, mas também sua potência transformadora. Ao escutar as alunas e dialogar com instrutores, compreendi que o projeto é uma fresta por onde entra luz. É um espaço de ressignificação, onde o feminino não é subalternizado, mas reconhecido como força e estratégia.

Avaliando a contribuição do projeto JBV para a construção de subjetividades femininas capazes de liderar, proteger e representar, os relatos demonstram que a

vivência no projeto amplia suas compreensões sobre si mesmas, seus papéis sociais e seus potenciais de atuação. Há um fortalecimento simbólico da identidade feminina a partir da incorporação de valores como disciplina, solidariedade, coragem e espírito de corpo. Muitas jovens relataram desejo de seguir carreira militar após sua inserção no projeto, bem como mudanças na forma de se posicionar no ambiente escolar e familiar. Ao ocuparem funções de comando dentro do projeto, elas experimentam a autoridade e o protagonismo, elementos fundamentais para a formação de lideranças femininas em contextos marcados por desigualdades de gênero.

Com relação à natureza autoetnográfica do estudo, pude integrar minha experiência como mulher militar à análise do campo investigado, tornando meu próprio corpo uma ferramenta epistemológica. Uma abordagem que evidenciou as tensões vividas por mulheres que ingressam e ascendem em instituições marcadas pela masculinidade hegemônica.

A pesquisa também representou um reencontro com minhas origens, com a menina do interior que ousou sonhar e persistiu. A trajetória de uma mulher oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará que dialoga com as vivências das meninas do JBV, reforçando o caráter político e transformador da autoetnografia.

A escuta atenta às participantes do projeto permitiu reconstituir sentidos compartilhados de resistência, pertencimento e superação, reafirmando que a produção do conhecimento é também um ato de posicionamento e de engajamento ético com a realidade estudada.

Ao analisar as dificuldades encontradas, destaca-se a sobreposição entre os papéis de pesquisadora e oficial da corporação, o que exigiu cuidados éticos, especialmente no trato com adolescentes e colegas de profissão. A inserção no campo foi inicialmente marcada por desconfiança, especialmente por parte dos instrutores, o que exigiu uma construção progressiva de confiança.

Como limitação, a pesquisa concentrou-se em dois núcleos do JBV, o que restringe a generalização dos resultados para todo o estado ou outras realidades institucionais. Para futuras pesquisas, sugere-se aprofundar os estudos interseccionais, incluindo marcadores de raça, classe, sexualidade e território. Também se recomenda a análise das trajetórias profissionais de mulheres que ingressaram nas

forças de segurança após participação em projetos sociais como o JBV, de modo a verificar seus impactos de longo prazo na vida dessas jovens.

Portanto, esta dissertação buscou lançar luz sobre os sentidos, tensões e possibilidades da presença feminina em um espaço militarizado de formação juvenil, a partir da escuta sensível de alunas e instrutores e da minha vivência autoetnográfica. O Projeto Jovem Brigadista de Valor revelou-se um importante território de formação cidadã, emancipação subjetiva e construção de pertencimento, especialmente para meninas que historicamente têm seus corpos e trajetórias desautorizados.

Ao compreender o JBV como um espaço de disputa simbólica e de resignificação de papéis sociais, a pesquisa contribui não apenas para o debate acadêmico sobre gênero e militarismo, mas também para o fortalecimento de políticas públicas inclusivas e comprometidas com a equidade. Trata-se de reconhecer que formar jovens mulheres em ambientes como esse é também formar lideranças capazes de transformar o presente e reconfigurar o futuro.

Não somos exceção, somos a continuidade de uma luta, de um legado que desafia a lógica da exclusão. Ser mulher em meio militar é, ainda hoje, carregar um fardo simbólico, mas também erguer a bandeira da transformação.

Essas foram linhas escritas honrando minha história, meus fracassos e minhas conquistas. O JBV me permitiu enxergar o impacto que uma mulher pode gerar ao ocupar, com dignidade e coragem, o seu lugar. Foi mais do que um trabalho acadêmico. É um testemunho. Uma voz sutil e firme: estamos aqui, existimos, resistiremos e seguiremos incendiando as estruturas com nossa presença até que a chama da equidade não se apague.

Enquanto mulher, militar e pesquisadora saio desta jornada mais fortalecida, mais crítica e, sobretudo, mais comprometida em abrir caminhos para as que virão depois de mim. Porque, como o próprio título anuncia, *onde a chama não se apaga*, arde um desejo profundo por justiça, igualdade e transformação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA S. A. P. et al. **Pesquisa e educação: saberes construídos na formação inicial** [livro eletrônico]. Ponta Grossa, Editora ZH4, 2022. E-book PDF. Disponível em:
https://web.archive.org/web/20221103045850id_/https://www.editorazh4.com.br/assets/uploads/arquivo/1dfb9-pesquisa-e-educacao_e-book_vf.pdf#page=60 Acesso em: 21 set. 2024.
- ALMEIDA, F. “Achava que sair para cuidar do filho era fraqueza”, diz líder da Bayer. **Forbes**. Outubro 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/10/achava-que-sair-para-cuidar-do-filho-era-fraqueza-diz-lider-da-bayer/>. Acesso em: 02 out. 2024.
- ALMEIDA, Victor Hugo de Araújo. Mulheres nas forças armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras. **Cadernos ASLEGIS**, 2014.
- AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARAÚJO, W. F. **A presença feminina em postos de Comando na Polícia Militar de Minas Gerais sob a perspectiva das relações sociais de gênero**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2022. Disponível em:
<https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2023/10/Tese-final-revisada-com-ficha-catalogra%CC%81fica.pdf> . Acesso em 15 março 2025.
- ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo Focal – Estratégia Metodológica Qualitativa: um ensaio Teórico. **Cogitare Enfermagem**. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 9-14, jan./jun. 2004. <https://doi.org/10.5380/ce.v9i1.1700>
- BACZKO, Bronislaw. **Imaginário social**. Enciclopédia Einaudi, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BALTAR, P.; LEONE, E. T. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul/dez. 2008.
- BARBOSA, R. **Mulheres militares do Ceará x Relações de poder: assédio sexual e discriminação**. São Paulo. Editora Dialética, 2023.
- BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed. 2009.
- BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- BÁRTOLO, J. **Corpo e sentido: estudos intersemióticos**. Portugal/Covilhã: Livros LabCom, 2007.
- BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet Faperj, 2013.

BATISTA, Alexandro Borges. **Caserna – lugar de ‘homens’**: um olhar de gênero na formação do jovem militar. 2005. 150f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/6a1959b1-bef3-4e65-bcf7-bdeea7ae0281/content>. Acesso em: 24 mar 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEHRENS, M. A.; TORRES, P. L. A educação dialógica transformadora aliada à visão da complexidade: a experiência de escolarização aberta no Projeto CONNECT. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 22, n. 72, p. 09-33, jan./mar. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v22n72/1981-416X-rde-22-72-9.pdf> Acesso em: 14 set. 2024

BELLINI, L. Concepções do corpo feminino no Renascimento: a propósito de de universa mulierum medicina. Rodrigo Castro (1603). In: MATOS, M.I.S. de.; SOIHET, R. (Org.). **Corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 14-29.

BERNARD HR. **Métodos de pesquisa em antropologia**: abordagens qualitativas e quantitativas. Oxford, Altamira Press. 2006.

BOGARIN, M. C. S. P. B. **A qualidade da educação infantil no contexto da Pedagogia Waldorf**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação – Faculdade de Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. Mar. de 2012, 157 p. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/11195/1/2012_MariaCristinadaSilvaPimentelBogarin.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

BORGES, C.; SANTOS, M. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 74-80, 2005.

BOSSLE F, Molina Neto V. No “olho do furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 131-146, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1998],

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a. p. 59-73.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOYLORN, Robin; ORBE, Mark (Org.). **Autoetnografia crítica**: cruzando identidades culturais na vida cotidiana. Walnut Creek: Left Coast Press, 2014.

BRASIL, Maria Glaucíria Mota. **A Face Feminina da Polícia Civil**: Gênero, Hierarquia e Poder. EdUECE, 2008

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Ministério da Defesa instala Comissão de Gênero**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/03-09-ministerio-da-defesa-instala-comissao-de-genero> Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Manual de campanha: ordem unida**: EB70-MC-10.308. 4. ed. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/EB70-MC-10.308%20%E2%80%93%20Ordem%20Unida,%204%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o,%202019%20-.pdf> Acesso em: 22 fev 2025.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Manual de campanha: organizações militares de guardas**: EB70-MC-10.364. 1. ed. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9343/1/EB70-MC-10.364%20Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Militares%20de%20Guarda%201ed%20PDF.pdf> Acesso em: 27 fev 2025.

BRASIL. Exército. Secretaria-Geral do Exército. **Vade-mécum de cerimonial militar do Exército**: EB10-VM-12.004: guarda-bandeira. 4. ed. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.sgex.eb.mil.br/images/artigos/VADE-MECUM/EB10-VM-12.004%20-%20Guarda-Bandeira.pdf> Acesso em: 27 fev 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos**: resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 21082-21085, 16 out. 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 fev 2025.

BRASIL. **Decreto n. 12.154, de 27 de agosto de 2024**. Dispõe sobre o serviço militar inicial feminino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12154.htm. Acesso em: 24 mai. 2025

BRYCE, H. **Mais mulheres soldados poderiam tornar o exército mais forte?** BBC News, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-41969817>. Acesso em: 12 out. 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 1 jun. 2025.

CAIRE, Raymond. **A mulher Militar**: Das origens aos nossos dias. São Paulo: Ed. Biblex, 2002.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2940/000379254.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 abr. 2004.

CAMARGO, W. **Mulheres nas Forças Armadas**: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas_desenvolvimento_historicojuridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_1.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

CAMPOS, J. L. A.; SILVA, T. C.; ALBUQUERQUE, U. P. **Observação participante e diário de campo**: quando utilizar e como analisar? In: Campos, J.L.A (org.) Métodos de pesquisa qualitativa para etnobiologia. Ed. 1. (pp.95 - 112). Editora NUPPEA. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Campos-7/publication/351492815_Observacao_Participante_e_Diario_de_Campo_quando_utilizar_e_como_analisar/links/609a9c1d299bf1ad8d937f5c/Observacao-Participante-e-Diario-de-Campo-quando-utilizar-e-como-analisar.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L. Mulheres policiais, relações de poder e gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, ed. esp., p. 71-79, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/G7pHhNgxmWrKfzbHbzJY7kc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 384-397.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 384-397.

CARREIRAS, H. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, N.º 2536, 2013. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigopdf/826>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

CARREIRAS, H. Família, maternidade e profissão Militar. **Revista Estudos feministas**, v. 5, p. 69-81, 1997b.

CARREIRAS, H. **Mulheres nas Forças Armadas portuguesas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

CARREIRAS, H. O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley

Kalil (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: Unesp; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009. p. 169-190.

CASARIN, T. **A Educação Tradicional e as Pedagogias Alternativas** – Tonia Casarin. 2015. Disponível em: <https://www.toniacasarin.com.br/blog/educacaotradicional-pedagogias-alternativas/>. Acesso em: 21 set. 2024.

CASTELO J. A. **Em um reino de poucas rainhas e meias irmãs?** As mulheres na gestão e os desafios da liderança feminina na advocacia pública federal 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/25bdf284-1d5a-4a84-89b9-4c723be1931d/content> Acesso em: 02 out. 2024.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Celso. **O Espírito militar: um Antropólogo na Caserna**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

CASTRO, E. D. Arte, corpo e terapia ocupacional: aproximações, intersecções e desdobramentos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 11. n. 1, p. 7-12, 2000.

CASTRO, E. D.; LIMA, E.; BRUNELLO, M. Atividades humanas e terapia ocupacional. In: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs.). **Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Plexus, 2001. p. 41-59.

CEARÁ. **Site da Casa Militar do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://www.casamil.ce.gov.br/institucional/historico/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CERIBELI H. B.; LOPES K. S. M.; MACIEL G. N. Liderança Feminina: um movimento em constante construção. **Revista Interface** V.18, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gustavo-Maciel-2/publication/356069033_Lideranca_feminina_um_movimento_em_constante_construcao/links/61cc5452b6b5667157b22df6/Lideranca-feminina-um-movimento-em-constante-construcao.pdf Acesso em: 02 out. 2024.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

CODE, L. “Levando em conta a subjetividade”. In: ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. **Epistemologias feministas**. New York and London: Routledge, 1993, p. 15-48.

COLLINS, P. H. “A política de pensamento feminista negro”. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catherine. **O que são estudos femininos?** Buenos Aires: Fonte de Cultura Econômica, 1998, p. 253-313.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, ciência e políticas de empoderamento. 2. ed. New York: Routledge, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203900055> . Acesso: 07 jun. 2025.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Trad. Célia Regina Jardim Pinto. São Paulo: Boitempo, 2019. http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf

COSTA, Carlos Marcelo d'Isep. **Os corpos de bombeiros militares emancipados das polícias militares**: prospecção e análise dos parâmetros norteadores do seu 'desenho' organizacional. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 25 maio 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidad**. Madrid: Ediciones Morata, 2016. Disponível em: https://www.solidaridadobrera.org/ateneo_nacho/libros/Kimberle%20W%20Crenshaw%20-%20Interseccionalidad.pdf . Acesso em: 24 mai. 2025.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DALL'AGNOL, C. M.; TRENCH, M. H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisa na enfermagem. **Rev. Gaúcha Enf.**, Porto Alegre, v.20, n.1, p. 5-25, 1999.

DANTAS, S. R. M. **Mulheres e Forças Armadas**: Uma análise da participação feminina nas Forças Armadas brasileiras. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

DEBUS M. **Manual para excelência em La investigacion mediante grupos focales**. Washington: Academy for Educational Development, 1997.

DEJONCKHEERE, M.; VAUGHN, L. M. **Entrevistas semiestruturadas em pesquisas de atenção primária**: um equilíbrio entre relacionamento e rigor. *Family Medicine and Community Health*, v. 7, n. 2, p. 1-8, 2019.

DELIZOICOV, D., GEHLEN, S. T., IBRAIM, S. de S. **Centenário Paulo Freire: Contribuições do Ideário Freireano para a Educação em Ciência**. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021u771776> . Acesso em: 10 set. 2024.

DENZIN NK. **Autoetnografia Performática**. New York: Routledge; 2018.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. A entrevista de pesquisa qualitativa. **Medical Education**, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006.

DUARTE, J. **Entrevista em profundidade**. In: DUARTE Jorge; BARROS Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-83.

DUTRA P., COSTA L. G. **Olhares, gestos e sons**: refletindo sobre uma educação dialógica em artes. Associação Brasileira de Educação Musical. UFMG, 2023. Disponível em: https://abem.mus.br/anais_congresso/V5/papers/1507/public/1507-6637-1-PB.pdf Acesso em: 14 set. 2024

EAGLY, A. CARLI, L. Mulheres e o labirinto da liderança. **Harvard Business Review**. p. 62-71, 2007.

ELIAS, M. L. G. G. R.; SARTORI, V.; ALMEIDA, I. C. **Entrevistas semiestruturadas na captura, construção e compartilhamento do conhecimento em projetos de extensão universitária**. Ciki, Maringá, PR, 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/91975128/557-libre.pdf?1664909617=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEntrevistas_Semiestruturadas_Na_Captura.pdf&Expires=1730419715&Signature=FLB8i60qFalpcLnbp4uV-fG2rycnXjflZI~PiY2qzz7boHxAHtI9M8Mla9ellv7twm6qMy0cFb~ruy50W1Ef2CvIaLt8kIr9d21~OuHqAuA45wPVhftpf8q1j6Q-gOEcQUBbfWYEIAQxoMviJEHE9BpA8owAqQjpuiSbpUgi6~ejYztE0HNWeyadivtJtWqy0PEeMa60tgIJEdqP-2dcR2SJsUBBERwaek9lyK4-5hcysbAVCMxf1ako9SmMx1xBJuriHXhilXb9v23dWGfs70RbqtZT-Ob6elJ07wZoJ8HQwoH3Pc0Fbf0bJpu6IA~ivFD~2HklzPWGGhn3ffFKxg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em: 31 out. 2024.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoetnografia: uma visão geral. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 12, n. 1, art. 10, jan. 2011. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589>. Acesso em: 26 maio 2025.

FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), **Um Raio-X das Forças de Segurança Pública do Brasil**. FONTE SEGURA. 2024. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/um-raio-x-das-forcas-de-seguranca-publica-do-brasil/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 24 mai. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Feminismo e a Política dos Comuns**. The Commoner, 2010. Disponível em: <https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2020/06/federici-feminism-and-the-politics-of-commons.pdf> Acesso em: 24 mai. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, A.P.; LOPES, P.C., eds. **O cotidiano escolar de crianças, jovens e adultos em rodas de conversas** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, 224 p. ISBN: 978-65-87949-02-4. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/smcb9/pdf/fernandes-9786587949024.pdf#page=87> Acesso em: 10 set. 2024.

FERREIRA, J. B.; *et al.* Diversidade e gênero no contexto organizacional: um estudo bibliométrico. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 3, p. 45-66, 2015.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras - imagens do feminismo no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996.

FIGUEREDO, P. M.; CAVAZOTTE, F. Mulheres e carreiras gerenciais: a construção da identidade de líder em um ambiente corporativo masculino. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: scielo.br/j/cebape/a/sKc7vGPGgRJDnCyLYn7bScd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 out. 2024.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Mulheres na Segurança Pública: desafios para a equidade de gênero**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2013. 291p.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139 -152, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/> . Acesso em: 31 out. 2024.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era 'pós-socialista'. In: SEIDMAN, S; J. ALEXANDER, J. (Orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, p. 285-293, 2001.

FRASER, Nancy. **Fortunas do Feminismo: Do Capitalismo Gerido pelo Estado à Crise Neoliberal**. London: Verso, 2013.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6795497/mod_resource/content/1/Freire_Pedagogia%20do%20Oprimido.pdf . Acesso em: 7 jun. 2025.

GALAK, E. Construir o corpo: quatro considerações epistemo-metodológicas e três metáforas para pensar o objeto de 'corpo'. **Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIVALI**. Tubarão/SC, v. 8, n. 14, p. 348-364,

jul./dez, 2014.

<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/2294>

GANJEIRO, R. D. R.; SILVA, L. E. N.; ESNARD, C. Eu quebrei o teto de vidro, e agora? Visão geral das metáforas para explicar a desigualdade de gênero nas organizações. **Revista Internacional de Análise Organizacional**. 30(6), 1523-1537, 2022.

GASKELL, G.. Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Rio de Janeiro. **Vozes** (pp.64-89). 2002.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GIANNINI, R. A. FOLLY, Mayara. LIMA, Mariana F. **Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas Brasileiras**. Igarapé Institute. 2017. Disponível em <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em 27 abr. 2025.

GIANNINI, R. A.; FOLLY, Mayara; LIMA, Mariana F. Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. **Artigo Estratégico**, n. 9. Instituto Igarapé, set. 2014.

GIBBINGS, Shery L. Nenhuma mulher irritada nas Nações Unidas: sonhos políticos e a política cultural da Resolução 1325. **International Feminist Journal of Politics**, v.13, n.4, 2011.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

GODFREY, L. (Col.). **Fitness and Its Effects on the Military**. Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 2005.

GÓES, J. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n.1, e48373, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n14837> Acesso em: 01 nov. 2024.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2010. Disponível em: <https://csociais.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/goffman-erving-a-representac3a7c3a3o-do-eu-na-vida-cotidiana-textoselecionado.pdf> Acesso em: 1 jun. 2025.

GOHN, M. G. Aprendizagem em Pedagogias Alternativas: movimentos sociais. **Revista Desigualdades & Diversidade**, Revista de Ciências Sociais da PUC, Rio de Janeiro. Edição dupla, nº 12, jan/dez, 2013.

GOLDMAN, Nancy. A Mudança do Papel das Mulheres nas Forças Armadas. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 4, 1973.

GOMES C. S. F.; GUERRA M. G. G. V. Educação dialógica: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 4-15, set.-dez. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/nascimentosilva,+art_01.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

GOMES, J. C. **O Corpo Feminino no Corpo de Tropa: Existe Mulher Militar?** Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ENABED, 2012.

GONDIM, S. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto. v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/8zzDgMmCBnBJxNvfk7qKQRF/?lang=pt> Acesso: 06 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf> Acesso em: 24 mai. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 67-89.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 1984, p. 223–244. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf> Acesso: 07 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUBER, R. **La etnografía, método, campo y reflexividad**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qzhzg/pdf/guber-9788579821207.pdf> . Acesso em: 1 jun. 2025.

GUIMARÃES, F.; SANTANA E.; PALMEIRA, M.; SOUTO, M.; ROCHA, B. **A Participação Feminina nas Forças Armadas Brasileiras e seus Desafios Contemporâneos**. CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_participacao_feminina_nasa_forcasa_armadas_brasileiras_ea_seusa_desafios_contemporaneos.pdf Acesso em: 12 out. 2024.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**. UFC, número 1, 2008, p. 29-37.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas**. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 1, 2015, Brasília. Anais. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32504/1/2015_eve_afgussibroliveira.pdf Acesso em: 01 jun. 2025.

HAIJAR, R. 2014. Cultura Militar Pós-Moderna Emergente dos Estados Unidos. **Armed Forces & Society**, v. 40, n. 1. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72412/mulheres-nas-forcas-armadas-desenvolvimento-historicojuridico-da-participacao-feminina-na-defesa-nacional/2#top> Acesso em: 20 abril 2019.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, [1988] 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 01 nov. 2024.

HÉRITIER, Françoise. “**Masculino/Feminino**”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 20, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 11-26, 1989.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino/ II: dissolver a hierarquia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

HOSKEN, Ana Luiza Souza. **Uma observação participante da gestão escolar**. 2022. 32 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Mariana, 2022. Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3892/6/MONOGRRAFIA_Observa%c3%a7%c3%a3oParticipanteGest%c3%a3o.pdfAcesso em: 30 out. 2024.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado: teoria e política das Relações entre civis e militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONE, M. C. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.

INÁCIO E. K. O., CORREIA F. C. M., NETO F. A. **O. Superdotação e método Montessori: contrapondo a metodologia tradicional**. IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2020/TRABALHO_EV137_MD1_SA_ID171_28052020174327.pdf Acesso em: 21 set. 2024.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. **De exército estadual à polícia-militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada militar (1892-1988)**. 2010. 647 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

KHOURY, Y. A. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

KIND, L. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais**. Psicologia em Revista, 10(15), 124-136. (2004). Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/202/213>

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 3. ed. Tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia Volta Volver**: Um Estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar. Rio de Janeiro: FGV Editora – FAPESP, 1997.

LIBERMAN, F. O corpo como pulso. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 33, p. 449-460, 2010.

LIBERMAN, F. Trabalho corporal, música, teatro e dança em terapia ocupacional: clínica e formação. **Cadernos Centro Universitário São Camilo**, v. 8, n. 3, p. 39-43, 2002.

LIGABOM – LIGA NACIONAL DE CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. **Comitê Nacional de Bombeiras Militares completa seis anos**. 2023. Disponível em: <https://ligabom.com.br/comite-nacional-de-bombeiras-militares-completa-seis-anos/#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comit%C3%AA%20ocorreu,demails%20Comandantes%20Gerais%20Bombeiros%20Militares..> Acesso em: 22 maio 2025.

LIMA, J. C. **Atividade policial e o confronto armado**. Curitiba: Juruá, 2008.

LOMBARDI, Maria Rosa. **As mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: a Marinha do Brasil 1980-2008**. São Paulo: FCC/DPE, 2009. Disponível em: http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1484/arquivoAnexo.pdf Acesso em: 14 jan. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 128 p.

LUZ, A. F.; FUCHINA, R. A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho. **Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e gênero (NIEM). Universidade Federal do Rio do Sul. Porto Alegre/RS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MADALOZZO, Regina. CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 126-137, fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2019.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MMANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadao (orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Edel, 2003. p. 11-25. Disponível em:

https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf . Acesso em: 24 out. 2020.

CORRÊA, M. C.; OLIVEIRA, A. de; OLIVEIRA, A. C. O. O grupo focal na pesquisa qualitativa: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 34-47, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/41>. Acesso em: 3 out. 2024.

MAUSS, M. **As Técnicas Corporais**. Sociologia e Antropologia. 2ª ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: COSAC NAIFY, 2015, p. 397-420.

MEINHARD, V. R.; FARIA, J. H. Representatividade das mulheres na hierarquia de empresas: estudo de caso com base no Women's Empowerment Principles. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 19, n. 1, p. 33-60, 2020.

MENDEZ, M. Autoetnografia como método de pesquisa: Vantagens, limitações e críticas. **Revista Colombiana de lingüística aplicada**. Bogotá, v. 15, n. 2, p. 279-287, jul./dez. 2013.

MILTERSTEINER, R. K.; OLIVEIRA, F. B. D.; HRYNIEWICZ, L. G. C.; SANT'ANNA, A. D. S.; MOURA, L. C. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 406–423, 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **História de mulheres nas forças é repleta de lutas e conquistas**. Brasília, 07 mar. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/historia-de-mulheres-nas-forcas-e-repleta-de-lutas-e-conquistas>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MIRANDA, C. F. A. A autoetnografia como prática contra-hegemônica. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF**, v. 17, n. 3, dez. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Desktop/MESTRADO/Disserta%C3%A7%C3%A3o/A%20auto%20etnografia%20perform%C3%A1tica%20e%20a%20pesquisa%20quali%20da%20sa%C3%BAde%20coletiva.pdf> Acesso em: 29 ago. 2024.

MISSIATO, Victor Augusto Ramos. **Entre a Nova República e as Velhas Autonomias: as relações civis-militares nos governos FHC e Lula (1996-2008)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

MOREIRA, R. A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil – 1940/1950. Trabalho apresentado na **I Jornada CINIG de Estudios de Género y Feminismos**, La Plata, Argentina, 29-30 out. 2009.

MOREIRA, R. Virilidade e o corpo militar. **História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, p. 321-335, jul./dez. 2010. Publicado no 2º sem. 2011.

MOREIRA, R. **Teorias y políticas:** desde el Segundo Sexo hasta los debates actuales. Jornada CINIG de Estudios de Género y Feminismos. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata/AR, 29-30 out. 2009. Disponível em:

http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/41135/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 25 jul. 2018.

MORGAN, D. Grupo Focal. **Annual Review of Sociology**, 22, 129-152. 1996. Disponível em:

<https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.22.1.129>
Acesso: 06 jun. 2025.

MORGAN, D. **Grupo Focal em Pesquisa Qualitativa**. (2a ed.). Qualitative research methods: vol. 16. Thousand Oaks, CA: Sage. 1997.

MOTA, Carolina; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio. Mulheres Executivas Brasileiras: O Teto de Vidro em Questão. **Revista Administração em Diálogo** - RAD, [S.l.], v. 16, n. 3, maio 2015. ISSN 2178-0080. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rad/article/view/13791>. Acesso em: 03 abr. 2019. doi:<https://doi.org/10.20946/rad.v16i3.13791>.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro: entre o silêncio e o discurso. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Interseccionalidades:** pioneiras do feminismo negro brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 90-101.

NÓBREGA, V.; ISABELA; OLIVEIRA. **Ministério da Defesa conta com mais de 34 mil mulheres em seus quadros**. Defesanet, 2021. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/39924/Ministerio-da-Defesa-counta-com-mais-de-34-mil-mulheres-em-seus-quadros/> .

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v. 16, n. 1, abr. 2008. Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cdYQVQHLWrSM8L6zJYPY6YN/> Acesso em: 19 de mai. 2010.

OLIVEIRA, F. D. S. **Liderança e Gênero:** estilos, estereótipos e percepções masculinas e femininas. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Francisco Malta de; COUTINHO, C. M. F.; FERREIRA, Maria da Luz. O trabalho feminino na Polícia Militar: Considerações sobre a realidade laboral das policiais militares. **Cadernos de Campo (UNESP)**, v. 18, p. 85, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7381/5212> . Acesso em maio de 2018.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? **Cadernos da Fucamp**, Uberlândia, v. 19, n. 41, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208>. Acesso em: 31 out. 2024.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210-236, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/21779>. Acesso em: 31 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **Resolução n. 1325, de 31 de outubro de 2000**. 4213.^a reunião. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/assets/file/translationinitiative/1325/1325portuguese.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

OWEN, J. **Mitos da liderança**: Banir os equívocos e tornar-se uma grande líder. Editora Kogan Page, 2017.

PASSOS, Carla C. **Relações de gênero na caserna**: significados dos sujeitos militares no Exército Brasileiro. 2013. Tese (Doutorado em [Programa]) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/23987/1/Carla_final_11_2013_rev_12_2013_b%20%28Salvo%20Automaticamente%29.pdf. Acesso em: 19 mai. 2010.

PEACH, L. J. Mulheres na guerra: a ética das mulheres em combate. **Minerva: Quarterly Report on Women and the Military**, v. 12, n. 4, p. 1-64, 1994.

PEREIRA, D. A.; TODARO, M. Á. **Paulo Freire e o corpo consciente**. 37^a Reunião Nacional da ANPEd, 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT06-3873.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=50915&opt=4>. Acesso em: 11 set. 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre a educação de adultos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIPE, Caroline Kennedy. Mulheres e o Exército. *The Journal of Strategic Studies*, v. 23, n. 4, 2000.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S. O uso de grupos focais na pesquisa etnográfica com crianças. **ZeroSeis – Revista de Educação Infantil**, v. 21, n. 40, 2019. Dossiê: Etnografia e Infância. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroséis/article/view/1980-4512.2019v21n40p318>. Acesso em: 7 jun. 2025.

QUEIROZ, K. J. P. **A arquitetura escolar e a relação com o bem-estar dos estudantes**. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2896/_tcc_kaesia_queiroz_versao_final.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 21 set. 2024.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra (1939-1945)**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 2v.

RAIMONDI, G. A.; MOREIRA C.; BRILHANTE, A. V.; BARROS, N. F. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros método+lógicos. **Cad. Saúde Pública** 2020; Acesso em: file:///C:/Users/usuario/Desktop/MESTRADO/Disserta%C3%A7%C3%A3o/A%20autoetnografi%20a%20como%20pr%C3%A1tica%20contra-hegem%C3%B4nica.pdf Acesso em: 29 ago. 2024.

RAMOS, J. E. M. **Pedagogia**. 2022. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/pedagogia.htm . Acesso em: 21 set. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.colband.net.br/uploads/arquivos/quem-tem-medo-do-feminismo-negro.pdf> . Acesso em: 24 maio 2025.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/43413/36306> . Acesso em: 25 ago. 2018.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

RITCHIE, J. As aplicações dos métodos qualitativos à pesquisa social. In: RITCHIE, J.; LEWIS, J. (eds.) **Prática de pesquisa qualitativa: um guia para estudantes e pesquisadores de ciências sociais**. London: Sage Publications, 2003. p. 24-46.

ROCHA, M. A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas. **Revista CEJ**, ano XX, n. 72, maio/ago., 2017.

ROCHA, S. A presença de mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: uma análise da sua inserção e os desafios atuais. **RICRI**, v. 6, n. 11, 2018.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, J. M. Empoderamento feminino nas empresas. **Repositório Institucional do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos** (RIUniceplac), Brasília, 2021. Disponível em: Jéssica Martins Rodrigues_0013528.pdf (uniceplac.edu.br) . Acesso em: 02 out. 2024.

RODRIGUES, N. F. A.; SOUZA, R. G. M. As experimentações corporais nos processos formativos da graduação em terapia ocupacional: uma revisão na literatura brasileira. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 271-290, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1864>. Acesso em: 20 out. 2024.

ROMANELLI, R. A. **A cosmovisão antroposófica: educação e individualismo ético**. Educar em Revista. n.56, p. 49-66, abr./jun. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/B4BPzfq8MP3jBk5SDYDpRzQ/?lang=pt> . Acesso em: 21 set. 2024.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SANTOS, V. J.; SCHIRMER, J. F. Q.; ANTLOGA, C. S. X. Mulheres no trabalho militar: uma revisão bibliométrica e crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 36, 2024. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7YjDP9nVcczn3p8yCnxfBcQ/?lang=pt#>. Acesso em: 12 out. 2024.

SANTOS, Luciana, Rodrigues dos. A Participação das Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: um debate contemporâneo. In: **III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)**, 2009, Londrina. Anais Online, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/LaucianaRodriguesdosSantos.pdf> . Acesso em 18 nov. 2016.

SCHACTAE, A. M. Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina no Paraná em 1977. **PR**: Capes, 2010. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=JiKr7QQAAAAJ&citation_for_view=JiKr7QQAAAAJ:d1gkVwhDpl0C . Acesso em: 31 jul. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667> . Acesso em: 24 mai. 2025.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In. BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA A. R.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; BARATA, M. J. Relações de gênero no ambiente militar: O efeito teto de vidro. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais: Avanços e Desafios**, v.14, 2022. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/725> Acesso em: 02 out. 2024.

SILVA, A.; NAZÁRIO, P. Mulheres atletas de futsal: estratégias de resistência e permanência no esporte. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2015.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Masculinidades e feminilidade nas Forças Armadas**: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. 2007. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristina_Rodrigues_da_Silva_13-08-07.pdf Acesso em: 19 de mai. 2010.

SILVA, Cristina Rodrigues da. **Mulheres na caserna**: masculino e feminino nas Forças Armadas Brasileiras. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS: Poder Aeroespacial e Estudos Estratégicos II. Anais... Rio de Janeiro, 2009a. p. 418-432. Disponível em: https://www.unifa.aer.mil.br/unifa/seminario3_pgrad/trabalhos_2009/Cristina%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf . Acesso em: 19 de mai. 2010.

SILVA, D. L.; ASSIS, N. M. **Empoderamento feminino**: mulheres em cargos de liderança numa indústria automotiva no município de Goiana-PE. Faculdade de Goiana (FAG), 2023. Disponível em: <https://repositorio.faculadadedegoiana.com.br/wp-content/uploads/2023/05/TCC.DEBORA-LUIS-E-NATALIA-ASSIS.pdf> Acesso em: 02 out. 2024.

SILVA, M. L.; GREGORUTTI, C. C. Abordagens corporais: recurso transformador na formação do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 25, n. 2, p. 135-141, 2014.

SILVEIRA, I. L. F.; *et al.* Liderança feminina sob a luz de Mary Kay Ash. In: **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014. Anais... [S. l.]: UniFOA, 2014.

SOARES, Bárbara Musumeci; Leonarda MUSUMECI. **Mulheres Policiais**: Presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. CESEC/ Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

SOARES, C., ZOBOLI, F. A educação corporal e a prática corporal do pole dance: nas alavancas da força e des(equilíbrios) de um corpo feminino. **Revista de Pesquisa e Disseminação do Conhecimento**, v. 3, n. 1, e13276, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20952/jrks3113276> Acesso em: 20 out. 2024.

SOARES, M. H. S. Donna Haraway e a implosão do projeto moderno de ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 2, e93449, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n293449>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SOUZA, Luana Karine. Recomendações para a Realização de Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245366/001129509.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 06 jun. 2025.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. São Paulo: **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, v.32, n.3, p.62-69, jul./ago./set. 1997.

STEINER, R. **A educação da criança**: segundo a ciência espiritual. 3.^a ed. São Paulo: Antroposófica, 1996.

STEINER, R. **Verdade e Ciência**. São Paulo: Ed. Antroposófica, 1985.

SWIDLER, Ann. **Cultura em ação**: símbolos e estratégias. *American Sociological Review*, 51. (1986).

TAGATA, P. D. **Afinal, o que as mulheres querem?** Uma análise da opção feminina na carreira militar. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e de Empresas) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em file:///C:/Users/usuario/Desktop/MESTRADO/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Feminino/militar/AFINAL,%20O%20QUE%20AS%20MULHERES%20QUEREM.pdf Acesso em 27 abr. 2025.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/104495807/Saberes_Docentes_e_Forma%C3%A7%C3%A3o_Profissional_TARDIF_2014_?auto=download Acesso em: 1 jun. 2025.

TARDIN, Elaine Borges; LIMA, Lana Lage da Gama. A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios. **Revista Ágora**, Vitória/ES, n. 22, p. 70–82, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13609>. Acesso em: 8 mar. 2025.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 176 p.

VALLDENEU, M.; TARRATS, E.; FERRÀS, X. Estilos de liderança e resultados organizacionais: um estudo em hubs internacionais. **Organization Development Journal**, v. 39, n. 1, p. 13-22, 2021.

VAZ, Daniela. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Londres: Pluto Press, 2021. Disponível em: <https://dokumen.pub/a-decolonial-feminism-0745341128-9780745341125.html>. Acesso em: 24 mai. 2025.

WESTPHAL, M. F.; BOGUS, C. M.; FARIA, M. de M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, v. 120, n. 6, p. 472-481, 1996.

WHITTY-COLLINS, G. **Por que os homens se dão melhor que as mulheres no mercado de trabalho**. Autêntica Editora, 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; MOREIRA, Rosimeri. **A ditadura militar e a face maternal da repressão**. Espaço Plural (Unioeste) v. X, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/3552/2822>. Acesso em: 01 maio 2018.

ZITKOSKI, J. J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 92-94.

APÊNDICE A – RECOMENDAÇÕES

A partir das análises realizadas no presente estudo, que se estruturou metodologicamente por autoetnografia, observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupos focais com alunas e instrutores dos núcleos Centro e Mucuripe do Projeto Jovem Brigadista de Valor (JBV), tendo como base o referencial teórico, identificaram-se fragilidades e potencialidades que orientam proposições de melhoria. As sugestões aqui apresentadas têm como objetivo subsidiar o aprimoramento do projeto, considerando não apenas sua dimensão técnico-operacional, mas também sua função social e emancipatória, com especial atenção à participação feminina no ambiente militarizado.

No que diz respeito à infraestrutura e aos recursos materiais foi possível perceber que existem algumas inadequações como, por exemplo, quantidade insuficiente de uniformes para os alunos e, além disso, uniformes sem conformidade para o biotipo das alunas, o que compromete o conforto durante as atividades. Ademais, barreiras logísticas, como o custo e a dificuldade de transporte, para jovens residentes em áreas periféricas, foram apontados como fatores que impactam a frequência e a permanência no programa. Também pude presenciar alunos que se sentiram mal por não estarem devidamente alimentados antes das instruções.

Assim, é importante existir padronização e diversificação de tamanhos dos uniformes, bem como a implementação de apoio logístico, incluindo auxílio-transporte e fornecimento de alimentação nos dias de instrução, uma vez que o público alvo do JBV é de adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em relação à formação e capacitação dos instrutores, a pesquisa identificou que, embora haja comprometimento técnico, nem sempre as abordagens pedagógicas adotadas promovem a plena participação e segurança dos alunos, principalmente das alunas. Assim, propõe-se a implementação de um programa permanente de capacitação docente, que contemple, além das técnicas bombeirísticas, conteúdos sobre metodologias inclusivas, comunicação não-violenta,

prevenção e enfrentamento ao assédio e discriminação de gênero, bem como estratégias de incentivo ao protagonismo juvenil.

Outra frente essencial diz respeito à promoção de um ambiente inclusivo e igualitário. As falas das alunas revelaram a persistência de estereótipos de gênero, manifestos em comentários como “essa atividade é mais para os meninos”. Para enfrentar tais situações, sugere-se a criação de um protocolo institucional de prevenção e combate a práticas discriminatórias e assediadoras, com canais de escuta e denúncia seguros e eficazes, ou até mesmo, acompanhamento psicopedagógico. Além disso, a realização de rodas de conversa, palestras e oficinas sobre equidade de gênero e diversidade, integrando alunas, alunos, instrutores, familiares e comunidade escolar, poderão contribuir para a construção de uma cultura organizacional mais justa.

A valorização das trajetórias formativas das alunas constitui outro aspecto a ser fortalecido. A pesquisa revelou que o JBV é decisivo para a ampliação de horizontes e a projeção de novas perspectivas de futuro, inclusive em carreiras militares ou de segurança pública. Portanto, sugere-se a criação de um sistema de acompanhamento longitudinal de ex-alunas, com vistas a monitorar seus percursos educacionais e profissionais e, paralelamente, fomentar uma rede de mentoria em que veteranas possam compartilhar experiências e orientar novas participantes, reforçando vínculos e promovendo um ciclo de referência positiva.

Por fim, no campo da integração comunitária e da ampliação de oportunidades, verificou-se o interesse das alunas por conteúdos complementares, como primeiros socorros, direitos humanos, preparação para concursos e noções de cidadania. A partir disso, é pertinente estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e empresas, a fim de oferecer cursos, oficinas e oportunidades de estágio e inserção no mercado de trabalho. Essas ações, articuladas com a rede escolar e comunitária, potencializam o papel do JBV como política pública de formação integral.

Em síntese, as propostas aqui apresentadas derivam diretamente das evidências empíricas produzidas pela metodologia adotada e encontram respaldo nas conclusões desta pesquisa, que evidenciaram tanto o impacto transformador do JBV quanto os desafios a serem enfrentados para sua consolidação como espaço

de emancipação e equidade. Ao investir na melhoria da infraestrutura, na formação de instrutores, na promoção de um ambiente inclusivo, no acompanhamento das trajetórias e na ampliação das oportunidades, o projeto poderá não apenas qualificar sua atuação, mas também aprofundar seu compromisso com a formação cidadã e a inserção social das jovens mulheres, rompendo barreiras históricas de gênero no contexto militar.